

ORGANIZADOR

Augusto César Dall'Agnol

# **ANAIS DA VI SEMANA ACADÊMICA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Uma abordagem multidisciplinar das Relações Internacionais  
no Brasil no limiar do século XXI



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)

Santa Maria, RS

Novembro de 2015

S471a      Semana Acadêmica de Relações Internacionais  
              (6. : 2015 : Santa Maria, RS)  
              Anais da VI Semana Acadêmica de Relações  
Internacionais, [de 28 de setembro a 02 de outubro de  
2015] / organizador Augusto César Dall'Agnol. – Santa  
Maria : UFSM, CCSH, Curso de Relações  
Internacionais, Diretório Acadêmico de Relações  
Internacionais, 2015.  
              126 p. : il. ; 30 cm.  
  
              Disponível em: [www.nucleoprisma.org](http://www.nucleoprisma.org)  
              ISSN 2318-7212  
  
              1. Ciência política 2. Relações internacionais  
3. Política internacional 4. Cooperação internacional  
5. Eventos I. Dall'Agnol, Augusto César II. Título.  
  
              CDU 327(063)

## **Comissão Organizadora da VI Semana Acadêmica de Relações Internacionais**

### **Diretório Acadêmico de Relações Internacionais Oswaldo Aranha (DARI-OA) Gestão 2014/2015**

Andreia Sena Maidana, Brigitte Karine de Paula de Oliveira, Camille da Costa, Carolina Basso de Ros, Caroline Canzian, Gabriel Eilers Silveira, Mariane Azambuja Melo, Matheus Pereira Saccol, Pietra Prux Zucco, Tales Lanfredi Lago.

### **Demais colaboradores**

Anne Caroline Wakulicz, Augusto César Dall'Agnol, Augusto Mezomo Cantarelli, Camila Panciera Grazziotin, Gabriel Mena Cheloiti, Gabriela Toniolo, Giovana Dellazzana, Juliana Felice, Maíra Passo Berni, Marcelo Augusto Rodrigues, Pablo Sanches, Rui Tiago, Tamara Pereira, Yasmine Sensão

### **Pareceristas dos Anais da VI SARI-UFSM**

Prof. Dr. Arthur Coelho Dornelles Júnior - Depto. de Ciências Sociais/UFSM

Prof. Dr. Igor Castellano da Silva - Depto. de Economia e Relações Internacionais/UFSM

Prof. Me. Marcos Pascotto Palermo - Curso de Direito/UNIFRA

Prof. Dr. José R. Ferraz da Silveira - Depto. de Economia de Relações Internacionais/UFSM<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>Nota: os trabalhos assinados exprimem conceitos da responsabilidade de seus autores, coincidentes ou não com os pontos de vista da Comissão Organizadora da IV SARI e dos Anais do evento.

Todos os direitos reservados: proibida a reprodução total ou parcial, sem a prévia autorização do Núcleo, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos ou videográficos. Vedada a memorização e/ou recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de quaisquer partes desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e §§, do Código Penal, cf Lei nº 6.895, de 17-12-1980) com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 122, 123, 124 e 126, da Lei nº 5.988 de 14-12-1973, Lei dos Direitos Autorais).

## Sumário

<b>Apresentação</b>	<b>4</b>
<b>Agradecimentos</b>	<b>5</b>
<b>Programação</b>	<b>6</b>
<b>Artigos</b>	<b>11</b>
<i>Da teoria à prática: as tendências da política externa de Israel no período de 1948 a 1978</i> , por Abner Sant'Ana dos Santos, Gustavo Manduré e Júlia Loose	<b>09</b>
<i>Lakatos e a discussão intrateórica nas relações internacionais: os realismos</i> , por Augusto César Dall'Agnol	<b>22</b>
<i>O Brasil Latino: a entrada do Brasil na ideia de América Latina na segunda metade do século XX</i> , por Nicollas Cayann	<b>36</b>
<i>A cooperação entre a Universidade Federal de Santa Maria e as Forças Armadas do Brasil: balanços e perspectivas</i> , por Guilherme de Almeida Pastl, Augusto César Dall'Agnol, Bóris P. Zabolotsky, Leila S. Bartz e Luísa Zanini	<b>49</b>
<i>A mobilidade humana internacional e a soberania nacional: a construção do direito ao voto no Estado brasileiro</i> , por Alessandra Jungs de Almeida	<b>69</b>
<i>Uma análise sobre o poder da diplomacia cultural na Política Externa Brasileira (2003-2010): Abordagens Preliminares</i> , por Ana Laura Anschau	<b>78</b>
<i>Sociedade Civil Global como perspectiva teórica: conceitos e relações</i> , por Ana Carolina Serro Polita e Bruna Lopes Silva	<b>89</b>
<i>Feminismo e Gênero nas Relações Internacionais: perspectivas de um projeto transnacional</i> , por Giuliana Facco Machado, Jéssica Maria Grassi, Júlia Cristina Hoppe, Júlia de Mello Feliciano e Yasmine Sensão	<b>98</b>
<i>Uma análise teórica no campo das Relações Internacionais: globalização e interdependência</i> , por Aruanã Emiliano Martins Pinheiro Rosa	<b>109</b>
<i>A cooperação espacial Brasil-Argentina: o Projeto Sabia-Mar</i> , por Bruna M <sup>a</sup> . de Almeida de Araujo, Livia Sousa Rocha e Madmana de Salém Vital	<b>117</b>

## **APRESENTAÇÃO**

A VI SARI – Semana Acadêmica de Relações Internacionais - evento marcante e tradicional do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria realizou-se entre os dias 28 de setembro a 02 de outubro.

No dia 28 de setembro, tivemos as apresentações de trabalhos dos discentes. Trabalhos científicos com diferentes abordagens e perspectivas. Quando se fala em Relações Internacionais, enquanto área do conhecimento, pressupõe-se a existência de uma comunidade acadêmica especializada no tema, a qual se reconhece e se identifica com a disciplina. E pudemos nesse dia 28, ver conjugados esforços intelectuais para produzir saberes sobre a realidade internacional. O conhecimento social produzido por esses acadêmicos, por sua vez, é materializado nos presentes anais.

Meus agradecimentos ao Diretório Acadêmico Oswaldo Aranha, pela organização e a excelência do evento, em especial, as acadêmicas Camille da Costa, Brigitte Karine e Pietra Prux Zucco.

Agradecemos também aos autores que submeteram seus trabalhos e aos avaliadores. Colocamos, desde já, os presentes anais à disposição da comunidade acadêmica de Relações Internacionais, seja a brasileira, seja a mundial.

**José Renato Ferraz da Silveira**  
**Coordenador do Curso de Relações Internacionais**

## **AGRADECIMENTOS**

Entre os dias vinte e oito de setembro e dois de outubro de 2015, realizou-se a VI Semana Acadêmica de Relações Internacionais (VI SARI) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), organizada pelo Diretório Acadêmico de Relações Internacionais – Oswaldo Aranha. Neste volume, os Anais do evento contam com artigos escritos por acadêmicos dos Cursos de Direito e de Relações Internacionais, com ênfase em diversas áreas de conhecimento, bem como de distintas Instituições de Ensino Superior.

Agradecemos a todos os graduandos do Curso de Relações Internacionais da UFSM e de outras universidades, bem como de outros cursos pela colaboração e presença no evento. Agradecemos também aqueles que se dispuseram a apresentar seus trabalhos.

Da mesma forma, agradecemos à Universidade Federal de Santa Maria, representada pelo Coordenador do Curso de Relações Internacionais, Professor Doutor José Renato Ferraz da Silveira, pelo Chefe do Departamento de Economia e Relações Internacionais, Professor Doutor Orlando Martinelli Júnior, pelo Diretor do Centro de Ciências Sociais e Humanas, Professor Doutor Muri Leodir Löbler, pela Pró Reitoria de Assuntos Estudantis e pela Pró Reitoria de Extensão pelo total apoio ao evento, fazendo com que fosse possível a sua realização.

Agradecemos também imensamente a todos os palestrantes que se dispuseram a vir a Santa Maria para transmitir seus conhecimentos a acadêmicos que ainda estão em processo de formação, permitindo a expansão dos horizontes intelectuais de cada um que se fez presente na VI SARI.

Agradecemos também ao professor orientador da VI SARI, Professor Mestre Günther Richter Mros, pelo tempo dedicado e pelo auxílio dado em todo o processo de organização do evento.

Agradecemos também a todos os acadêmicos que durante o evento se disponibilizaram em nos auxiliar, na tentativa de corrigir todos os inconvenientes que por ventura ocorriam.

Enfim, nosso muito obrigado a todos que direta ou indiretamente auxiliaram no evento e nesta publicação.

**A Comissão Organizadora**

## PROGRAMAÇÃO



# VI Semana Acadêmica de Relações Internacionais

*Uma abordagem multidisciplinar das  
Relações Internacionais no Brasil no limiar do século XXI*

**28/09 | Segunda-feira**

9h | Apresentação de Trabalhos  
13h | Credenciamento  
14h | Palestra Magna: 'Ascensão e declínio: inserção internacional do Brasil no século XXI' - **Amado Cervo**

**29/09 | Terça-feira**

9h | Workshop: Mídia e Relações Internacionais - Rodrigo Lopes  
14h | Mesa de Debate I: Vitor Ortiz e Luciana Traverso  
16h30 | Mesa de Debate II: Rodrigo Lopes e Prof. Dr. Cássio Tomaim

**30/09 | Quarta-feira**

9h | Minicurso I: 'Cultura e Relações Internacionais' - Valéria Graziano  
Minicurso II: 'O Brasil nos Organismo Internacionais' - José Romero  
14h | Mesa de Debate III: Valéria Graziano e José Romero  
16h30 | Mesa de Debate IV: Gunther Rudzit e Joanival Gonçalves

**01/10 | Quinta-feira**

9h | Minicurso I: 'Cultura e Relações Internacionais' - Valéria Graziano  
Minicurso II: 'O Brasil nos Organismo Internacionais' - José Romero  
14h | Mesa de Debate V: General Richard Fernandez e Diplomata Mateus Xavier  
16h30 | Mesa de Debate VI: Prof. Gustavo Simões e Prof. Dr. Mohammed Nadir

**02/10 | Sexta-feira**

9h | Workshop: 'O concurso e a carreira de Diplomata' - Mateus Xavier  
14h | Workshop 'Notas metodológicas em pesquisas com refugiados' - Prof. Gustavo Simões

patrocínio



EDUCAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

apoio institucional










## Apresentações de trabalhos da VI Semana Acadêmica de Relações Internacionais da UFSM

Local: Rua Marechal Floriano Peixoto, n.º 1750, **Prédio de Apoio/CCSH**, Quinto andar -  
CEP 97015-372, Centro, Santa Maria, RS, Brasil.

### Cronograma

**Prof. IGOR CASTELLANO DA SILVA**

Abner Sant'Ana dos Santos, Gustavo Manduré e Júlia Loose  
*"Da teoria à prática: as tendências da política externa de Israel no período de 1948 a 1978"*  
(09:00 – 09:30)

Victória Antônia Salomão  
*"A Política Externa do Uruguai para o MERCOSUL nas gestões da Frente Ampla: uma análise comparativa das gestões de José Mujica e Tabaré Vázquez"*  
(09:40 – 10:00)

Augusto César Dall'Agnol  
*"Lakatos e a discussão intrateóricas relações internacionais: os realismos"*  
(10:20 - 10:40)

Ana Luiza Vedovato Rodrigues, Abner Sant'Ana dos Santos, Guilherme Mezzon Mezzari e Marina Zuchetto  
*"A teoria dos regimes e o advento das questões ambientais nas agendas políticas dos Estados: a autonomia, relevância e eficácia do regime do ozônio"*  
(10:50 - 11:25)

**Prof. JOSÉ RENATO FERRAZ DA SILVEIRA**

Nicollas Cayann  
*"O Brasil Latino: a entrada do Brasil na ideia de América Latina na segunda metade do século XX"*  
(09:00 - 09:20)

Guilherme Pastl, Augusto César Dall'Agnol, Bóris Zabolotsky, Leila Bartz e Luísa Zanini  
*"A cooperação entre a Universidade Federal de Santa Maria e as Forças Armadas do Brasil: balanços e perspectivas"*  
(09:30 - 10:05)



**Prof. MARCOS PALERMO**

**Amanda Rodrigues da Cruz (09:30 - 09:50)**

*"A legislação excludente como obstáculo à mobilidade humana internacional"*

**(09:30 - 09:50)**

**Alessandra Jungs de Almeida**

*"A mobilidade humana internacional e a soberania nacional: a construção do direito ao voto no Estado brasileiro"*

**(10:00 – 10:20)**

**Prof. ARTHUR COELHO**

**Ana Laura Anschau**

*"Uma análise sobre o poder da diplomacia cultural na Política Externa Brasileira (2003-2010): Abordagens Preliminares"*

**(09:00 - 09:20)**

**Ana Carolina Serro Polita e Bruna Lopes Silva**

*"Sociedade Civil Global como perspectiva teórica: conceitos e relações"*

**(09:30 - 10:00)**

**Giuliana Facco Machado, Jéssica Maria Grassi, Júlia Cristina Hoppe, Júlia de Mello Feliciano e Yasmine Sensão**

*"Feminismo e Gênero nas Relações Internacionais: perspectivas de um projeto transnacional"*

**(10:20 - 10:55)**

**Aruanã Emiliano Martins Pinheiro Rosa**

*"Uma análise teórica no campo das Relações Internacionais: globalização e interdependência"*

**(11:10 - 11:30)**

## ARTIGOS

### DA TEORIA À PRÁTICA: AS TENDÊNCIAS DA POLÍTICA EXTERNA DE ISRAEL NO PERÍODO DE 1948 a 1978.

Abner Sant'Ana<sup>2</sup>  
Gustavo Manduré<sup>3</sup>  
Júlia Loose<sup>4</sup>

#### Resumo

O ideal da construção de um Estado independente, tendo raízes no sionismo político e no desejo do povo judaico, após décadas de diásporas, de retornar à sua pátria de origem abrange desde questões indidentitárias às questões de geopolítica que são refletidas nas ações da política externa do país. Sob uma perspectiva histórica, é possível perceber que a política externa de Israel está intrinsicamente ligada aos conflitos armados a qual o país esteve envolvido, sobretudo no período entre 1948 e 1978 e a forte presença da preservação da identidade nacional. Face a este cenário, o problema de pesquisa deste trabalho busca elucidar quais os fatores podem ser mensurados como determinantes da política externa de Israel e se é possível estabelecer uma tendência. A hipótese considera que a formulação da política externa do país é um processo plural composto pela preservação da identidade nacional e pela garantia da sua sobrevivência frente aos constrangimentos impostos pela região hostil.

**Palavras-chave:** Israel. Política Externa. Oriente Médio.

#### Introdução

Tratar de política externa consiste primeiramente, em estabelecer quais os fatores incluídos no processo de tomada de decisão por parte dos chefes de Estado. As teorias dominantes de relações internacionais tendem a considerar que o que ocorre dentro dos Estados não é relevante para a análise das relações internacionais, enfatizando a centralidade do Estado como ator unitário. Essa característica embasada pelo Realismo remete a imagem do Estado como a de uma caixa-preta, onde suas ações partem de uma racionalidade em busca

---

<sup>2</sup> Aluno do quinto semestre em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria.

<sup>3</sup> Aluno do quinto semestre em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria.

<sup>4</sup> Aluna do sétimo semestre em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria.

de benefícios de forma a desconsiderar o papel das forças constitutivas pelas quais ele é composto.

A condução da Política externa de Israel, de acordo com Bernard Reich, está pautada nos ideais do Estado Judaico e tem como principal pilar assegurar sua sobrevivência em meio a uma região hostil. O que mais uma vez pode ser relacionado com a teoria realista. Quanto ao processo de tomada de decisões, há de fato uma centralização da tomada de decisões por uma elite que é refletida nas ações finais do Primeiro Ministro, entretanto o poder é difuso nas estruturas burocráticas. Ressalta-se, desta forma, que a peculiaridade do estado de Israel caracteriza-se pelo forte grau de identidade nacional preservado pelo governo. Ou seja, o compromisso assumido pelo estado juntamente com suas instituições com a segurança da comunidade judaica global.

Face a este cenário, alguns questionamentos sobre o processo de condução da política externa de Israel servem como orientadores deste trabalho. São eles: Quais os fatores podem ser mensurados como determinantes da política externa de Israel? Em termos gerais, é possível estabelecer uma tendência no que tange ações da política externa de Israel desde a construção do Estado? Para atingir-se respostas que auxiliem para a compreensão destas indagações, a análise destes temas concentra-se nos anos de 1948 a 1978.

A hipótese a ser testada considera que a formulação da política externa de Israel é um processo composto por dois fatores principais: 1) preservação da identidade nacional, não só da sua população, mas do povo judaico ao redor do mundo, tendo em vista que a ideologia sionista foi fundamental para a construção do Estado Judaico; 2) As ações da política externa são pautadas na garantia da sua sobrevivência frente aos constrangimentos impostos pela região hostil.

O objetivo geral do trabalho é estabelecer quais são os fatores que determinam a política externa de Israel. OS objetivos específicos desenvolvimentos em cada seção consistem em: analisar a estrutura doméstica política de Israel, com o intuito de elucidar se há uma centralização do processo de decisão de política externa nas instituições; identificar a influência do conceito da identidade nacional do povo judaico na formulação política externa (Aqui pode ser tratado sobre a política de migrações de judeus para o país); Identificar através de exemplos da história se existe uma tendência de Política externa adotado por Israel e

estabelecer o período de variação dessa tendência e por fim faz parte do escopo deste trabalho analisar a condução da política externa de Israel sob duas perspectivas teóricas de relações internacionais visto que as teorias facilitam no processo de compreensão do estudo de caso.

## **A política externa de Israel;**

### **Estrutura Política Doméstica**

Desde a criação do Estado de Israel, sua preocupação com a formulação da política externa sempre esteve dentre as principais pautas a serem consideradas pelo Governo devido a hostilidade presente na região. No entanto, após a Guerra dos 6 dias, as questões relativas à segurança nacional passaram a possuir um caráter diferenciado, de maior peso nos rumos do país, fazendo com que, segundo Freilich (2006: 650), orçamento destinado às questões de defesa seja o maior nas contas do estado. Demant (2001, *apud* CASARÔES, 2006:112) caracteriza a ideologia sionista entre 1948 até 1967, de “sionismo estatal” e o que sucede, de “sionismo tardio”, compreendido e 1967 até 1991.

Apesar de ser um país pequeno, Israel enfrenta complexas e numerosas questões de segurança nacional que envolvem outras áreas tais como, diplomacia, política, tecnológica e militar (FREILICH, 2006). As decisões em termos de política externa sempre foram tomadas de maneira amplamente consensual sob os assuntos de ameaça de genocídio ou até mesmo de destruição do estado.

Segundo Metz (1988), a formulação da maioria das decisões acerca da política externa de Israel se dão entre o Primeiro Ministro, o Ministro da Defesa, o Ministro de Relações Exteriores e outros ministros selecionados, por vezes, para tal, formando uma espécie de *inner cabinet*. O Primeiro Ministro geralmente é o responsável por maior parte da formulação das tomadas de decisões sob as políticas que deverão ser exercidas pelo Ministro das Relações Exteriores. Há no Ministério das Relações exteriores outros membros responsáveis pela formulação da política externa composta por diretores gerais, chefes de departamentos, conselheiros e embaixadores que supervisionam a implementação do que fora estipulado pelo primeiro ministro.

Uma das mais importantes comissões do parlamento israelense (*Knesset*) é justamente a Comissão de Assuntos Exteriores e Segurança, composta por 26 membros de renome, que tem como objetivo não formular novas políticas, senão e legitimizar as opções tomadas pelo Executivo, caso haja alguma controvérsia. Os membros da Comissão não recebem todas as informações detalhadas acerca das posições oficiais para que não haja o risco de que vazem para a mídia.

A política externa de Israel é guiada, basicamente, pela sua posição estratégica, na qual se encontra cercada de países árabes que não o reconhecem, com exceção do Egito (1979) e da Jordânia (1994), vivendo em um ambiente completamente hostil, em que garantir a segurança significa garantir a integridade nacional; ademais de questões internas relativas ao conflito Árabe-Israelense. Além disso, Israel procura fomentar a imigração judaica para o seu território e também proteger as comunidades judaicas espalhadas pelo mundo. Israel procura sobretudo superar o seu isolamento diplomático na região buscando que seus vizinhos o reconheçam que possa estabelecer relações amigáveis com o máximo de estados possíveis não só no Oriente Médio com também no resto do mundo.

Segundo Freilich, (2006: 659, 663), as políticas de Israel sempre foram muito efetivas, em comparação aos países da região, chegando a serem dignas de servirem de exemplo aos seus vizinhos, sobretudo no quesito de defesa. Esta maneira de organizar a política externa se mantém, por aproximadamente 70 anos, desde a criação do Estado, o que mudou não foi a estrutura propriamente, mas buscou-se sofisticação e ampliação.

### **O Fator da Identidade Nacional**

Desde a diáspora na época romana, em que os judeus se espalharam pelo mundo, foram postos frente a barbárie como, perseguidos pela Inquisição, por diferentes motivos. No século XIX, Theodor Herzl com o propósito de encontrar uma solução para que seu povo pudesse finalmente viver em paz, escreveu o livro “O Estado Judeu”, sentado as bases do que viria a ser o movimento Sionista. Os judeus russos principalmente, começaram uma série de levadas migratórias para a região a Palestina com o intuito de fugir dos *pogroms* que vinham sofrendo. No século XX, com as ascensões do totalitarismo na Europa, essa onda migratória só se intensificou. Com a criação de Israel em 1948, o estado estava feito, necessitava-se criar

os israelenses. Hino, bandeira, e dentre os judeus oriundos de diversos países distintos, fazia-se necessário a criação de uma língua comum. Uns falavam *ladino*, outros *yiddish*, línguas que surgiram da mistura do hebraico com as línguas autóctones para onde haviam imigrado os judeus no passado. O hebraico era a língua que unia a todos os judeus histórica e religiosamente, no entanto era um idioma muito arcaico utilizado apenas nos ritos litúrgicos, tendo que passar por uma reformulação para que se formulasse novas palavras que não eram contempladas pela língua devido sua longa antiguidade.

Isto posto, outro fator importante para o reforço da identidade judaica, era “recolher o rebanho” que estava disperso pelo mundo desde então, como forma de uma garantia de vida segura a todos que há muito já haviam sofrido. Em 1950, o *Knesset*, promulga a Lei de Retorno, a qual permite que todo o judeu tem o direito de morar em Israel e de ter a cidadania assegurada, se quiser. Consolidando, assim, os princípios sionistas e buscando substitutos para as terras palestinas que acabavam por ficar vazias.

### **Análise histórica: a condução da política externa de Bem Gurion à Menachem Begin**

Desde a criação do Estado de Israel, em 1948, a atuação de sua política externa tem sido um grande fator a ser considerado na própria sobrevivência do Estado. Embora muito de sua proteção e da sua projeção de poder venham dos Estados Unidos pela atuação do lobby sionista, entre outros fatores, o partido e o modo de visão do primeiro-ministro, e o posicionamento adotado pelo *Knesset*, geram importantes consequências à posição de Israel no jogo político da região.

Observando de uma perspectiva histórica, podemos perceber que a Política Externa está intrinsicamente ligada aos conflitos armados a qual Israel esteve envolvido, sobretudo no período entre 1948 e 1978. Podemos dividir o modo de atuação dessa política em dois períodos, tendo como divisor de águas a ascensão do primeiro-ministro Golda Meir. Até Golda, podemos caracterizar o trabalho dos primeiros-ministros mais focado na construção de Estado e nas estruturas próprias do Estado. Esse período foi marcado por intensos conflitos, conhecidos como as Quatro Guerras Árabe-Israelenses (Guerra da Libertação, Guerra de Suez, Guerra dos Seis dias e Guerra do Yom Kippur). Após a saída de Golda Meir em 1974, a preocupação dos *policy makers* israelenses muda o foco, atentando de forma mais incisiva

para a relação de Israel com os países árabes mais próximos, sua imagem em âmbito internacional e a questão do reconhecimento ao Estado.

*Ben Gurion, Moshe Sharett, Levi Eshkol e Golda Meir*

Os quatro primeiros ministros de Israel, juntamente com Yigal Allon, que assumiu o cargo de forma interina entre Levi Eshkol e Golda Meir, eram de origem partidária da esquerda sionista (Partido Mapai e, depois, Partido Trabalhista) e foram responsáveis pela maior parte dos esforços de construção e firmação do Estado de Israel, inclusive com ações anteriores à criação oficial do Estado em 1948.

*Ben Gurion e Moshe Sharett*

Um dos mais importantes políticos da História de Israel, David Ben Gurion nasceu no que era, então, o Império Russo, em 1886, e esteve em contato com ideologias marxistas e sionistas desde jovem, inclusive entrando no movimento marxista *Poale Zion*, enquanto estudava na Universidade de Varsóvia. Seu pai era um dos líderes do movimento *Hovevei Zion*, organização considerada uma das precursoras do movimento sionista moderno, inclusive conhecendo Theodor Herzl, autor do livro “O Estado Judeu” e principal idealista da criação do Estado hebreu. Essas duas ideologias influenciaram-no futuramente em sua caminhada política, em suas ações e discursos nacionalistas. A preocupação de Ben Gurion não dizia respeito somente à proteção do povo judeu, mas também em sua questão territorial e histórica. Certa vez, em sua passagem pelo Reino Unido, chegou a afirmar que “*Se fosse possível e eu tivesse que escolher entre salvar todas as crianças judias da Alemanha trazendo-as para a Inglaterra ou salvar apenas metade ao transportá-las para a Terra de Israel, então eu escolheria a segunda opção. Devemos tomar em consideração não apenas as vidas destas crianças, mas também a História do povo judeu*”<sup>5</sup> (tradução nossa).

Na sua caminhada política, foi um dos maiores influenciadores da criação do *Yishuv*<sup>6</sup> e da *Haganah*<sup>7</sup>. Sua ideologia e força política foram grandes contribuições para a Política

---

<sup>5</sup> "If I knew it was possible to save all the children in Germany by taking them to England, and only half of the children by taking them to Eretz Israel, I would choose the second solution. For we must take into account not only the lives of these children but also the history of the people of Israel." Source : Yvon Gelbner, "Zionist policy and the fate of European Jewry", in Yad Vashem studies (Jerusalem, vol. XII, p. 199)

<sup>6</sup> Assentamentos judeus em terras palestinas.

<sup>7</sup> Força paramilitar do movimento sionista com foco à imigração clandestina, e que mais tarde foi uma das bases para a criação do *Mossad* e das Forças de Defesa de Israel.

Externa de Israel, cuja liderança era exercida por Moshe Sharett, Ministro das Relações Exteriores de seu governo. A política externa de Ben Gurion e Sharett foi marcada pela aproximação quase que exclusiva com potências ocidentais, tais como Estados Unidos, França e, sobretudo, Reino Unido, que detinha o controle da região até então, além de possuir notável influência no Oriente Médio.

Ben Gurion foi o primeiro-ministro do Estado de Israel, exercendo a função entre a Declaração de Independência, em 1948, até dezembro de 1953, e novamente entre 1955 e 1963. Entre seus mandatos, o cargo foi exercido por Sharett, que comparado a Ben Gurion, teve uma participação mais discreta.

No governo Sharett ocorreu o Caso Lavon, no Egito. Com a política nacionalista de Nasser e o aumento de apoio americano desde o início da década de 1950, o Reino Unido perdia aos poucos sua influência e ameaçava retirar suas tropas da região de Suez, o que era desfavorável para Israel. O Caso Lavon foi um escândalo político conduzido no Egito em 1954, sendo uma ação desenvolvida por judeus-egípcios com patrocínio do governo israelense, com a intenção de atribuir responsabilidade à Irmandade Muçulmana, criando um clima de violência e instabilidade para induzir o Governo Britânico a manter suas tropas no Canal de Suez. Entretanto, Tom Segev, jornalista do “Haaretz”, foi o responsável por divulgar, em 2007, o diário de Sharett, onde apresenta o primeiro-ministro numa postura de moderação, observando o quanto sua força política foi essencial para o desenvolvimento da ação Lavon, sem excessos.

### *Levi Eshkol*

Eshkol foi eleito para o *Knesset* pela primeira vez em 1951 como membro do partido Mapai. Em 1963 ele foi eleito primeiro-ministro, sucedendo a David Ben Gurion. Como primeiro-ministro, Eshkol foi o primeiro a descentralizar, de maneira mais incisiva, o foco das relações externas, estabelecendo o contato diplomático com a República Federal Alemã e com a União Soviética. Embora não fosse uma decisão popular, pelo fato da URSS ser grande aliada de muitos países rivais de Israel na região, o acordo com a União Soviética foi importante ao permitir que judeus soviéticos pudessem emigrar para Israel. Em sua gestão, Israel estava muito mais avançado militar e economicamente do que os países da região, enquanto o Egito, com o regime nasserista, apresentava uma projeção crescente de força que



não era visto com bons olhos por Israel. Sendo assim, em 1967, ocorreu a Guerra dos Seis Dias. Eshkol desempenhou papel de relevância e firmeza, juntamente com o comando militar de Moshe Dayan, derrotando os três inimigos, Egito, Síria e Jordânia, e a conquista de porções estratégicas de território nos países tornou-se uma ferramenta de negociação com os países árabes. Eshkol faleceu em mandato, em 1969, deixando Israel com o mito de invencibilidade e certa superioridade material.

### *Golda Meir*

A década de 1970 apresentou diversas alterações no cenário na região, principalmente entre Egito e Israel. Seus representantes, Nasser e Eshkol, faleceram, subindo ao poder Sadat e Meir. Golda Meir foi a quarta primeiro-ministro de Israel, possuindo notável carreira política anterior, sendo embaixadora israelense na extinta URSS em 1948 na era Ben Gurion, ministra do Bem-Estar Social, ministra do Exterior e secretária-geral do Partido Mapai.

Ao tornar-se primeiro-ministro, mostrou-se disposta a negociar com os países árabes, não sendo correspondida. Entretanto, o cenário que se formou foi de um aumento da rivalidade. Sadat ao assumir, tinha por preocupação chamar ainda mais a atenção norte-americana para o Egito e reconquistar os territórios antes perdidos por Nasser. Aliando-se à Síria, ambos arquitetaram uma nova ofensiva militar atacando Israel num dia sagrado judeu, o Yom Kippur (dia do Perdão). Descobertas posteriores à invasão indicaram que a inteligência de Israel tinha conhecimento de um ataque, mas que somente a ponto de considerar como probabilidade. Os dois generais, Moshe Dayan e David Elazar, divergiam quanto a como responder. Embora tenha autorizado o deslocamento das tropas, Golda Meir não ordenou o ataque preventivo, observando como as relações com países extra regionais poderiam ser abaladas.

A Guerra de Yom Kippur teve grande participação estrangeira, sobretudo pelo patrocínio fornecido por URSS e EUA. O auxílio de armamentos e tecnologia dos Estados Unidos (estima-se que o investimento americano era duas vezes maior que o auxílio soviético) fortaleceu consideravelmente a defesa de Israel.

A partir de Golda Meir, a participação do Reino Unido na agenda da Política Externa de Israel foi substituída pela dos Estados Unidos, que viam Israel como principal base de

apoio na região. Golda Meir usou a vitória do Yom Kippur para promover sua política externa, preparando o terreno para a aproximação com países árabes. Embora a guerra tenha sido vencida por Israel, as insatisfações populares pelas baixas no início da guerra levaram Golda Meir à renúncia do cargo em 1974, assumindo em seu lugar Yitzhak Rabin, seu Ministro do Trabalho. Cabe ressaltar que o trabalho de Meir foi essencial para a afirmação de Israel na região como Estado.

*A era pós-Meir: Yitzhak Rabin e Menchem Begin*

Após a renúncia de Golda Meir, Rabin assumiu como primeiro-ministro. Uma vez que Israel já havia se firmado como nação, e como potência. Rabin começou a voltar-se de forma mais incisiva para os vizinhos Árabes. Até então Israel mostrava-se como uma potência regional, porém não tinha relações com nenhum país árabe. A partir da situação deixada por Meir, Rabin e Begin puderam então passar para um segundo nível de Política Externa, dispostos a negociação com vizinhos e outros países do mundo também. Yitzhak Rabin, até então embaixador israelense nos Estados Unidos, assume com a renúncia de Meir, em 1974, mas demite-se em 1977. Em seu lugar, Menachem Begin assumiu, sendo o primeiro premiê a não participar de movimentos da esquerda sionista. Begin era um dos fundadores do Herut (que mais tarde se tornaria o partido dominante na coligação Likud), trazendo novas doutrinas à Política Externa de Israel.

Sua política externa foi marcada por alguns eventos, como o de 1979, onde após os Acordos de Camp David, Begin assinou o Tratado de Paz Israelo-Egípcio com Sadat, onde entregava à posseção egípcia, a península do Sinai. Em troca, conseguiu que o Egito, como primeiro país árabe, reconhecesse Israel como Estado. Esse reconhecimento, mediado pelos Estados Unidos, além de neutralizar o principal oponente projetor de poder na região, o trouxe para o próprio lado. Em segundo plano, Begin autorizou um ataque ao reator de Tammuz, no Iraque, governado já por Saddam Hussein. Esse ataque, sob pretexto de prevenção a um ataque contra Israel que ocorreria posteriormente, foi a base da Política Nuclear de Israel, chamada também de Doutrina Begin. Além disso, a política de Israel começou a abrir-se em relação ao oriente. A China, interessada no posicionamento estratégico de Israel e sua ligação com o Mediterrâneo, começou um processo de parceria econômica, que vingou com o fim da Guerra Fria.

Com o rompimento do isolamento diplomático, Yitzhak Rabin encerrou sua gestão em 1983, passando para Yitzhak Shamir. De forma geral, a política externa do Estado de Israel dividiu-se nesses dois períodos, cujos focos de atuação condiziam com a parte interna, primeiramente, em sua estruturação de Estado, construídos por partidos sionistas de esquerda; e depois externamente, em sua relação com os demais países, quando partidos mais de direita ascenderam. A presença de países ocidentais (Reino Unido, primeiramente, e depois Estados Unidos) foi um fator constante, tanto nas decisões tomadas quanto no patrocínio de Israel.

### **Política externa de Israel: contribuições teóricas**

As teorias de relações internacionais cumprem um papel importante ao passo que contribuem para o esforço do entendimento de temas recorrentes a realidade. De acordo com Nogueira e Messari, “as teorias das relações internacionais têm a finalidade de formular métodos e conceitos que permitam compreender a natureza e o funcionamento do sistema internacional compreender a natureza e o funcionamento do sistema internacional, bem como explicar os fenômenos mais importantes que moldam a política mundial”. (NOGUEIRA, MESSARI, 2003:2). Visto que a política externa de Israel é um processo que inclui diferentes variáveis, o objetivo desta seção é elucidar através das contribuições teóricas das relações internacionais explicações que sustentem a hipótese deste trabalho.

De acordo com a visão realista, os Estados são unidades autônomas que agem com base nos seus próprios interesses a fim de maximizar seus benefícios. Em suma o interesse nacional consiste na garantia da sua sobrevivência e integridade territorial no sistema internacional.

Para Waltz, importante teórico da teoria estruturalista de relações internacionais, partindo do pressuposto que o elemento ordenador do sistema é a anarquia, obtém-se que a própria estrutura define quais serão as ações e interações das unidades, Estado, no sistema e não vice e versa. Neste sentido, Waltz parte de uma análise da política internacional do “todo para as partes”. Os estados são elementos chave para o funcionamento do sistema, pois é através das suas interações e capacidades que este sistema será definido. Para o autor, os Estados são as unidades cujas interações formam a estrutura dos sistemas nas relações internacionais. (WALTZ, 1979:135). Dessa forma, ao beber de suas raízes realistas,

entende-se que as condições constrangedoras as quais as unidades estão sujeitas são designadas pela estrutura anárquica do sistema que impõe um único objetivo para suas unidades: a sobrevivência.<sup>8</sup> Portanto, a estrutura, constrange, limita e orienta a ação dos agentes. (WALTZ, 1959: P.)

Em contrapartida, sob outra perspectiva de análise das relações internacionais, no construtivismo obtém-se que o Estado deve ser tratado de forma plural, ou seja, com a presença de forças constitutivas capazes de influenciar o processo de interação no sistema internacional. De acordo com Wendt, a tendência nos estudos de relações internacionais em ver o poder e as instituições como duas explicações opostas de política externa é ilusória, uma vez que a anarquia e a distribuição de poder só têm significado para a ação estatal em virtude dos entendimentos e expectativas que constituem identidades e interesses institucionais” (WENDT, 1995:435).

Trazendo as reflexões destas duas abordagens para o objeto de pesquisa, observa-se que a política externa de Israel ao longo da história desde a criação do Estado, em 1948 teve uma tendência a ser pautada sob esses dois aspectos: 1) Identidade nacional como aspecto fortalecedor das decisões do Estado e 2) garantia de sua sobrevivência em meio a uma região hostil. De acordo com Bernard Reich, é importante compreender que as ações de Israel perante a comunidade internacional também consistem em proteger as minorias judaicas ao redor do mundo, garantir a segurança dos imigrantes judeus e acolhimento por parte do Estado. Trata-se do comprometimento que o Estado tem perante a comunidade judaica global. Além disso, o autor ressalta que o impacto da trajetória histórica dos judeus reflete nas suas políticas atuais, pois “depois de tantos eventos negativos na história a criação e consolidação do Estado foi o primeiro evento positivo”. (BROWN, 2004:122).

### **Considerações finais**

Pode-se observar a existência de uma forte tendência na política externa de Israel no período estudado em que busca assegurar sua sobrevivência e sua integridade territorial em meio a um cenário geográfico cercado por vizinhos hostis a sua existência e se utilizar desses

---

<sup>8</sup> In Morgenthau.

fatores para fortalecer não só a nacionalidade da população israelense, como também a identidade judaica – incluindo os judeus que vivem na Diáspora. A grande hostilidade presente na região se dá devido aos conflitos com a Palestina, principalmente no âmbito interno, tendo a política de expansão de assentamentos, como uma das principais causas de dissidência. Ainda, a forte relação com os Estados Unidos acaba por gerar um sentimento “anti-Israel” por parte dos demais vizinhos, agravando ainda mais a situação e sendo um impasse para a estabilidade na região, o que por conseguinte gera uma espécie de espiral que apenas serve como mais um motivo para justificar sua política ofensiva de garantia de sua sobrevivência frente aos vizinhos árabes.

No que tange à preservação da identidade nacional, interligada ao processo da política externa, busca-se garantir a segurança de seu povo acima de tudo, promovendo a ideia de Israel seria um refúgio onde todos os outros judeus que vivem na Diáspora podem se sentir protegidos – inclusive estimulando as imigrações para Israel, através da Lei de Retorno. A preservação do território reflete a trajetória sofrida do povo judeu, principalmente pela Europa, em que passaram por tantos eventos negativos, logo a consolidação de um Estado – preceito do Sionismo, pois só assim poderiam viver finalmente em paz- é visto como o primeiro evento positivo, como bem elucida Brown (2004).

Por fim, as teorias realista e construtivista serviram para auxiliar a estabelecer uma certa tendência da política externa israelense, explicando as duas hipóteses, aqui, propostas: 1) de que a preservação da identidade nacional através da ideologia sionista é fundamental para a sustentação do Estado Judaico bem como dos judeus espalhados pelo mundo; 2) Os constrangimentos impostos pelos seus vizinhos, servem para que a política externa sirva de sustentáculo para a sobrevivência do Estado no Sistema.

### **Referências bibliográficas**

BROWN, L. Carl, org. 2004. **Diplomacy in the Middle East: The International Relations of Regional and Outside Powers**. London: I. B. Tauris.  
<http://www.amazon.com/Diplomacy-Middle-East-International-Relations/dp/1860648991>

DEMANT, Peter (2001) *apud* CASARÕES, Guilherme – “**Identidade Nacional, Política Externa e Guerra: a “Operação paz para a Galilea” revisitada**”. ABRI: Carta Internacional, Vol.7, n.2, jul-dez, 2012. (pp.99 – 216).

FELDBERG, Samuel. **Estados Unidos e Israel: Uma aliança em questão**. São Paulo. Editora Hucitec, 2008.

FREILICH, Charles D. - “**National Security Decision-Making in Israel: Processes, Pathologies, and Strengths**” - Cambridge: The Harvard Journal of Middle East Politics, Vol. 60, No.4, 2006.

HALLIDAY, Fred. **The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

METZ, Helen C. - **Israel: A Country Study**. Washington: GPO for the Library of Congress, 1988.

NOGUEIRA, João P. Messari. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Elsevier. Rio de Janeiro. 2005.

PUTNAM, Robert D. **Diplomacy and Domestic Politics: the logic of two-level games**. International Organization. 42, 3, Summer. 1988 by the World Peace Foundation and the Massachusetts Institute of Technology.

ROCHE, Alexandre. **O mundo árabe em transformação - O Oriente Médio pós-Guerra Fria: a geopolítica e o processo de paz Israel-OLP**. Porto Alegre: FAPA, 2012.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **O grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe**. Ed 1. Rio de Janeiro. Elsevier. 2014.

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**. Tradução: Maria Luísa Felgueiras Gayo. Lisboa. Gradiva. 2002.

WENDT, Alexander. **Constructing International Politics**. International Security. Vol. 20, No. 1. Summer, 1995. pp. 71-81. Published by The MIT Press.

## LAKATOS E A DISCUSSÃO INTRATEÓRICA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: OS REALISMOS

Augusto César Dall'Agnol<sup>9</sup>

### Resumo

O presente trabalho tem como objetivo clarear a discussão interna a teoria do Realismo das Relações Internacionais. Para isso, buscará, por meio de revisão bibliográfica, sistematizar o Realismo Estrutural na forma de um programa de pesquisa científico consoante com a ideia de Lakatos. Além disso, busca demonstrar que o Realismo Ofensivo mearsheimeriano representa uma mudança teórica intraprogramática progressiva no interior do Programa de Pesquisa Científico do Realismo Estrutural. Por fim, traz a discussão levantada pelo Realismo Neoclássico e suas contribuições ao debate teórico contemporâneo.

**Palavras-chave:** realismo estrutural; realismo ofensivo; realismo neoclássico; Lakatos; progresso teórico.

### Introdução

O objetivo do presente trabalho é, em um primeiro momento, reproduzir a sistematização do Realismo Estrutural<sup>10</sup> de Kenneth Waltz (1979) e do Realismo Ofensivo de John J. Mearsheimer (2001; 2006), tal qual proposta por Flávio P. Mendes (2013) em sua tese doutoral, na forma de um Programa de Pesquisa Científico. Buscar-se-á, portanto, identificar o seu núcleo duro, seu cinturão de proteção de hipóteses auxiliares, suas heurística, negativa e positiva.

Em um segundo momento, expor-se-á as principais contribuições do Realismo Neoclássico, presentes em três artigos de Gideon Rose (1998), Randall Schweller (2003), e Feng & Ruizhuang (2006) ao debate realista das Relações Internacionais. Por fim,

---

<sup>9</sup> Graduando do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria, pesquisador no Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais de Santa Maria (PRISMA) na linha de Segurança Internacional. E-mail: a.agnol@gmail.com.

<sup>10</sup> Na entrevista de Reis (2011, p. 132) com Waltz, o autor revela que gosta do rótulo de realista estrutural. "Porque neorealismo não nos diz ao certo o que é. Só nos diz o que não é; que não é Realismo Tradicional. Realismo Estrutural, pelo menos, dá-nos uma sugestão do que é novo no neorealismo".

analisar-se-á a possibilidade e a viabilidade de sistematizar um possível PPC do Realismo Neoclássico.

Além das bibliografias supracitadas, o presente trabalho vale-se da contribuição do livro de Elman & Elman (2003) e dos artigos desenvolvidos por Humphreys (2012) e Silveira (1996), que muito vêm a contribuir com o desenvolvimento da metodologia científica proposta neste trabalho.

O presente artigo encontra-se em um patamar de abstração tal que não se aterá à pormenorização de alguns conceitos suficientemente difundidos na literatura. Tampouco lançar-se-á mão de exemplos históricos. Atere-se-á-, portanto, à essência dos elementos discutidos nas Teorias de Relações Internacionais.

Na primeira seção deste artigo buscar-se-á expor a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica de Lakatos sem, entretanto, aprofundar no embate Popper-Kuhn-Lakatos<sup>11</sup>.

### **Lakatos e a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científicos**

Antes de analisar no que consiste a MPPC de Lakatos, é importante ressaltar que o presente trabalho não busca remontar o debate acerca da filosofia da ciência do programa faseacionista de Karl Popper e da abordagem de Thomas Kuhn. Basta salientar, contudo, que a MPPC de Lakatos "pode ser encarada como uma sofisticação do programa falseacionista pela incorporação de críticas introduzidas por Kuhn e seus seguidores" (MENDES, 2013, p. 30).

Quanto ao PPC proposto por Lakatos (1979), um programa de pesquisa pode ser caracterizado pelo seu núcleo duro. O núcleo duro é convencionalmente aceito e, portanto, irrefutável, por decisão provisória. O núcleo duro é protegido pela heurística negativa do programa, que funciona como "um conjunto de proposições que expressam que o seu conteúdo não pode ser diretamente desafiado ou testado" (Elman e Elman, 2003, p. 26, tradução nossa). O cinturão de proteção, por sua vez, é passível de modificado e reajustado

---

<sup>11</sup> O embate entre Popper e Kuhn pode ser encontrado na tese doutoral de Mendes (2013, p. 16-39).



através da introdução de hipóteses auxiliares a fim de resguardar o núcleo duro contra possíveis anomalias. De acordo com Mendes (2013, p. 32) "é ele quem recebe diretamente os golpes da empiria e trata de acomodá-los". O reajuste do cinturão de proteção, entretanto, deve obedecer as determinações da heurística positiva do PPC, definida por Lakatos (1979, p. 165, tradução nossa) como um "conjunto parcialmente articulado de sugestões ou palpites sobre como mudar e desenvolver as variantes refutáveis do programa de pesquisa, e sobre como modificar e sofisticar o cinturão de proteção refutável". A heurística positiva indica, então, que o desenvolvimento de um PPC relaciona-se com a previsão de prováveis anomalias e a elaboração de diretrizes para guiar o seu tratamento.

Quanto a avaliação acerca da progressividade dos PPC, tema que será abordado dentro da quarta terceira seção deste trabalho, vale ressaltar que ela envolve regras que caracterizam os Programas de Pesquisa Científicas como "progressivos" ou "regressivos". Um programa é "teoricamente progressivo quando cada modificação no cinturão protetor leva a novas e inesperadas predições ou retrodições"<sup>12</sup> (SILVEIRA, 1996, p. 223). Ele será empiricamente progressivo, portanto, se pelo menos algumas das novas predições forem corroboradas.

Sempre é possível, através de convenientes ajustes no "cinturão protetor", explicar qualquer anomalia. [...] Estes ajustes são "ad-hoc" e o programa está "regredindo" ou "degenerando" quando eles apenas explicam os fatos que os motivaram, não prevendo nenhum fato novo, ou, se prevendo fatos novos, nenhum é corroborado (SILVEIRA, 1996, p. 223).

Para ser considerada científica, portanto, é necessário que uma teoria seja teoricamente progressiva, ou seja, precisa levar à previsão de fatos novos. Além de ser teoricamente progressiva, para ser científica, a teoria deve ser empiricamente progressiva. "Isso significa que pelos menos parte dos novos fatos previstos deve ser corroborada empiricamente" (MENDES, 2013, p. 33)

Por fim, cabe destacar as duas possíveis formas de mudanças teóricas: intraprogramáticas e interprogramáticas. As mudanças intraprogramáticas são caracterizadas por alterações no cinturão de proteção de um PPC, sem, contudo, ferir o seu núcleo duro. "Neste caso, continua-se no interior de um mesmo PPC, o qual é considerado progressivo se

---

<sup>12</sup> Uma retrodição é a explicação de um fato já conhecido. Uma predição é a antecipação de um fato ainda não observado.

as alterações respeitarem aos critérios de aceitabilidade e de heurística. Caso contrário, está-se diante de uma mudança degenerescente" (MENDES, 2013, p. 35). As mudanças interprogramáticas, por sua vez, são caracterizadas por alterações no núcleo duro do PPC, ou seja, vão de encontro às determinações de sua heurística negativa. Ou seja, há a criação de um novo PPC, com um novo núcleo duro, sem, entretanto, acarretar na imposição das regras da heurística positiva do primeiro ao segundo

### **Programa de Pesquisa Científica do Realismo Estrutural de Waltz**

A presente seção destina-se a incorporar o Realismo Estrutural à epistemologia de Lakatos, tal qual proposta por Mendes (2013), a fim de formalizar um Programa de Pesquisa Científico do mesmo. Ou seja, faz-se necessário identificar quais argumentos das obras de Waltz compõe o núcleo duro deste PCC, protegido pela sua heurística negativa. Cabe identificar, também, quais partes devem do trabalho de Waltz compõe o cinturão de proteção de hipóteses auxiliares do PCC. Não é o objetivo desta seção, entretanto, debater o PPC do Realismo Estrutural proposto por Mendes, apenas expor a sua sistematização.

### **Núcleo duro e heurística negativa**

Flávio P. Mendes (2013, p. 98-105), em sua tese doutoral, propõe que a obra de Waltz dá origem a um Programa de Pesquisa Científico cujo núcleo duro é composto por quatro elementos: a) os principais atores da política internacional são os Estados; b) os Estados são unitários; c) os Estados colocam sua sobrevivência acima de qualquer outro objetivo; d) os principais incentivos ao comportamento dos Estados, que dão conta das resultantes internacionais mais significativas, emanam da estrutura do sistema internacional.

Quanto à sobrevivência dos Estados como primeiro objetivo, Waltz reconhece que os objetivos dos Estados podem variar dramaticamente, desde a dominação universal até meramente serem deixados em paz (WALTZ, 1979, p. 117). Entretanto, considerar os Estados como unitários, assim como afirmar que os principais incentivos ao comportamento dos Estados emanam da estrutura do sistema internacional, são pressupostos ontológicos. Waltz

abstrai, portanto, os processos domésticos de formação de interesses e de tomada de decisão<sup>13</sup>, assunto que será retomado na quinta seção deste trabalho com a exposição das ideias do Realismo Neoclássico. Por ora, basta apontar que para Waltz, "teorias não podem incluir todas as variáveis que possam ser consideradas importantes" (HUMPHREYS, 2014, p. 401, tradução nossa).

Quanto a heurística negativa do PPC do Realismo Estrutural, esta proíbe, de acordo com a MPPC de Lakatos exposta na primeira seção, qualquer emenda teórica que pressuponha, por exemplo: que os Estados não são os principais atores da política internacional; que instituições internacionais e regimes são capazes de alterar fundamentalmente as dinâmicas da política internacional; que o dilema da segurança, a anarquia e a balança de poder não são variáveis a serem observadas pelos Estados; que os atos dos Estados são traçados principalmente por atributos internos aos Estados, como caráter das instituições ou tipo de organização econômica (MENDES, 2013, p. 100-101).

Mendes (2013, p. 101) aponta, contudo, que uma ressalva precisa ser feita. "O pressuposto de que os Estados são racionais não foi incluído no núcleo duro do PPC do Realismo Estrutural" mesmo que seja quase uma unanimidade os teóricos que problematizaram o realismo de Waltz. De maneira direta, Waltz (1979, p. 118, tradução nossa) afirma: "perceba que a teoria não requer qualquer pressuposto de racionalidade ou de constância de vontade por parte de todos os atores". Mas afinal, por que Waltz recusou-se a adotar a racionalidade como um pressuposto basilar de sua teoria? A resposta se encontra no tipo de teoria que Waltz pretendia desenvolver: "uma teoria sistêmica que aponte não como determinados Estados se comportam, mas quais os constrangimentos colocados aos Estados pelas características estruturais do sistema internacional" (MENDES, 2013, p. 102).

Waltz (1979, p. 124) reconhece, com isso, que as predições de sua teoria são indeterminadas e que mesmo que os Estados se neguem a reagir de acordo com os constrangimentos e os incentivos internacionais de acordo com as expectativas da teoria, as políticas e as ações dos Estados são também moldadas por suas condições internas. Neste sentido, Humphreys (2014, p. 394, tradução nossa) tece sua crítica a Waltz afirmando que:

---

<sup>13</sup> Uma crítica à metodologia de K. pode ser aprofunda em Humphreys (2012).

a sua teoria [de Waltz] pode ser heurísticamente aplicável, provendo informações úteis sobre as pressões a que estão sujeitos os Estados, mas ela não pode gerar hipóteses plausíveis sobre comportamentos específicos que podem ser esperados dos Estados sob condições estruturais específicas.

Como o objetivo desta seção não é discutir a metodologia empregada por Waltz, a próxima subseção busca elencar a heurística positiva e o cinturão protetor do PPC do Realismo Estrutural.

### **Heurística positiva e cinturão de proteção**

Em torno do núcleo duro, Lakatos (1979) sinaliza a existência de um cinturão de proteção formado por hipóteses auxiliares. As expectativas teóricas que Waltz deriva dos pressupostos basilares de sua abordagem formam o cinturão de proteção do PPC do Realismo Estrutural. De acordo com Mendes (2013, p. 103-104), são elas:

- (i) Os Estados equilibram poder, por esforços internos e externos de balanceamento, como forma de garantir sua sobrevivência no anárquico sistema internacional;
- (ii) Os Estados possuem natureza eminentemente posicional conservadora, preocupando-se, sobretudo, com a manutenção da sua posição relativa no sistema;
- (iii) Sistemas bipolares são mais estáveis e pacíficos do que sistemas multipolares.

Em síntese, uma teoria que parta dos mesmos pressupostos que fazem parte núcleo duro do PPC do Realismo Estrutural, mas que modifique "uma ou mais das expectativas teóricas que formam o cinturão de proteção, ainda assim permaneceria no interior do programa, originando uma mudança teórica intraprogramática" (MENDES, 2013, p. 104). Para Lakatos, no entanto, para ser legitimamente científica, uma alteração no cinturão de proteção deve respeitar a orientação geral do PPC, de modo a manter sua coerência interna. Ou seja, deve ser respeitada a heurística positiva do programa, que Lakatos (1979, p. 165) define como um "conjunto parcialmente articulado de sugestões ou palpites sobre como mudar e desenvolver as variantes refutáveis do programa de pesquisa, e sobre como modificar e sofisticar o cinturão de proteção refutável". A próxima seção destina-se a avaliar as contribuições trazidas pelo Realismo Ofensivo de Mearsheimer, na qualidade de principal alteração do PPC do Realismo Estrutural desde sua constituição.

### **Realismo Ofensivo: uma mudança teórica intraprogramática**

Faz-se necessário, desde já, antecipar que Mendes, ao falar do Realismo Ofensivo, restringe a sua abordagem à visão de Mearsheimer. O autor aprecia em sua tese doutoral a intrincada lógica dedutiva de Mearsheimer e vislumbra que as inovações trazidas por Mearsheimer constituem-se em uma mudança teórica intraprogramática. Mendes (2013, p. 106-107) demonstra, então, que:

- (i) o realismo ofensivo subsume integralmente o núcleo duro do programa de pesquisa, em respeito à sua heurística negativa; (ii) as emendas teóricas trazidas pelo realismo ofensivo modificam elementos do – e introduzem elemento no – cinturão de proteção de hipóteses auxiliares do programa; e (iii) o realismo ofensivo respeita as injunções da heurística positiva do programa.

Em que medida ambos compartilham a mesma variável dependente? Mendes (2013, p. 110) aponta que, para Mearsheimer, "a lógica desenvolvida por Waltz para explicar o caráter competitivo da política internacional é mais convincente – e histórica e analiticamente mais útil – do que a tese de Morgenthau". Enquanto "o Realismo Tradicional [de Morgenthau] entende que a capacidade não é nem um atributo unitário, nem estrutural, mas uma relação entre os Estados, como o resultado potencial de uma interação militar" (SCHWELLER, 2003, p. 331, tradução nossa), Mearsheimer entende que se trata de um incentivo sistêmico, derivado da estrutura do sistema internacional. Ao definir o sistema internacional, apresenta três pressupostos explícitos que se somariam para formar dedutivamente o argumento:

- primeira, os Estados são os principais atores e operam em anarquia, o que significa, simplesmente, que não há uma autoridade mais forte acima deles. Segunda, todas as grandes potências tem alguma capacidade militar ofensiva, o que significa que elas têm meios para ferir umas as outras. Terceira, nenhum Estado pode saber a intenção de outro com certeza, especialmente suas futuras intenções (MEARSHEIMER, 2006, p. 160, tradução nossa).

Mendes (2013, p. 111-112) aponta, ainda, outros dois pressupostos identificados na teoria de Mearsheimer: o principal objetivo das grandes potências é garantir a sua sobrevivência; e que as grandes potências são atores racionais. Racionalidade implica que os Estados são capazes de reconhecer os constrangimentos que lhe são impostos e de fazer

cálculos no sentido de empregar os meios mais adequados e eficientes para atingir os fins visados. (MEARSHEIMER, 2001, p. 30-32).

Waltz e Mearsheimer convergem, portanto, quando da visão de que os Estados temem uns aos outros e seu comportamento é ditado pela tônica da auto-ajuda. Concordam, ainda, quanto ao dilema da segurança e a preocupação com ganhos relativos (MEARSHEIMER, 2001, p. 32-37). Divergem, entretanto, quanto a maximização do poder por parte dos Estados. Como assinala Mearsheimer:

Apreensivos sobre as reais intenções dos demais Estados, e conscientes de que operam num sistema de auto-ajuda, os Estados rapidamente compreendem que a melhor maneira de garantir sua segurança é sendo o Estado mais poderoso do sistema. Quanto mais forte for um Estado em relação a seus potenciais rivais, menos provável será que um deles o atacará e ameaçará sua segurança. (MEARSHEIMER, 2001, p. 33, tradução nossa)

Para o realista ofensivo, portanto, as grandes potências nunca estão satisfeitas com a quantidade de poder que controlam e se encontram em constante busca de oportunidades para alterar em seu favor o *status quo* internacional. A melhor maneira de um Estado garantir sua sobrevivência, portanto, é se tornar incontestavelmente o mais forte do sistema, um hegêmona cujo poder e superioridade não possam ser desafiados com alguma expectativa de sucesso<sup>14</sup>. Cabe salientar, contudo, que Mearsheimer (2001, p. 37, tradução nossa) entende que "as grandes potências não são agressores negligentes, tão inclinados a ganhar poder ao ponto de entrarem em guerras perdidas ou de perseguirem vitórias pírricas".

### **O Realismo Neoclássico é um Programa de Pesquisa Científico?**

Ainda que Schweller (2003, p. 312-313) aponte que a Metodologia do Programa de Pesquisa Científico de Lakatos não seja aplicável às Teorias de Relações Internacionais<sup>15</sup>, a presente seção julga importante iluminar uma parte do debate entre as correntes realistas das Relações Internacionais e salientar algumas considerações sobre as TRI no debate

---

<sup>14</sup> O debate criado por Mearsheimer entre o desejo de um Estado ser hegêmona global ou regional pode ser aprofundado na crítica de Diniz (2006) a qual traz o erro de Mearsheimer ao confundir unipolaridade com hegemonia.

<sup>15</sup> Schweller (2003, p. 313) faz uma ressalva, entretanto, afirmando que talvez somente o Realismo Estrutural de Waltz e o Realismo Ofensivo de Mearsheimer representem uma Teoria de Relações Internacionais completamente articulada.

contemporâneo. Não se pretende aqui formular uma conclusão que reitere as discussões desenvolvidas, nem que expresse um posicionamento definido do autor.

Schweller (2003, p. 315) acredita que a MPPC de Lakatos (1979) não pode ser bem aplicada às TRI. O autor afirma, ao se perguntar se o Realismo Neoclássico é um PPC progressivo, que deixa de lado a MPPC de Lakatos para utilizar quatro critérios difundidos para julgar se um parte, uma teoria, ou um programa de pesquisa inteiro, representam progresso, ou não. Primeiro, a pesquisa levanta questões interessantes e importantes como a proposição de novos desafios empíricos e teóricos? Segundo, a hipótese, a teoria, ou o programa de pesquisa no qual estão inseridas são razoavelmente sustentadas pelas evidências? Terceiro, a metodologia aplicada é consistente com os princípios estabelecidos da evidência e do argumento das ciências sociais? Quarto, quando se avalia um programa de pesquisa ou um tronco teórico, faz-se necessário levantar uma questão lakatosiana: o programa de pesquisa está produzindo conhecimento cumulativo? Afinal "acumulação de conhecimento é condição *sine qua non* para o progresso científico".

Neste sentido, a presente seção destina-se a iluminar o debate interno do Realismo trazido pelas contribuições do Realismo Neoclássico. O trabalho de revisão de literatura de Rose (1998, p. 146, tradução nossa), caracteriza que o Realismo Neoclássico:

incorpora, explicitamente, tanto as variáveis externas quanto as internas, atualizando e sistematizando certas visões traçadas pelo pensamento do Realismo Tradicional. Seus defensores argumentam que o escopo e a ambição da política externa de um país é guiada, primeiramente, e principalmente, pela sua posição no sistema internacional e especificamente pela força das suas capacidades materiais. É por isso que são realistas. Eles ainda argumentam, entretanto, que o impacto da força dessas capacidades na política externa é indireta e complexa, porque as pressões sistêmicas precisam ser traduzidas por variáveis intervenientes ao nível da unidade.

O Realismo Neoclássico constitui-se, então, em perspectiva teórica que pode ser utilizada para a compreensão das decisões de política externa uma vez que incorpora tanto variáveis sistêmicas como unitárias de análise. Como se depreende do trecho de Rose, os realistas neoclássicos aproximam-se das idéias do Realismo Estrutural ao nível sistêmico, no qual considerações quanto à segurança são tomadas como uma das principais pressões sistêmicas que moldam o comportamento dos Estados. Ao nível unitário, entretanto, indicam

que durante o processo decisório as pressões sistêmicas são filtradas por variáveis domésticas.

De acordo com Schweller (2013, p. 317), ainda que não abandonem a visão de Waltz a respeito da estrutura do sistema internacional e das suas consequências, os teóricos do Realismo Neoclássico valeram-se das contribuições trazidas pelos realistas pré-waltzianos, os quais focavam-se mais na política externa do que no nível sistêmico. Ou seja, o Realismo Neoclássico traz os argumentos da primeira e da segunda imagens para explicar o processo de tomada de decisão da política externa.

Cabe, então, diferenciar o escopo de uma teoria da política internacional do de uma teoria da política externa. Para Waltz (1979, p. 72, tradução nossa), "teorias sistêmicas explicam porque diferentes unidades comportam-se de forma semelhante e, apesar de suas variações, produzem resultados dentro dos limites esperados". As teorias ao nível unitário, por sua vez, "revelam porque diferentes unidades comportam-se diferentemente apesar de terem posições semelhantes dentro do sistema". Uma teoria da política externa, entretanto, "é um teoria de nível nacional. Ela lida com a maneira com que diferentes políticas vão responder às pressões externas".

Para Waltz (1979, p. 121, tradução nossa), entretanto, exigir que uma teoria de política internacional - tal como a sua - explique ações específicas dos Estados equivale a "esperar que a teoria da gravitação universal explique a trajetória de uma folha em queda". Para o autor, este tipo de explicação deveria ser buscado em uma teoria de política externa<sup>16</sup>.

Feng e Zhang (2006, p. 122, tradução nossa), apontam que, se para o Realismo Neoclássico:

os efeitos sistêmicos são considerados as variáveis independentes, os fatores ao nível da unidade são variáveis intervinientes que conectam a política externa e o sistema internacional, eles têm a capacidade de fortalecer ou enfraquecer a influência dos fatores estruturais ao comportamento da unidade.

---

<sup>16</sup> É importante ressaltar que Waltz não atribuiu nenhuma superioridade a priori entre teorias de política internacional e teorias de política externa. Elas simplesmente tratam de objetos distintos e respondem a diferentes questões. Com efeito, Waltz tem veementemente repetido, desde a publicação de *Theory of International Politics*, que um quadro completo das relações internacionais só pode ser vislumbrado mediante a complementação de uma teoria de política internacional por uma boa teoria de política externa.



Para Schweller (2003, p. 317), o Realismo Neoclássico representa progresso entre as teorias realistas, uma vez que ele busca clarear e ampliar a lógica empregada pelo Realismo Tradicional e Estrutural. Além disso, progride ao passo que emprega o método de estudos de caso para testar teorias gerais, explicar casos e gerar hipóteses. Encorpara, ainda, a primeira, a segunda e a terceira imagens em suas variáveis e direciona questões importantes sobre política externa e comportamento nacional e, por fim, progride no sentido de produzir um corpo de conhecimento cumulativo.

O Realismo Neoclássico busca responder, portanto, questões como:

Sob que condições as nações expandem os seus interesses políticos? Qual é a relação entre o comportamento externo de uma nação e a sua mobilização doméstica? Como as elites políticas percebem e pensam sobre o seu poder na política mundial? Como Estados avaliam e adaptam-se às mudanças do seu poder relativo? Como Estados respondem a desafios e oportunidades na sua esfera externa? Diferentes tipos de Estados respondem de diferentes formas? O que explica a variação em estratégias de alianças entre os Estados, se eles preferem balancear, *buck-pass*, *bandwagon*, *chain-gang*, ou evitar as alianças por completo? (SCHWELLER, 2003, p. 318, tradução nossa).

Quanto a importância dos líderes políticos e das elites, Rose (1998, p. 147; 167) ressalta que são suas percepções de poder relativo<sup>17</sup> que importam, e não simplesmente a quantidade relativa de recursos físicos em questão. Além disso, o crescimento das forças materiais relativas leva, eventualmente, a uma correspondente expansão na ambição e no escopo da atividade da política externa de um país. Rose afirma, entretanto, que este processo não é necessariamente gradual ou uniforme, porque ele depende não somente das questões materiais, mas também em como os líderes e elites subjetivamente o percebem. Além disso, líderes e elites não possuem total liberdade para extrair e direcionar recursos nacionais de acordo com seus desejos, ou seja, países com capacidades brutas comparáveis, mas diferentes estruturas de estado, são suscetíveis a agir de formas diferentes.

Rose (1998, p. 152) aponta, ainda, que em vez de assumirem que os Estados buscam por segurança - como afirma Waltz - os realistas neoclássicos assumem que os Estados respondem às incertezas da anarquia internacional procurando controlar e moldar o seu

---

<sup>17</sup> Rose (1998, p. 151) assinala que os realistas neoclássicos normalmente definem "poder relativo" como "as capacidades e os recursos com os quais os Estados podem influenciar uns aos outros".

ambiente externo. Ou seja, conforme a o poder relativo de um Estado aumenta, este buscará mais influência no exterior, e a medida que declina, duas ações e ambições vão diminuir de acordo com o recuo.

Metodologicamente, o Realismo Neoclássico dá ênfase em narrativas teoricamente informadas que traçam como a força material relativa é traduzida no comportamento dos decisores políticos atuais. Seus defensores mostraram que essa abordagem pode iluminar o comportamento dos países em muitas regiões do mundo durante vários períodos históricos (ROSE, 1998, p. 168).

### **Considerações finais**

Como destacado anteriormente, a ideia de Schweller (2003) de que nenhum dos vários "ismos" da área representa uma teoria articulada por concreto dentro das Relações Internacionais, exetutando-se, talvez, o Realismo Estrutural de Waltz e o Ofensivo de Mearsheimer, favoreceu a tese doutoral de Mendes (2013) na medida em que esta versa sobre os dois autores do Realismo Estrutural. Mendes conseguiu sistematizar com eficácia, e em termos lakatosianos, os seus devidos núcleos duros, heurísticas positivas e negativas, bem como seus cinturões de proteção. O objetivo deste trabalho não foi elaborar um Programa de Pesquisa Científico do Realismo Neoclássico, mas expor de que forma estes três tipos de Realismo dialogam dentro da perspectiva teórica.

Percebe-se, entretanto, que ao passo que o Realismo Ofensivo constitui-se em uma mudança intraprogramática progressiva ao PCC do Realismo Estrutural, o Realismo Neoclássico apresenta-se de forma progressiva, como sugere Schweller (2003) no sentido de produzir um corpo de conhecimento cumulativo. De fato, como aponta o autor, o progresso das Teorias das Relações Internacionais pode ser mensurado de acordo com o quanto a disciplina se afasta de pequenas ilhas para porções maiores de terra, talvez ainda para continentes de teorias. Entretanto, não importa quanto progresso seja feito, sempre existirão vastos oceanos separando até as mais desenvolvidas áreas da teoria.

Um dos problemas em sistematizar um Programa de Pesquisa Científico do Realismo Neoclássico reside no fato de que o mesmo não se constitui como um programa teórico

unificado, como apontam Feng e Zhang (2006). Os autores ainda sinalizam que se os teóricos do Realismo Neoclássico pudessem entrar em um consenso a respeito de um núcleo variável, e criar mais projetos empíricos, a teoria poderia se tornar mais robusta e persuasiva em termos de teoria explanatória.

De acordo com Taliaferro (2000, p. 130, tradução nossa):

Debates no interior de tradições particulares de pesquisa, e não debates entre elas, tendem a gerar maior progresso teórico no estudo da política internacional. Ao desenvolverem e testarem teorias derivadas dos mesmos pressupostos centrais, pesquisadores podem mais facilmente identificar hipóteses competidoras, refinar o escopo de teorias e descobrir novos fatos. Pode-se argumentar que esta é uma estratégia mais produtiva para o acúmulo do conhecimento do que a tendência atual entre acadêmicos de rotular programas de pesquisa inteiros como degenerescentes.

Este artigo pretendeu, por fim, ser frutífero para a pesquisa na área ao apresentar uma análise preliminar das questões relacionadas ao progresso e do debate dentro da teoria Realista.

### Referências bibliográficas

DINIZ, Eugenio. Relacionamentos Multilaterais na Unipolaridade - Uma Discussão Teórica Realista. Rio de Janeiro: **Contexto Internacional**, vol. 28, nº. 02, jul./dez. 2006, p. 505-565.

ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. Lessons from Lakatos. In: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. **Progress in International Relations Theory: Appraising the Field**. Cambridge: MIT Press, 2003, p. 21-70.

FENG, Liu; ZHANG, Ruizhuang. The Typologies of Realism. **Chinese Journal of International Politics**, vol. 1, 2006, p. 109-134.

HUMPHREYS, Adam R C. Another Waltz? Methodological Rhetoric and Practice in Theory of International Politics. **International Relations**, vol. 26, nº. 04, p. 389-408, 2012.

LAKATOS, Imre. O Falseamento e a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica. In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan. (Org.) **A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento**. São Paulo: Cutrix, 1979, p. 109-233.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Powers Politics**. New York: Norton and Company, 2001.

\_\_\_\_\_. China's Unpeaceful Rise. **Current History**, vol. 105, nº. 690 apr. 2006, p. 160-162.

MENDES, Flávio Pedroso. **Lakatos, o Realismo Ofensivo e o Programa de Pesquisa Científico do Realismo Estrutural**. 2013. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

REIS, Bruno Cardoso. Teoria estrutural da política internacional: entrevista com Kenneth Waltz. **Relações Internacionais**, vol. 29, p. 129–141, 2011.

ROSE, Gideon. Review: Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. **World Politics**, vol. 51, nº 1, oct. 1998, p. 144-172.

SCHWELLER, Randall L. The Progressiveness of Neoclassical Realism. In: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. (Eds.) **Progress in International Relations Theory**: Appraising the Field. Cambridge: MIT Press, 2003, p. 311-347.

SILVEIRA, Fernando Lang da. A Metodologia dos Programas de Pesquisa: a Epistemologia de Imre Lakatos. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, vol. 13, nº 3, 1996, p. 219-230.

TALIAFERRO, Jeffrey W. Security Seeking Under Anarchy: Defensive Realism Revisited. **International Security**, vol. 25, nº. 3, 2000, p. 128-161.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Reading: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

## O BRASIL LATINO E A IDEIA DE AMÉRICA LATINA

Nícollas Cayann

### Resumo

Idealizado com base em bibliografias pós-coloniais e históricas das Relações Internacionais, assim como no pressuposto de um Brasil Latino, existente já na segunda metade do século XX (estabelecido no constructo de América Latina) que vigorava desde o século XIX, foi desenvolvido o presente artigo. A ideia de América Latina é um processo que já se estende por três séculos e que deixa sua marca gravada no povo que compõe o continente americano. O processo que reflete essa questão identitária teve como função instigar debates no âmbito cultural, linguístico, político, social – assim como em outros níveis – e continua em vigor e em transição. Utilizando uma metodologia de revisão bibliográfica, assim como de pesquisa e análise documental em seus aspectos históricos e conceituais, o artigo busca evidenciar brevemente a inserção do Brasil no constructo de América Latina, visto que a região latina veio para substituir aquilo que era conhecido como América Hispânica, e que o Brasil não integrava a região de ex-colônias espanholas. Ancorado nos relatos do historiador brasilianista Bethell bem como as reflexões feitas a partir de leituras pós-coloniais de autores como Mignolo e Farret, este trabalho tem como objetivo elucidar a inserção do Brasil Latino em um âmbito cultural/intelectual tal como em um âmbito político/diplomático. Para tanto o artigo destaca processos intelectuais e feitos históricos referentes ao processo de pertencimento do Brasil dentro da ideia de América Latina. Ademais, o artigo busca estimular o debate sul-americano relativo a latinidade brasileira contrastando assim com as corriqueiras visões europeias e norte-americanas a respeito do assunto. Esse texto vem como um aprimoramento do “Brasil Latino”, trecho da minha pesquisa intitulada “De América Hispânica à Latina: O Brasil e a ideia de América Latina” a ser publicado nos anais do EERRI (Encontro Estudantil Regional de Relações Internacionais) do ano de 2015.

**Palavras-chave:** América Latina, História das RI, Estudos Pós-Coloniais.

### **Pequena América adorada**

Idealizado com base em bibliografias pós-coloniais e históricas das Relações Internacionais, assim como no pressuposto de um Brasil Latino, existente já na segunda metade do século XX (estabelecido no constructo de América Latina) que vigorava desde o século XIX, foi desenvolvido o presente artigo.

A construção da ideia de América Latina é um processo que já se estende por três séculos e que deixa sua marca gravada no povo que compõe o continente americano. O processo que reflete essa questão identitária teve como função instigar debates no âmbito cultural, linguístico, político, social – assim como em outros níveis – e continua em vigor e em transição.

Com o auxílio de uma metodologia que se utilizou de revisão bibliográfica, assim como de pesquisa e análise documental em seus aspectos históricos e conceituais, o artigo busca evidenciar brevemente a inserção do Brasil no constructo de América Latina, visto que a região latina veio para substituir aquilo que era conhecido como América Hispânica, e que o Brasil não integrava a região de ex-colônias espanholas.

Usando como alicerce os relatos produzidos pelo historiador brasilianista Bethell bem como as reflexões feitas a partir de leituras pós-coloniais de autores como Mignolo e Farret, este trabalho tem como objetivo elucidar a inserção do Brasil Latino em um âmbito cultural/intelectual tal como em um âmbito político/diplomático. Para tanto o artigo destaca processos intelectuais e feitos históricos referentes ao processo de pertencimento do Brasil dentro da ideia de América Latina. Ademais, o artigo busca estimular o debate sul-americano relativo a latinidade brasileira contrastando assim com as corriqueiras visões europeias e norte-americanas a respeito do assunto.

Esse texto vem como um aprimoramento do “Brasil Latino”, trecho da minha pesquisa intitulada “De América Hispânica à Latina: O Brasil e a ideia de América Latina” a ser publicado nos anais do EERRI (Encontro Estudantil Regional de Relações Internacionais) do ano de 2015.

Ao escrever o romântico poema “*Pequeña América*” publicado no livro “*Los Versos del Capitán*” em 1952, Pablo Neruda certamente fazia referência à ideia de América Hispânica existente. A “Pequena América” que Neruda encontrava no corpo lírico de sua amada com certeza não era um pedaço da América Anglo-Saxônica, mas sim daquilo que veio a ser concebido como América Latina na segunda metade do século XIX.

O constructo de América Espanhola ou “*hispanoamérica*” vem com força na primeira metade do século XIX, e essa nova denominação se deu devido a tentativa abrupta de união das ex-colônias originárias da coroa espanhola no continente americano. A Hispano América surgiu como uma tentativa de reforçar a identidade das ex-colônias espanholas perante o medo da imperialista e expansionista Norte América que reclamou o nome América para si no começo do século XIX – vale lembrar que os Estados Unidos ficou visivelmente mais imperialista depois de 1823 com a doutrina Monroe de “América para os americanos” (BETHELL, 2009).

A América Hispânica começa a ser substituída pela América Latina no início da segunda metade do século XIX. É de senso comum entre os historiadores, linguistas e pesquisadores de questões referentes à latinidade, que o termo América Latina tem seu berço em meio a francofonia. O termo era utilizado para designar o território mexicano (1861 – 1867) que vivia sob efeito imperialista da França sob comando de Napoleão III (BETHELL, 2009).

Um dos pioneiros da pesquisa em relação ao tema, Alain Rouquié, notificava ao leitor de seus escritos que o termo era em suma furtivo, pois há uma dificuldade em delimitar aquilo que é latino na América Latina. Mais tarde Mignolo (2005) também textualizou o debate da latinidade na América Latina, questionando se seria um termo geográfico, ou cultural, ou uma mistura dos dois, e mesmo assim: quão latina seria de fato a América Latina? A narrativa de latinidade deixa de lado tanto os povos originários da região central e sul do continente americano assim como os povos negros trazidos a força. Embora a ideia conceitual de América Latina seja de cunho francófono, o registro mais antigo do uso da expressão América latina é de origem sul-americana. De acordo com Arturo Ardao, o poema feito por José Maria Torres Caicedo – jornalista, crítico e poeta colombiano – intitulado *Las dos Américas* é o registro gráfico mais antigo do uso da expressão América Latina. Escrito em

1856, quando Torres Caicedo residia em Paris, o longo poema foi publicado em *El Correo de Ultramar* em fevereiro de 1857, e diz (trecho): “*La raza de la América latina/ Al frente tiene la sajona rasa,/ Enemiga mortal que já amenaza/ Su libertad destruir y su pendó.*”

No período em que se solidificava a ideia de América Latina o Brasil exercia suas relações internacionais de cunho econômico principalmente com o Reino Unido e suas relações internacionais de cunho cultural com a França e com Portugal (BETHELL, 2009).

O entrosamento do Brasil com os vizinhos ex-colônias espanholas e atuais membros da ideia de América Latina, era quase inexistente. O maior ponto de participação era na região do Rio da Prata, e era uma comunicação estritamente conflituosa (conflito contra às Províncias Unidas do Rio da Prata de 1825-1828, o segundo conflito foi contra Rosas, o ditador argentino de 1851-1852, e o terceiro contra o ditador paraguaio Solano López, a famosa Guerra do Paraguai de 1864-1870).

Embora já existisse, na primeira metade do século XX, um maior intercâmbio entre autores, intelectuais no geral, e até mesmo uma aproximação política/diplomática do Brasil com os países da América de herança espanhola, ainda era muito difícil afirmar que o Brasil era parte da América Latina.

O pertencimento à América Latina se deu de uma forma efêmera, pois não existe nenhum documento validando todos os membros da América Latina desde o seu início.

O Brasil latino se deu devido a três esferas principais: 1) O reconhecimento dos Estados Unidos da América (potência do momento) e do norte global da época; 2) O reconhecimento da elite intelectual de herança hispânica; 3) E é claro, o posicionamento do Brasil como parte integral da América Latina – esse último tópico é dividido em dois outros subtópicos: a vertente intelectual/cultural e a vertente político/diplomática.

## **O Brasil latino**

Os Estados Unidos da América possuem um documento oficial constitutivo que os unifica como uma confederação de Estados, todos os Estados que fazem parte desse



documento, são por tanto Estados Norte Americanos, ou seja, é uma forma de pertencimento oficial.

Diferentemente da confederação de Estados que se localiza ao norte do continente americano, a América Latina não possui um documento de fundação, assim, não constituindo uma instituição oficializada com data e hora, não é um bloco, mas sim uma região que se define não só pelos idiomas, aspectos culturais ou políticos, mas sim por uma mistura deles. A verdade é que o pertencimento à América Latina não se dá de forma tão palpável como se dá o pertencimento aos Estados Unidos, por exemplo.

Por esses motivos se torna complexo delimitar uma data ou marco histórico que fez com que o Brasil se tornasse parte integrante da América Latina. Todavia já é um consenso geral desde o final da Segunda Guerra e período da Guerra Fria, que o Brasil possuía sim sua parcela de latinidade.

Até então as relações internacionais políticas/diplomáticas com os vizinhos de herança hispânica resultaram apenas em conflitos, e no âmbito intelectual/cultural tão pouco se alcançou êxito.

O processo de pertencimento no caso da latinidade brasileira se baseia em três principais pontos: O reconhecimento por parte dos Estados Unidos (e do resto do mundo) – do Brasil como parte da América Latina (Estados Unidos figurando um papel exógeno à relação América Latina e Brasil); A acolhida dos intelectuais de herança hispânica da atual América Latina (os intelectuais de herança hispânica ficam em um limbo na questão do posicionamento, pois embora sejam endógenos à ideia de América Latina – nesse momento, já praticamente enraizada – são exógenos à relação do Brasil com a América Latina); E claro o reconhecimento do próprio Brasil como parte identitária da América Latina (já esse posicionamento é de princípio endógeno do processo de latinidade do Brasil). Esse último ponto, o do reconhecimento do próprio Brasil, pode ser separado em dois níveis, o intelectual/cultural e o político/ diplomático.

Em relação ao primeiro ponto: A visibilidade que os Estados Unidos (norte global da época) deu ao Brasil Latino. De acordo com a pesquisa de João Feres Júnior (2004) no texto *A história do conceito de Latin America nos Estados Unidos*, verifica-se que tanto na *Library of*

*Congress* quanto na Biblioteca Pública de Nova York (duas maiores bibliotecas dos Estados Unidos e entre as quatro maiores bibliotecas do mundo) não existe nenhum registro contendo o termo “*Latin America*” antes de 1900. E ainda afere-se que na primeira década (1900 – 1910) apenas dois volumes foram elaborados a respeito da América Latina, e na década seguinte (1911 – 1920) apenas 23 exemplares foram editados tratando de América Latina. O primeiro livro, de história geral da América Latina, veio apenas em 1922, com o título de *The history of Latin-America Nations* de autoria do professor William Spence Robertson que já lecionava história da América Latina desde 1909.

Bethell (2009) separa em seus estudos uma atenção especial para as décadas de 1930 e 1940, pois em 1930 com os conflitos pré Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos teve um maior interesse na vizinhança latina e o que promoveu a política de boa vizinhança, e em plena guerra mundial, na década de 1940 o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA) lançou um programa com o intuito de seduzir o público latino.

Foi então, na década de 40 que saía em cartaz o icônico filme de animação da Disney chamado *Saludos Amigos* (1942) que retrata a América Latina e inclusive tem uma personagem que reflete de forma imagética o Brasil, o famoso Zé Carioca. O fato de um filme de animação que retrata a América Latina ter como personagem principal um brasileiro, é mais uma afirmação de que os Estados Unidos via o Brasil como parte integral da América Latina já na primeira metade do século XX. O filme teve tanto sucesso – vale lembrar que foi lançado primeiro no Brasil, para depois nos Estados Unidos, com um ano de diferença – que em 1944 a Disney lançou um outro filme com a mesma temática e com as mesmas personagens, o filme *The three Caballeros* seria mais uma forma de tornar eficaz a política da boa vizinhança. Segundo os relatos mencionados por Maccari Ferreira (2008), no texto *O Cinema Disney agente da história: A cultura nas Relações Internacionais entre Estados Unidos, Brasil e Argentina* o OCIAA colaborou com 300 mil dólares para a produção dos filmes.

Nesse período já era possível dizer que o mundo via o Brasil como parte integral da América Latina, pois com a visão oficial dos Estados Unidos (potência mundial) logo outros governos e instituições começaram a ver o Brasil Latino.

Entrando no segundo ponto: A acolhida por parte da parcela responsável pela produção intelectual dos países da América Latina (os de herança hispânica). No âmbito da promoção cultural, no período que seguia a Segunda Guerra Mundial, houve um grande intercâmbio de escritores, artistas, críticos, e acadêmicos de herança hispânica com brasileiros.

O fato de uma parcela intelectual dos países que compunham a ideia de América Latina identificarem o Brasil como membro do conjunto, era mais um artifício que vinha a corroborar a ideia do Brasil Latino. Embora tenha sido uma interação intelectual bem maior que nas primeiras tentativas – primeiras duas décadas do século XX – ainda era uma interação tímida, todavia já se encontravam autores de cunho hispânico que retratavam o Brasil como irmão, como igual, como parte latina.

Um dos grandes exemplos desse fato é o livro *Las venas abiertas de América Latina* (1971) do consagrado escritor e jornalista uruguaio Eduardo Galeano. No livro o autor traz a tona uma reflexão a respeito do passado colonial que a América Latina sofreu em função dos mecanismos europeus, e mais tarde a exploração norte-americana, durante essas descrições o Brasil é agrupado junto aos demais países latino-americanos. O livro chegou a ser banido no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985).

Além de obras literárias o Brasil Latino também era representado em outras expressões intelectuais, assim como na obra *A América Invertida* de Torres García (1943). No discurso de nosso norte é o sul, o Brasil é representado na obra do célebre uruguaio:



*Mapa Invertido da América do Sul – Torres García (1943)*

O grupo intelectual brasileiro também estava mais inteirado da cultura hispânica vigente nos países vizinhos da América Latina, agora escritores, músicos, intelectuais no geral davam mais atenção aos processos culturais que formaram os vizinhos, e inclusive começa a existir uma identificação por parte dos intelectuais brasileiros com a latinidade.

O último ponto, da tríade de pertencimento do Brasil na ideia de América Latina, trata do posicionamento do próprio Brasil Latino e se divide em duas partes: O pertencimento intelectual/cultural e o pertencimento político/diplomático.

Em 1949 Manuel Bandeira publicou um livro intitulado “Literatura hispano-americana” que trazia um relato da literatura de origem hispânica da América Latina, e em 1969, Fernando Henrique Cardoso, juntamente com o chileno Enzo Faletto, lançou o livro *Dependency and Development in Latin America* publicado primeiramente em espanhol, nessa obra o Brasil é tratado como parte da América Latina.

A latinidade, que agora também emanava do Brasil, não ficou apenas no âmbito dos escritores, logo músicos também vieram a legitimar a latinidade. Em meio ao furor da Tropicália, Caetano Veloso no ano de 1968 lançou em seu álbum homônimo a canção *Soy loco por ti América*, que diz (trecho):

*“Soy loco por ti de amores*

*Tenga como colores*

*La espuma blanca*

*De Latinoamérica [...]*

*[...]Como se chama amante*

*Desse país sem nome*

*Esse tango, esse rancho*

*Esse povo, disse-me, arde*

*O fogo de conhecê-la*

*O fogo de conhecê-la*

*Soy loco por ti, América*

*Soy loco por ti de amores...”*

A canção foi a primeira música brasileira de estúdio que utilizava o “portunhol” uma mistura de português com espanhol. Composta por Gilberto Gil, Torquato Neto e José Carlos Capinan, a canção ainda foi regravaada por Gilberto Gil em 1987 e por Ivete Sangalo em 2005.

Outro músico brasileiro que trabalhou a temática do Brasil Latino foi o icônico e imagético Ney Matogrosso que no primeiro álbum do grupo Secos & Molhados (1973) interpretou a canção “Sangue Latino”, escrita por João Ricardo e Paulinho Mendonça, que diz:

*“Rompi tratados*

*Traí os ritos*

*Quebrei a lança*

*Lancei no espaço*

*Um grito, um desabafo*

*E o que me importa*

*É não estar vencido*

*Minha vida, meus mortos*

*Meus caminhos tortos*

*Meu Sangue Latino”*

Além disso em 1975 Ney Matogrosso ( agora ex-integrante do grupo Secos & Molhados) lançou o álbum “Água do Céu - Pássaro” com o sucesso “América do Sul” que diz:

*“Desperta América do Sul*

*Deus salve essa América Central*

*Deixa viver esses campos molhados de suor*

*Esse orgulho latino em cada olhar*

*Esse canto e essa aurora tropical”*

A latinidade brasileira nesse período se manifestava inclusive nos monumentos arquitetônicos. Em 1989 foi inaugurado na cidade de São Paulo, no bairro da Barra Funda, o Memorial da América Latina. Projetado pelo consagrado arquiteto e urbanista brasileiro Oscar Niemeyer (1907-2012), o Memorial da América Latina é um projeto arquitetônico com cerca de 25.210 m<sup>2</sup> de área. Além de ser um centro cultural, político e de lazer, era mais uma evidência de que o Brasil agora era parte integrante da América Latina (tanto que o Memorial da América Latina serviu de sede para o Parlamento Latino Americano até 2007). Tornava-se cada vez mais corriqueiro o uso da expressão América Latina que incluía o Brasil.

Embora seja muito difícil delimitar o período exato em que o Brasil passa a ser latino, é visível que durante a trajetória temporal que compreende o final da Segunda Guerra

Mundial e o início da Guerra Fria existiu uma aproximação forte das terras tupiniquins com a ideia de Brasil Latino, na década de 40 o mundo já enxergava o Brasil Latino.

Conclui-se da pesquisa, também, que a existência do comprometimento do Brasil com a América Latina é muito mais palpável na esfera intelectual/cultural que na esfera política/diplomática. Mesmo com essa divergência à respeito do comprometimento político/diplomático do Brasil para com a América Latina, a ideia do Brasil Latino se encontra sim no Brasil.

## Referências

BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. Tese (Doutorado) – São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998.

BAGGIO, Kátia Gerab. *José Veríssimo: uma visão brasileira sobre as Américas*. Anais eletrônicos do III Encontro da ANPHLAC, 1998.

MIGNOLO, Walter. *La Idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2005.

ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo-Occidente: introdução à América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1991.

DINIZ, Dilma Castelo Branco. *O Conceito de América Latina: uma visão francesa*. Caligrama. Revista de Estudos Românticos. Belo Horizonte, n. 12, 2007. P. 129-148.

BRUIT, Héctor Hernán. *A invenção da América Latina*. Anais eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC, 2001.

FARRET, Rafael Leporace e PINTO, Simone Rodrigues. *América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia*. Topoi, n. 23, pg. 30-42, 2011.

G. SANTOS, Luís Cláudio Villafañe. *A América do Sul no discurso diplomático brasileiro*. Revista Brasileira de Política Internacional, n. 48, pg. 185-204, 2005.

BETHELL, Leslie. *O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, pg. 289-321, 2009.

SAID, Edward W. *Orientalismo, O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 5ª reimpressão, 2015.

SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FANON, Frantz. *Les damnés de la terre*. Paris: Folio, 2002.

RESTREPO, Eduardo e ROJAS, Axel. *Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Colombia: Editora Universidad Del Cauca, Colección Políticas de la Alteridad, 2010.

MACCARI FERREIRA, Alexandre. *O Cinema Disney agente da história: A cultura nas Relações Internacionais entre Estados Unidos, Brasil e Argentina* – Dissertação de Mestrado. UFSM, Santa Maria, RS. 2008.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *La poscolonialidad explicada a lo niños*. Colombia: Editora Universidad del Cauca, 2005.

OTO, Alejandro de. *Aimé Césaire y Frantz Fanon. Variaciones sobre El archivo colonial/descolonial*. Argentina: Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Ler Fanon no século XXI*. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 82, pg. 3-12, 2008.

SETH, Sanjay. *A critique of impure (Modern, Western) Reason*. Universidade de Londres - UK, 2011.

BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. FUNAG, vol II 2013.

CUNHA, Euclides da. *Contrastes e Confrontos* – Solidariedade sul-americana. Editora Porto, 1907, segunda edição.

CARVALHO, Ronaldo. *Toda a América / Ronaldo de Carvalho*; [Ilustrações por Nicola de Garo]. 3ª ed. Rio de Janeiro: Razão cultural, 2001.

NERUDA, Pablo. “*Los Versos del Capitán*”, Itália, 1952.

GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Editora L&PM, Porto Alegre, 2010.

DORATIOTO, Francisco Monteoliva. A Formação dos Estados Nacionais no Cone Sul. In: América do Sul e a integração regional. FUNAG, 2011. p. 19-43.

BUENO, Clodoaldo; RAMANZINI, Haroldo; e VIGEVANI, Tullo. *Uma perspectiva de longo período sobre a integração Latino-americana vista pelo Brasil*. Revista Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 36, nº 2, julho/dezembro 2014, p. 549-583.

SALUDOS AMIGOS, Direção: Norman Ferguson, Wilfred Jackson, Jack Kinney, Hamilton Luske e William Roberts. Produção: Walt Disney, Brasil - 1942. 54 minutos, som, cor. Distribuição: RKO Pictures.

THE THREE CABALLEROS, Direção: Norman Ferguson. Produção: Walt Disney, Estados Unidos - 1944. 72 minutos, som, cor. Distribuição: RKO Pictures.

FERDINAND THE BULL, Direção: Dick Rickard, Produção: Walt Disney, Estados Unidos - 1938. 7 minutos e 14 segundos, som, cor. Distribuição: RKO Pictures.



ÁGUA DO CÉU – PÁSSARO, Ney Matogrosso, 1975. Formato: LP. Gênero: MPB, Rock. Gravadora: Continental.

CAETANO VELOSO, Caetano Veloso, 1968. Formato: LP. Gênero: Tropicália. Gravadora: Philips Records.

TORRES CAIEDO, José Maria. *Las dos Américas*. Disponível em <<http://www.filosofia.org/hem/185/18570215.htm>> acesso em 17 de agosto de 2015.

VELOSO, Caetano. *Soy Loco por ti América*. Disponível em <<http://letras.mus.br/caetano-veloso/76612/>> acesso em 17 de agosto de 2015.

MATOGROSSO, Ney. *América do Sul*. Disponível em <<http://letras.mus.br/ney-matogrosso/47715/>> acesso em 17 de agosto de 2015.

FUNDAÇÃO OSCAR NEIMEYER, Memorial da América Latina. Disponível em <<http://niemeyer.org.br/?q=gm5/ajax/detalhe-obra/4976>> acesso em 17 de agosto de 2015.

## **A COOPERAÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA E AS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL: UM BALANÇO**

**Augusto César Dall'Agnol**  
**Bóris Perius Zabolotsky**  
**Guilherme de Almeida Pastl**  
**Leila Sabrina Bartz**  
**Luísa Zanini da Fontoura**<sup>18</sup>  
**Günther Richter Mros**<sup>19</sup>

### **Resumo**

Através de revisão bibliográfica e pesquisa em fontes primárias, o presente artigo aborda as relações de cooperação entre a Universidade Federal de Santa Maria e as Forças Armadas Brasileiras - Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira - no período recente. A cooperação tecnológica entre as duas instituições transborda a mera utilização de uma pela outra, caracterizando-se como um importante elo entre a comunidade acadêmica e as Forças Armadas. Tal parceria acaba por influenciar o desenvolvimento do município e de tecnologia nacional a ser utilizada pelas Forças Armadas.

**Palavras chave:** UFSM; Forças Armadas Brasileiras; Cooperação

### **Introdução**

O presente trabalho busca traçar um balanço de conjuntura sobre a cooperação entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e as Forças Armadas do Brasil. A pesquisa vale-se, para isso, da análise de três projetos desenvolvidos entre as duas instituições: i) o Protocolo de intenções mútuas entre a Marinha do Brasil e a UFSM; ii) Projeto do Sistema de Simulação ASTROS 2020 e, por fim, iii) o Convênio de Intercâmbio Científico Cultural entre o Ministério da Aeronáutica - Departamento de Ensino, através da Base Aérea de Santa Maria e do 1º/10º Grupo de Aviação e a UFSM - Departamento de Engenharia Rural e; iv) a UFSM e a cooperação ambiental com o EB. A UFSM participa, portanto, em projetos de cooperação

---

<sup>18</sup>Graduandos do 6º e 8º semestre do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria e pesquisadores do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (PRISMA).

<sup>19</sup>Professor orientador. Professor do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria.

com as Forças Armadas em suas três esferas: a Marinha do Brasil, a Força Aérea Brasileira (FAB) e o Exército Brasileiro (EB). Julga-se pertinente, ainda, situar a cidade que abriga a Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), dentro de uma perspectiva estrutural, ou seja, abordar como o município de Santa Maria e a UFSM inserem-se dentro do cenário que envolvem questões militares.

A fim de responder à pergunta central que o trabalho levanta, este artigo busca analisar as fontes primárias - ou seja, os convênios, protocolos e projetos - entre a Prefeitura Municipal de Santa Maria, a UFSM e as Forças Armadas. Além disso, o trabalho utiliza-se da bibliografia já produzida acerca do tema no que concerne as suas implicações históricas e, por fim, vale-se da contribuição trazida por agências especializadas no assunto militar e comercial, como a DefesaNet e a Agência de Desenvolvimento de Santa Maria (ADESM). O presente artigo liga-se à proposta do Congresso Acadêmico de Defesa Nacional (CADN) na medida em que contribui com o seguinte item proposto pelo edital do Congresso: os projetos estratégicos das Forças Armadas. A interação e cooperação entre a comunidade acadêmica, as Forças Armadas e o Ministério da Defesa - além de um objetivo expresso nos objetivos do CADN - mostra-se relevante ao passo que essa possibilita uma pesquisa direcionada à compreensão das dinâmicas que permeiam essa interação.

### **Santa Maria: Ponto Militar estratégico**

Santa Maria surge como ponto estratégico ainda na geopolítica de Portugal para a defesa da fronteira com os domínios da Espanha na América e na conquista do território que hoje forma o atual Rio Grande do Sul (MACHADO, p. 68). A Figura 1 representa, neste sentido, a localização do município de Santa Maria na América do Sul.

Figura 1: Localização de Santa Maria na América do Sul



FONTE: (ADESM, 2014, p. 3)

Como aponta Machado (2008, p. 76), o processo gerado em torno do tratado de limites de Santo Idelfonso (1777) foi o princípio do surgimento de Santa Maria, já caracterizada pela questão militar e estratégica, pois situava-se na fronteira entre as duas coroas. A partir disso, o acampamento torna-se, também, um referencial geográfico-militar na conquista do território, tendo por objetivo a tomada do forte espanhol de São Martinho<sup>20</sup> e, conseqüentemente, das Missões. Ou seja, “Santa Maria, já no seu nascimento, desempenha uma função militar”.

À herança histórica, militar e geopolítica envolvendo Santa Maria deve-se a referência do município para a instalação de unidades militares federais que foram transformando o espaço geográfico da cidade com a construção de seus quartéis. Neste sentido, o início do século XX é marcado pela materialização do poder federal no município com a instalação do

<sup>20</sup> Também chamado de Entrincheiramento de São Martinho, Entrincheiramento de Santa Maria ou ainda Forte Espanhol, esta fortificação foi erguida por tropas espanholas, por determinação do governador da Província de Buenos Aires, D. Juan José de Vertiz y Salcedo, para proteção da povoação de Santa Maria da Boca do Monte, no período da invasão castelhana de 1763-76.

quartel general da antiga 3ª Brigada Estratégica, hoje 3ª Divisão de Exército<sup>21</sup>, e do antigo 7º Regimento de Infantaria, hoje quartel da 6ª Brigada de Infantaria Blindada<sup>22</sup> (MACHADO, p. 89).

Segundo a agência Defesanet<sup>23</sup> (2011),

O Comando Militar do Sul engloba Organizações Militares sediadas nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, possuindo em sua constituição três Divisões de Exército (3ª, 5ª e 6ª DE), duas Regiões Militares (3ª e 5ª RM), oito Brigadas e 162 Organizações Militares, resultando num efetivo de cerca de 50 mil militares, ou seja, 25% do efetivo do Exército Brasileiro. Em sua área concentram-se 90% dos blindados, 100% da Artilharia Autopropulsada, 75% da Artilharia, 75% da Engenharia e 75% da Cavalaria Mecanizada dos meios da Força Terrestre.

Essa concentração de equipamentos acaba atraindo empresas especializadas na sua manutenção, através de contratos terceirizados com o Exército, os quais têm se tornados comuns desde a última década (TEIXEIRA, 2013, p. 294). O município atraiu, então, a empresa alemã Krauss Maffei Wegmann (KMW), fabricante do tanque Leopard, que é operado pelo Exército no treinamento das guarnições destinadas a operar os tanques pesados no país.

A unidade da empresa em Santa Maria será o escritório sede da empresa no Brasil e responsável pela representação dos interesses da companhia na América do Sul, com uma planta dedicada à manutenção dos tanques Leopard 1A5 recentemente comprados do exército alemão. Uma das estratégias para a implantação da empresa está no intercâmbio da empresa com os cursos da Universidade Federal de Santa Maria, principalmente os com afinidade ao setor metal-mecânico, buscando formar futuros profissionais para a KMW” (TEIXEIRA, 2013, p. 297).

<sup>21</sup> A 3ª DE tem como área de sua responsabilidade mais da metade do território gaúcho, tendo Santa Maria como sede de comando. À 3ªDE estão subordinadas a 6ª Brigada de Infantaria Blindada e o Campo de Instrução de Santa Maria. (MACHADO, p.111).

<sup>22</sup> A 6ª Brigada de Infantaria Blindada tem como atividades atender as necessidades de pessoal e material referentes as organizações militares a ela subordinadas.

<sup>23</sup> O Defesanet Agência de Notícias Ltda busca produzir e divulgar notícias e análises sobre defesa, estratégia, tecnologia, inteligência e segurança de fontes fidedignas, próprias ou não, dentro do maior critério ético, obedecendo à Lei de Imprensa Brasileira. O Defesanet não tem vinculação com o Governo Brasileiro ou entidades militares assim como com empresas ligadas à produção ou comercialização de equipamentos de defesa ou de ramos afins.

Nesse sentido, a Agência de Desenvolvimento de Santa Maria também atua no sentido de consolidar o município como Polo de Defesa. Diante disso, a ADESM (2014, p. 60) tem, como principais objetivos:

- i) articular lideranças civis e militares para atuarem em parceria nos setores de defesa e segurança; ii) disseminar junto a sociedade a importância do setor de defesa como vetor de competitividade regional; iii) ampliar o número de empresas de Santa Maria no setor de defesa e segurança; iv) ampliar o número de Projetos das IES/ICTs de Santa Maria no setor de defesa e segurança; v) ter Políticas Públicas Estaduais voltadas ao setor de defesa e segurança; vi) consolidar o Santa Maria Tecnoparque como provedor de soluções de defesa e segurança.

Os objetivos do Polo de Defesa de Santa Maria, consolidado em 2014, busca articular lideranças civis e militares para atuarem em parceria nos setores de defesa e segurança. O Polo reúne representantes da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, de Instituições de Ensino e Pesquisa, do Poder Público, de Entidades Estratégicas e de Empresas do Setor para:

- i) disseminar junto à sociedade a importância do Setor de Defesa como vetor de competitividade regional Ampliar o número de empresas de Santa Maria no Setor de Defesa e Segurança; ii) ampliar o número de Projetos das Instituições de Ensino Superior de Santa Maria no Setor de Defesa e Segurança Estimular Políticas Públicas voltadas ao Setor de Defesa e Segurança iii) consolidar o Santa Maria Tecnoparque como provedor de soluções de defesa e segurança (ADESM et al., 2015, p. 9)

Há, por fim, o Seminário Internacional de Defesa (SEMINDE), evento realizado anualmente no município de Santa Maria que tem como objetivo reunir empresários, militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, representantes do poder público e pesquisadores para discutir oportunidades de desenvolvimento no Setor de Defesa. Ocorreu pela primeira vez no mês de novembro de 2014 e terá uma segunda edição nos dias 23, 24, 25 de setembro de 2015.

### **Cooperação e desenvolvimento: a UFSM e as Forças Armadas**

A presente seção divide-se em quatro subseções: i) o Protocolo de intenções mútuas entre a Marinha do Brasil e a UFSM; ii) Projeto do Sistema de Simulação ASTROS 2020 e,

por fim, iii) o Convênio de Intercâmbio Científico Cultural entre o Ministério da Aeronáutica - Departamento de Ensino, através da Base Aérea de Santa Maria e do 1º/10º Grupo de Aviação e a UFSM - Departamento de Engenharia Rural e iv) a UFSM e a cooperação ambiental com o Comando Militar do Sul. Essas parcerias foram selecionadas a fim de trazer um exemplo de cooperação da UFSM com cada uma das instituições que compõe as Forças Armadas do Brasil.

As parcerias abaixo encontram-se, indubitavelmente, ligadas à Política de Defesa Nacional, a Estratégia Nacional de Defesa e ao Livro Branco de Defesa Nacional no sentido de cooperação tecnológica entre universidades e o Ministério da Defesa. A Política de Defesa Nacional (PDN), instituída pelo Decreto no 5.484, de 30 de junho de 2005, por exemplo, aborda temas à defesa e à segurança nacional e evidencia em seu conteúdo a relevância da cooperação entre as universidades e as Forças Armadas em suas Diretrizes, XVIII, ao buscar “intensificar o intercâmbio das Forças Armadas entre si e com as universidades, instituições de pesquisa e indústrias, nas áreas de interesse de defesa” (BRASIL, 2005).

Neste sentido, em 2008, a Estratégia Nacional de Defesa<sup>24</sup> faz referência à Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Defesa Nacional, preconizando que exista um:

planejamento nacional para desenvolvimento de produtos de alto conteúdo tecnológico, com envolvimento coordenado das instituições científicas e tecnológicas (ICT) civis e militares, da indústria e da universidade, com a definição de áreas prioritárias e suas respectivas tecnologias de interesse e a criação de instrumentos de fomento à pesquisa de materiais, equipamentos e sistemas de emprego de defesa ou dual, de forma a viabilizar uma vanguarda tecnológica e operacional pautada na mobilidade estratégica, na flexibilidade e na capacidade de dissuadir ou de surpreender (BRASIL, 2008, p. 51).

Por fim, o Livro Branco de Defesa Nacional aponta, também, a necessidade de “interação entre instituições de pesquisa civis e militares, universidades e empresas é fundamental para integrar os esforços empresariais na criação de polos de alta tecnologia em variadas áreas” (BRASIL, 2012, p. 217).

---

<sup>24</sup> Mudanças institucionais ocorrem dentro do MD com a END, como a criação da Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD), à qual está vinculado o Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial (DECTI).

### **Protocolo de intenções mútuas entre a Marinha do Brasil e a UFSM**

A UFSM tem mais de 1.000 convênios em vigência com instituições nacionais e internacionais. As parcerias envolvem principalmente projetos de desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão. A maioria dos convênios engloba os temas de cooperação técnica, cultural e científica. Com efeito, a instituição assinou em maio de 2015, um protocolo de intenções mútuas com a Marinha do Brasil, que visa o início de parcerias efetivas entre as instituições, tanto no âmbito de pesquisa científica, quanto em desenvolvimento tecnológico. O protocolo tem como iniciativa impulsionadora a Estratégia Nacional de Defesa, cuja meta é aparelhar as Forças Armadas com tecnologia brasileira. Além disso, o documento consolida Santa Maria como um Polo de Defesa no Brasil – um dos objetivos é fazer com o município possa absorver a mão de obra qualificada.

A instituição federal está se tornando referência em engenharia e tecnologia, com pesquisas voltadas à criação de componentes eletrônicos destinados a diferentes áreas, inclusive militar e espacial, e ao desenvolvimento de simuladores de combate para as Forças Armadas. Exemplo disso, é o curso de Engenharia Acústica – a UFSM é a única instituição nacional que oferece essa graduação –, o que despertou a atenção da Marinha. Neste sentido, há grande demanda em pesquisa na área de acústica submarina, para a utilização em sonares e submarinos brasileiros. Esse acordo é assinado incluindo cláusulas de sigilo, de direito de propriedade e do não compromisso financeiro ou de transferência de recursos entre as duas instituições.

Nessas vias, o protocolo de intenções mútuas que celebram a união, por intermédio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha e a Universidade Federal de Santa Maria, crê na crescente necessidade de aprimoramento e troca de conhecimento no intercâmbio técnico, científico e cultural entre as universidades e centros de pesquisas de desenvolvimento tecnológico. Esse dinamismo e troca de conhecimento tendem a contribuir para o desenvolvimento de uma tecnologia no país.

Ao relacionar as Forças Armadas com a política externa brasileira é possível fazer algumas considerações. A primeira delas é que a América do Sul é um dos continentes menos violentos no que diz respeito a conflitos interestatais. Com efeito, o Brasil está inserido em um ambiente estratégico no qual manifesta interesse pelo *status quo*, no que se refere às



questões de segurança na região. Isso significa dizer que o Brasil defende uma postura de *conciliação* mais do que *conflitiva* (ALSINA JR., 2009).

A articulação da política externa com a política de defesa, para Alsina Jr (2009), é que uma precisa contar com a outra. Nesse sentido, o autor revela que as políticas precisam conversar entre si para que haja a existência de mecanismos de formulação e execução entre elas. Esses mecanismos devem ser fluídos e consequentes e, o diálogo institucional proporcionado entre esses mecanismos deve ser compatível entre si e congruente.

Isso se verifica também na parceria aqui explorada. O acordo entre a Marinha do Brasil e a UFSM pode ser visto como a implementação da política externa e a política de defesa nacional, além de, é claro, de fomentar o intercâmbio tecnológico entre as instituições. A SecCTM, que é o órgão central executivo do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha (SCTM), cabe acompanhar a evolução científica e tecnológica, o estado da arte, os trabalhos de pesquisa e desenvolvimento realizados tanto em instituições privadas, quanto governamentais e exerce o planejamento, a orientação, a coordenação e o controle das atividades científicas da Marinha. Enquanto à UFSM, cabe proporcionar à sociedade brasileira os meios para aplicar e difundir o patrimônio universal do saber humano.

Nessas vias, buscou-se mostrar que o poder militar é um tema caro ao Brasil. Isso porque ele auxilia a política externa brasileira na ampliação da capacidade de barganha e autonomia do país. A ausência e precariedade do aparato militar brasileiro reduziria também o *soft power* nacional. Por conseguinte, o que se verifica é justamente que, uma mudança qualitativa na política de defesa pode proporcionar maior latitude da política externa brasileira, seja através de políticas de *peacekeeping*, seja através da realização de tarefas clássicas de defesa da soberania no continente (ALSINA JR., 2009).

### **A UFSM e a cooperação ambiental com o Exército Brasileiro.**

A questão ambiental a partir da segunda metade do século XX adquiriu cada vez mais importância na agenda mundial, as políticas voltadas para a preservação do meio ambiente têm ocupado um papel de destaque dentro da agenda da política externa brasileira. O Brasil tem sido protagonista nos principais fóruns internacionais sobre o tema, desde a Conferência

de Estocolmo em 1972, passando pela Eco-92 e no ano de 2012 com a Rio+20 o país sempre advogou sobre a necessidade de aliar desenvolvimento econômico com proteção ambiental.

Esta orientação da diplomacia brasileira mais engajada com as questões ambientais e de sustentabilidade pode ser interpretada como um instrumento de *soft power*<sup>25</sup> do Brasil de maneira a incentivar mais nações a fazerem o mesmo, esta visão pode ser positivada por meio do compromisso voluntário do governo brasileiro em reduzir cerca de 38,9% as emissões de gases estufa até 2020<sup>26</sup>, empenho assumido pelo Brasil durante a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas em 2009, pretendendo com esta oferta pressionar os países desenvolvidos a anunciarem suas metas de redução após o fracasso do protocolo de Kyoto.

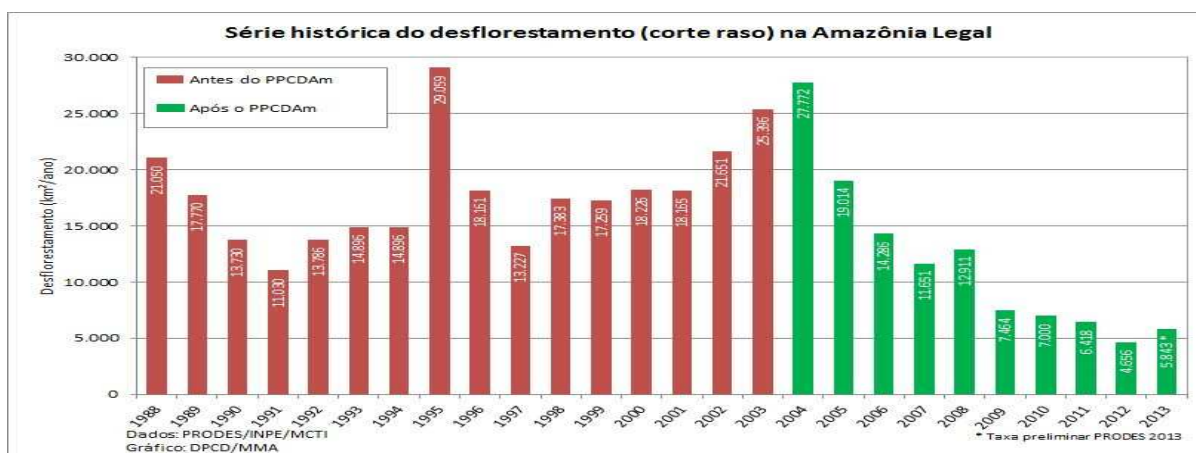
A participação das Forças Armadas nesse processo possui um peso relevante à medida que esta instituição se faz presente em regiões remotas do território brasileiro, e vem demonstrando significativas contribuições no controle e na preservação ambiental. Um exemplo desta parceria pode ser vista por meio do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, onde diminuíram-se drasticamente o desflorestamento na região amazônica (ver gráfico I), por meio de uma ação coletiva feita entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Polícias Federal e Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança Pública e o Exército Brasil.

Gráfico I: Série histórica do desflorestamento (corte raso) na Amazônia Legal

---

<sup>25</sup> Soft power, ou poder brando, é um termo usado na teoria de relações internacionais para descrever a habilidade de um corpo político, como um Estado, para influenciar indiretamente o comportamento ou interesses de outros corpos políticos por meios culturais ou ideológicos. O termo foi cunhado pelo teórico de Relações Internacionais Joseph Nye.

<sup>26</sup> Disponível em: <http://www.mma.gov.br/pol%C3%ADtica-sobre-mudan%C3%A7a-do-clima>. Último acesso em: 6 jul. 201.



FONTE: (DPCD/MMA, 2013)

Conforme demonstrado acima, as políticas ambientais se tornaram setores estratégicos para a Brasil e neste contexto cabe igualmente as Forças Armadas o cumprimento de suas atribuições subsidiárias, onde se inserem as ações voltadas à cooperação com a Defesa Civil e à proteção do meio ambiente<sup>27</sup>. Dessa forma a presente seção da pesquisa objetiva demonstrar as parcerias que vêm sendo desenvolvidas na área ambiental entre a UFSM e o Comando Militar do SUL (CMS).

Assim, o foco principal desta subseção será analisar o projeto firmado entre as duas instituições no dia 30 de junho de 2011, com prazo de vigência de cinco anos. O objetivo do presente projeto foi elaborar um diagnóstico ambiental da área do Campo de Instrução de Santa Maria (CISM) que servirá para a criação de um plano de manejo que visa o uso sustentável da área do campo de treinamentos do Exército. As atividades são desenvolvidas nas dependências militares e universitárias de Santa Maria e envolvem professores e alunos de vários cursos além de pesquisadores militares.

O CISM é uma área destinada primordialmente ao treinamento de veículos blindados, segundo um estudo feito por pesquisadores da UFSM, os exercícios militares nesta região tem provocado impactos ambientais relacionados à destruição da cobertura vegetal, erosão e assoreamento dos cursos d'água (SANT'ANA, 2012).

<sup>27</sup> Lei Complementar n° 117, de 2 de setembro de 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp117.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp117.htm). Último acesso em: 30 jun. 15.

Esta área se tornou imprescindível para o exército executar o treinamento de suas tropas blindadas e com vistas à minimizar a deterioração da região diagnosticou-se as seguintes medidas a serem tomadas:

A recuperação das áreas mais impactadas com um sistema de drenagem adequado e revestimento quando o material do leito for inadequado; a construção de pontes e manutenção das já existentes; a recomposição da vegetação junto aos cursos d'água e barragens; avaliar a possibilidade de limitar os exercícios a determinados períodos com intervalos para a manutenção da área e avaliar a aptidão do solo que é utilizado como empréstimo misturado a outros materiais, como cimento e fresado, para ser utilizado na recuperação das estradas (SANT'ANA, 2012, p. 119).

Algumas orientações propostas pela equipe de pesquisadores da UFSM e pelo exército já estão sendo adotadas, como a construção de 12 pontes para reduzir a deterioração dos cursos d'água, duas delas já estão construídas e apresentaram bons resultados (SANT'ANA, 2012 p. 119).

As demais propostas ainda estão em fase de execução e irá depender do Exército Brasileiro a incorporação dos projetos desenvolvidos ao longo da pesquisa. De acordo com a cláusula décima do convenio firmado entre as duas instituições, todos os bens adquiridos, produzidos ou construídos durante a pesquisa devem ser destinados ao CMS, incorporando-se ao patrimônio da União sob jurisdição do Exército.

Dessa forma, destaca-se a importância deste projeto, pois o arcabouço científico desta pesquisa poderá ser aplicado em outras áreas do Brasil que apresentam problemas semelhantes a estes apresentados no CISM com o intuito de melhorar a qualidade ambiental bem como a sua utilização de forma mais sustentável as regiões destinadas ao treinamento militar.

Podemos concluir que essa parceria entre Exército e UFSM trouxe inúmeros benefícios para ambas as partes envolvidas. Segundo a Pró-Reitora de Planejamento da UFSM (PROPLAN) este convênio deverá ser estendido para os próximos anos.

**Projeto do Sistema de Simulação ASTROS 2020: interação EB-UFSM**

Para que o país possa configurar no primeiro plano no cenário internacional é de vital importância que as Forças Armadas Brasileiras estejam aptas a defender a soberania nacional caso seja necessário. Para tal, estas devem estar dotadas de armamentos modernos, condizentes com a atual realidade tecnológica, bem como estarem formadas por homens e mulheres bem treinados, capazes de operar os mais complexos equipamentos militares.

É na perspectiva de dissuasão extrarregional, destacada na Estratégia Nacional de Defesa, que se insere o Projeto Estratégico ASTROS 2020 (PEE ASTROS 2020), tendo como objetivo proporcionar ao Exército Brasileiro “meios capazes de prestar um apoio de fogo de longo alcance, com elevada precisão e letalidade”<sup>28</sup>, com orçamento já aprovado pelo Congresso Nacional em 2014<sup>29</sup>.

A fim de se concretizar com êxito tal objetivo, surge a necessidade de se criar um sistema de simulação que vise o adestramento dos militares que virão a operar as baterias de ASTROS 2020, ocorrendo, assim, uma adequada e oportuna inserção da artilharia de mísseis e foguetes na estrutura da Força Terrestre.

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), assim, propôs o Projeto do Sistema de Simulação ASTROS 2020 (SiS-ASTROS), que visa:

a pesquisa e o desenvolvimento, pela UFSM em cooperação com o Exército Brasileiro (EB), de um Sistema de Simulação que possibilite a interação de ferramentas de simulação no contexto PEE ASTROS 2020. Nesse contexto, além do projeto e especificação do sistema integrado de simulação, insere-se o desenvolvimento de um protótipo de simulador tático para a operação de campanha do Sistema ASTROS 2020, particularmente no que se refere à simulação virtual de treinamento da parte tática do Reconhecimento, Escolha e Ocupação de Posição (REOP).

Em conformidade com a END, o projeto desenvolverá um Sistema de Simulação para o adestramento de comandantes de baterias ASTROS 2020, que esteja integrado a outros sistemas de simulação em uso pelo EB, bem como realizará a pesquisa e o desenvolvimento “de um sistema específico para a simulação virtual do treinamento da parte tática do REOP”

---

<sup>28</sup> Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/projetos/astros-2020.html>

<sup>29</sup> Disponível em:  
<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cctci/banners/emendas/emendas-loa-2015-apropriacao>.

(Projeto SiS-ASTROS, p. 5), atendendo, assim, as demandas o treinamento assistido por computador.

Em relação a operacionalidade do projeto, a UFSM firmou um convênio com a Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência (FATEC), em dezembro passado, onde foi repassado a FATEC os recursos financeiros destinados ao projeto, provenientes do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) do Exército Brasileiro, num total de R\$ 9.093.000,00. Cabe à FATEC a responsabilidade de executar as atividades previstas no Projeto, bem como prestar contas sobre os gastos (Convênio UFSM-FATEC, Cláusula Segunda - Das Atribuições, p. 2). Quase que a totalidade dos recursos (93,01%) serão convertidos em despesas operacionais do projeto, sendo o restante (6,99%) despesas de capital (Convênio UFSM-FATEC, Plano de Trabalho, p.3). O término do convênio e conclusão do projeto estão previsto para dezembro de 2018, podendo ser estendido caso se faça necessário.

Por 14 meses, onze professores doutores em áreas multidisciplinares da computação e engenharia elétrica pesquisaram o estado da arte em simulação. Estes serão os responsáveis pela pesquisa e desenvolvimento do projeto, auxiliados por bolsistas de graduação e pós graduação em mesmas áreas. Os professores definiram a pesquisa e o desenvolvimento do Sistema de Simulação ASTROS 2020 em 3 partes integrantes (Treinamento Baseado em Computador (TBC), Simulação Virtual e Simulador Tático REOP), de acordo com diretrizes do EB voltadas para a integração de sistemas de simulação militares, estabelecendo-se, assim, um ambiente de simulação conjunta (Projeto SiS-ASTROS, p. 6-7). O andamento do projeto foi subdividido em 6 metas a serem atingidas dentro de 4 anos (Projeto SiS-ASTROS, p. 10).

Espera-se como resultados do projeto: a especificação do Sistema de Simulação para o ASTROS 2020 (SiS-ASTROS); o desenvolvimento de um protótipo da ferramenta de simulação REOP ASTROS; pesquisa e prototipação dos Sistemas de Treinamento Baseado em Computador (TBCs) para as viaturas do sistema ASTROS 2020; pesquisa, desenvolvimento e inovação de tecnologia nacional em simulação com aplicação militar; e a consolidação de uma equipe acadêmica de excelência em simulação militar (Projeto SiS-ASTROS, p. 13-14).

Em relação a comercialização e industrialização dos possíveis produtos resultantes a serem licenciados, a UFSM participará em sua totalidade, ainda que o EB, na qualidade de financiador, detenha 70% das propriedades metodológicas e das inovações técnicas resultantes (Convênio UFSM-FATEC, Cláusula Décima - Da Propriedade Dos Resultados, p. 5). Além disso, o Sistema ASTROS é comercializado (recentemente a AVIBRAS venceu uma licitação do Governo da Indonésia na ordem de 405 milhões de dólares norte-americanos)<sup>30</sup>, potencializando a probabilidade de se industrializar o protótipo a ser desenvolvido, uma vez que se possibilita, assim, o comércio do SiS-ASTROS juntamente com o próprio sistema de lançamento de foguetes e mísseis ASTROS 2020. Ressaltando a necessidade de se modernizar os sistemas anteriores já comercializados com outros países<sup>31</sup>.

O sucesso no desenvolvimento de projetos anteriores pela interação institucional EB-UFSM, como a modernização do Dispositivo de Simulação e Engajamento Tático (DSET) para os blindados Leopard 1A5, atestam a capacidade institucional da UFSM, no tocante ao capital humano e técnico, em pesquisar e desenvolver tecnologias voltadas para a área de defesa por meio da parceria com a Força Terrestre.

Logo, o objetivo desta subseção, além de analisar o Projeto SiS-ASTROS, é fomentar a assinatura de convênios entre as Forças Armadas Brasileiras, destacando as interações com o Exército Brasileiro, que visem ao desenvolvimento de novas tecnologias militares, uma vez que ambas instituições alçam benefícios mútuos como resultado dessas parcerias<sup>32</sup>.

### **Convênio de intercâmbio científico cultural entre o Ministério da Aeronáutica - Departamento de Ensino, através da base aérea de Santa Maria e do 1º/10º Grupo de Aviação e a UFSM - Departamento de Engenharia Rural**

De acordo com o Livro Branco de Defesa Nacional (2012), a missão da força Aérea é a manutenção da soberania no espaço aéreo do país, com o objetivo de defender a Pátria e impedir o uso do espaço aéreo do Brasil para a prática de atos contrários aos interesses da

<sup>30</sup> Disponível em: <http://dados.pgfn.fazenda.gov.br/dataset/pareceres/resource/13512013>

<sup>31</sup> Disponível em: <http://www.defesenet.com.br/bid/noticia/17902/AVIBRAS---Situacao-preocupa-o-setor-de-Defesa/>

<sup>32</sup> Disponível em: <http://coral.ufsm.br/revistatxt/?p=1670>. Acesso em: 8 jul. 2015.

Nação. Nesse sentido, a força área tem a “capacidade de vigilância, controle e defesa do espaço aéreo, com recursos de detecção, interceptação e destruição” (Livro Branco, 2012, p. 134).

A Aeronáutica mantém uma de suas mais importantes Bases Aéreas no município de Santa Maria, de acordo com Teixeira (2013), contando inclusive com aeronaves de caça de alto desempenho. Dessa forma, a Base Aérea de Santa Maria (BASM) juntamente com a Base Aérea de Canoas (BACO), fazem do Rio Grande do Sul o único estado brasileiro com a presença de duas Bases Aéreas destinadas à defesa do espaço aéreo. Já no caso específico da BASM tem-se a operação do Esquadrão *Poker*<sup>33</sup> e o Esquadrão *Centauro*<sup>34</sup>, que são equipados com aeronaves A-1 AMX (usadas em ataque e reconhecimento), juntamente com o Esquadrão *Pantera*<sup>35</sup>, os quais são equipados com helicópteros *Black Hawk* (TEIXEIRA, 2013, p. 295).

Sendo assim, o convênio firmado entre a Aeronáutica e a Universidade Federal de Santa Maria, está de acordo com os critérios mencionados, pois a parceria do órgão juntamente com o Departamento de Engenharia Rural da UFSM, propicia o intercâmbio científico cultural e de informações técnicas. Por meio deste convênio, o Departamento de Ensino do MAer, compromete-se a executar missões de reconhecimento aéreo, mais especificamente reconhecimento fotográfico em áreas de interesse da UFSM nos estados do RS, SC e PR, realizado por meio do 1º/10º Grupo de Aviação<sup>36</sup> sediado na Base Aérea de Santa Maria. Compromete-se também em fornecer as imagens de satélites Goes para estudo e treinamento pessoal técnico e, por fim, fornecer material para as aulas e trabalhos práticos. Vale ressaltar, que nesta parceria, ficam excluídas da missão as áreas consideradas de Segurança Nacional.

Já o Departamento de Engenharia Rural da UFSM, no presente convênio, fica encarregado da preparação de fotointérpretes e intérpretes de imagens orbitais do Grupo de Aviação sediado na Base Aérea de Santa Maria, bem como de outros ligados ao Ministério da Aeronáutica. Compromete-se, também, a fazer pesquisas na área de aerofotogrametria e fotointerpretação repassando os resultados para o 1º/10º Grupo de Aviação, ajudar na

<sup>33</sup> Segundo o site da BASM (<https://www.basm.aer.mil.br>), o Esquadrão *Poker* corresponde ao Primeiro Esquadrão do Décimo Grupo de Aviação.

<sup>34</sup> Ainda de acordo com o site da BASM, o Esquadrão *Centauro* corresponde ao Terceiro Esquadrão do Décimo Grupo de Aviação.

<sup>35</sup> O Esquadrão *Pantera* corresponde, por sua vez, ao Quinto Esquadrão do Oitavo Grupo de Aviação.

<sup>36</sup> Primeiro Esquadrão do Décimo Grupo de Aviação.



atualização dos manuais de Reconhecimento e Interpretação de objetivos do MAer e, por fim, participar da interpretação das imagens meteorológicas. Já no parágrafo único, a UFSM assegurará no curso referido pelo convênio, duas vagas suplementares para fotointérpretes, com formação superior adequada aos estudos, a ser indicados pelo Comandante da Base Aérea de Santa Maria até a data de início do curso pretendido. O convênio analisado foi firmado em 1992 e a sua vigência é por tempo indeterminado, podendo ser rescindido por ambas as partes.

Dentro dos projetos prioritários da força aérea percebe-se que este convênio relaciona-se com o projeto de Capacitação Científico-Tecnológica da Aeronáutica, o qual segundo o Livro Branco de Defesa Nacional:

Tem por objetivo investir nas capacidades que garantam a independência tecnológica na fabricação de meios aeroespaciais de defesa. Outros objetivos a serem perseguidos serão o desenvolvimento de tecnologias de enlace e a capacitação necessária que permitam à FAB operar em rede, tanto internamente quanto em conjunto (LIVRO BRANCO, 2012, p.204).

Figura II: Quadro dos Projetos Prioritários da Força Aérea.



FONTE: (Livro Branco de Defesa Nacional, 2012, p. 202).

### Considerações finais

Dentro da Estratégia Nacional de Defesa foram estabelecidos três setores estratégicos: a Marinha do Brasil ficaria responsável pela área nuclear; o Exército Brasileiro, pelo setor cibernético; e a Força Aérea, pelo setor espacial. “Isso tem feito com que haja uma busca pela especialização de cada Força Armada, o que inclui, logicamente, uma procura por aquelas empresas que estejam relacionadas com essas atividades” (ALMEIDA & ACIOLY, 2014 p. 170). Neste sentido, a construção de conhecimento e desenvolvimento tecnológico sobre o tema de Defesa Nacional perpassa iniciativas capazes de proporcionar o intercâmbio de ideias, o debate de problemas atinentes a esse setor e o desenvolvimento de iniciativas de interesse comum do Ministério da Defesa, da Academia<sup>37</sup> e da sociedade.

<sup>37</sup> Em relação a cooperação entre o Ministério da Defesa e a Academia, por exemplo, estão sob responsabilidade da Sepesd, do Ministério da Defesa, os seguintes programas: i) Pró-Defesa; ii) Congresso

Por meio da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (Sepesd), então, o MD mantém diálogo constante com instituições de ensino civis e militares para a produção e difusão de conhecimento nessa área. A partir da Divisão de Cooperação (Dicoop) da Sepesd, o órgão trabalha em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de estudos e a criação de linhas de pesquisa voltadas aos temas de Defesa e Segurança Nacional para a formação de pessoal especializado em nível de mestrado, doutorado e pós-doutorado.

O presente artigo, neste sentido, foi desenvolvido por acadêmicos vinculados ao Grupo de Pesquisa vinculado ao CNPq - Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais de Santa Maria (UFSM)-, na linha de pesquisa de Política Externa<sup>38</sup>. A cooperação entre a Academia e o Ministério da Defesa se dá, portanto, tanto na área tecnológica quanto na área de pesquisa estratégica. Neste caso, observa-se o transbordamento das atividades e a influência exercida pelo fato do município de Santa Maria ser um Polo de Defesa para além dos muros das bases e dos quartéis, o que atrai empresas especializadas e aumenta a importância do empreendimento na econômica local. Há, então, uma síntese entre academia e Defesa Nacional no município promovido pelas instituições militares e de ensino superior nele instaladas que, por sua vez, atraem a atenção de empresas privadas especializadas em materiais militares.

O Ministério da Defesa tem desenvolvido iniciativas como o Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED), o incentivo à Base Industrial de Defesa (BID) e a publicação da Lei 12.598/12, que cria um marco legal amplamente favorável aos investimentos privados no setor de defesa. Essa iniciativas atendem os mercados locais e favorece, ainda, a pauta de exportações de produtos de defesa, com reflexos positivos na balança comercial do país. O entrelaçamento da UFSM com as Forças Armadas e visam o

---

Acadêmico sobre Defesa Nacional; iii) Curso de Extensão em Defesa Nacional; iv) Concurso de Monografias sobre Defesa Nacional; v) Concurso de Dissertações e Teses sobre Defesa Nacional e; vi) Visita supervisionada ao Ministério da Defesa.

<sup>38</sup> Esta linha trata da formação dos conceitos atinentes à política externa do Brasil por meio de seu acumulado histórico, superando a tradicional historiografia diplomática e buscando o entendimento das forças profundas envolvidas na atuação do país junto à comunidade internacional. Subdivide-se em uma análise histórica e outra de perfil contemporâneo, que visa entender a política externa brasileira por meio de seus temas e agendas.

desenvolvimento de novas tecnologias militares, uma vez que ambas instituições alçam benefícios mútuos como resultado dessas parcerias.

### Referências bibliográficas

ADESM. **Polo de Defesa de Santa Maria**: o setor de defesa como vetor de competitividade regional. Santa Maria, 2014, p. 1-63. Disponível em: <[http://adesm.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Polo\\_Defesa\\_SM.pdf](http://adesm.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Polo_Defesa_SM.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2015.

ADESM et al. **Setor de Defesa e Segurança**: Rio Grande do Sul - Brasil. Multipress Gráfica e Editora. 2015.

ALMEIDA, Perpétua; ACIOLY, Luciana. **Estratégias de defesa nacional**: desafios para o Brasil no novo milênio. Rio de Janeiro: Ipea. 2014.

ALSINA JR, João Paulo. **O poder militar como instrumento da política externa contemporânea**. Revista Brasil de Política Internacional. v. 52, p. 173-191. 2009.

BRASIL, Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Ação 14LW - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020**. Câmara do Deputados. 2014.

BRASIL, Escritório de Projetos do Exército. **Astros 2020: Alcance - Precisão - Poder**. Disponível em: <<http://www.epex.eb.mil.br/index.php/projetos/astros-2020.html>>. Acesso em: 3 de jul. 2015.

BRASIL, Ministério da Defesa. **Estratégia nacional de defesa**: paz e segurança para o Brasil. Decreto no 6.703/2008. Brasília: MD, 2008. Disponível em: [http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia\\_defesa\\_nacional\\_portugues.pdf](http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf)>. Acesso em: 8 jul. 2015.

BRASIL, Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 2012.

BRASIL, Ministério da Defesa. **Política de Defesa Nacional**. Decreto no 5.484/2005. Brasília, 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm)>. Acesso em: 8 jul. 2015.

BRASIL, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. **Parecer N° 1351/2013**. 2013.

BRASIL, Universidade Federal de Santa Maria. **Convênio de Intercâmbio Científico Cultural**. UFSM-Ministério da Aeronáutica. 1992.

BRASIL, Universidade Federal de Santa Maria. **Projeto do Sistema de Simulação ASTROS 2020**. 2014.

BRASIL, Universidade Federal de Santa Maria. **Convênio UFSM-FATEC, nº: 813782/2014**. 2014.

MACHADO, Márcia Kaipers. **A presença do exército e da aeronáutica na organização espacial de Santa Maria – RS**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. 2008

OTTOBONI, Júlio. **AVIBRAS - Situação preocupa o setor de defesa**. DefesaNet, 9 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/bid/noticia/17902/AVIBRAS---Situacao-preocupa-o-setor-de-Defesa/>>. Acesso em: 3 jul. 2015.

PAULA, Lenon de. **UFSM e Exército: acordo promove desenvolvimento e modernização de simuladores**. .TXT, 19ª Edição, Tecnologia. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/revistatxt/?p=1670>>. Acesso: 3 jul. 2015.

SANT'ANA, Kariza Dias Andrade. **Diagnóstico ambiental do meio físico do Campo de Instrução de Santa Maria (CISM)** – Santa Maria. 2012. Disponível em: <[http://w3.ufsm.br/ppggeo/files/dissertacoes\\_2012/Kariza2012.pdf](http://w3.ufsm.br/ppggeo/files/dissertacoes_2012/Kariza2012.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2015.

TEIXEIRA, Vinícius Modolo. **BASES MILITARES: um entendimento na perspectiva dos grandes empreendimentos**. Goiânia: Ateliê Geográfico, vol. 7, nº 1, 2013, p. 284-307

## **A MOBILIDADE HUMANA INTERNACIONAL E A SOBERANIA NACIONAL: A EMERGÊNCIA DOS DIREITOS POLÍTICOS AO MIGRANTE NO BRASIL**

**Alessandra Jungs de Almeida<sup>39</sup>**

O presente trabalho objetiva identificar como a soberania nacional impactou na elaboração da legislação migratória no Brasil nos anos 1980 e porque essas normas, já em estado defasado, não sofreram uma reforma para incluir os e as imigrantes ao espaço público brasileiro, concedendo-lhes direitos políticos. No momento, o país passa por discussões sobre uma possível reforma na legislação de imigração, nesse contexto, na análise da normativa brasileira, percebe-se de forma clara as principais barreiras em relação ao tema: o Estatuto do Estrangeiro de 1980 e a Constituição Federal de 1988, que burocratizam e limitam o direito ao espaço público dos indivíduos em mobilidade. O que os fragiliza diretamente, considerando que esses seres humanos não estão mais sob a proteção das leis de seu país de origem e necessitam de participação política para não ter os seus direitos mitigados. O resultado dessa ausência de direitos é a falta de controle – ou inexistência do mesmo –, por parte dos imigrantes em território brasileiro sobre os procedimentos arbitrários em que estão envolvidos. Nessas circunstâncias, teria o Brasil coragem política de produzir um cenário mais inclusivo aos migrantes, protegendo-os de toda e qualquer discricionariedade do Estado e quebrando a lógica brasileira de restrição de direitos aos e às imigrantes? No confronto do que já está instituído e na luta por um marco legal migratório mais humano, esse trabalho se justifica. A metodologia a ser utilizada será de uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo e descritivo, elaborada com uso de materiais já publicados, constituída – majoritariamente – por livros, artigos científicos e legislações.

Palavras-chave: migração internacional, soberania nacional, mobilidade humana internacional.

---

<sup>39</sup>Acadêmica de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pesquisadora do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão Migraidh – Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional. E-mail: ale.jungs@outlook.com.

## **Introdução**

Ao analisar a migração internacional no Brasil, é possível perceber que, na maioria das vezes, ela acontece porque o ser humano em mobilidade está em busca de uma melhoria de vida, de condições mais dignas para si e sua família. A escolha de mudar de país, muitas vezes, acaba por ser tratada como um crime pelo Estado receptor, na alegação de exercício de sua autonomia, e ao imigrante, que pode não possuir alternativas, resta-lhe aceitar as imposições estatais. Assim, fica claro o atributo violador do Estado moderno, e nesse contexto, do Estado brasileiro, em que o pertencer do estrangeiro não é um pertencer na acepção da palavra “participar”, mas um pertencer de apoderação, como um objeto de produção (REDIN, 2013, p. 30).

As migrações internacionais nos últimos anos, principalmente depois dos ataques terroristas no dia 11 de setembro de 2001 aos EUA, tornaram-se um tema ascendente na agenda de segurança dos estados nacionais. Este processo de securitização é legitimado quando os estados, detentores de sua soberania, tem autonomia política e jurídica sobre povo e território de certo país, num discurso de autodeterminação contra qualquer tipo de ingerência externa que poderiam vir a sofrer de outros Estados. Tornam-se, então, detentores do poder de incluir ou excluir – ou incluir para excluir - a seu bel-prazer qualquer ser humano em mobilidade que estiver em seu território, aquele definido como “estrangeiro”, ou seja, o não nacional, o outro, o imigrante.

Nestas reflexões, este trabalho desenvolve-se com a intenção de identificar como a soberania nacional impactou na elaboração da legislação migratória no Brasil nos anos 1980 e porque essas normas, já em estado defasado, não sofreram uma reforma para incluir os e as imigrantes ao espaço público brasileiro, concedendo-lhes direitos políticos. Tentando compreender não somente o diálogo entre a soberania nacional e os direitos dos e das imigrantes internacionais – ou a falta dele – na década de 1980, mas, principalmente, como se pode iniciar uma reforma na política de migração brasileira a partir do contexto atual.

Nesse sentido, este trabalho é um estudo hipotético-dedutivo firmado na hipótese de que os contextos de criação do Estatuto do Estrangeiro e da Constituição Federal eram, respectivamente, de securitização nacional e de abertura democrática, porém, avançado esses

momentos, essas legislações não tiveram nenhum progresso, não sendo mais válidas para o período que surgiu.

No momento, o Brasil passa por discussões sobre uma possível reforma na legislação de imigração, assim, no confronto do que já está instituído e na luta por um marco legal migratório mais humano, esse trabalho se justifica. A metodologia a ser utilizada será de uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo e descritivo, elaborada com uso de materiais já publicados, constituída – majoritariamente – por livros, artigos científicos e legislações.

### **Década de 1980: A soberania brasileira e a legislação sobre migração no Brasil**

As principais barreiras em relação ao tema do direito ao voto do ser humano em mobilidade atualmente no Brasil são o Estatuto do Estrangeiro de 1980 e a Constituição Federal de 1988. Haja vista, faz-se importante entender o contexto em que essas leis foram criadas. Na década de 1980, um contexto de bipolaridade dominava o globo e a agenda de securitização e de afirmação de políticas externas mais firmes faziam-se necessárias frente a um ambiente desestabilizado pelas tensões da Guerra Fria.

Na primeira metade da década de 1980, a política externa brasileira era conduzida pelos vetores do “universalismo, da boa convivência e da soberania e dignidade nacionais”, segundo mensagem do presidente José Figueiredo em 1º de março de 1980. A função da política externa brasileira da época para a região latino-americana, como para o resto do mundo, era de viabilizar as demandas do desenvolvimento e de segurança nacional, mediante o incremento de exportações e inovando no aspecto de segurança (CERVO; BUENO, 2015, p. 459).

Nesse período, a capacidade brasileira para influir no sistema internacional diminuída e a integração, apesar de ser interesse brasileiro, era focada no comércio. Em razão do regime autoritário, até mesmo o alinhamento com os direitos humanos sofreu um corte, abandonando o esforço de sua promoção na tomada por posições defensivas e isolacionistas nos foros multilaterais (Ibid., p. 423).

Além de se distanciar dos direitos humanos, o governo via como uma necessidade o fortalecimento da autonomia brasileira. Assim, o Estatuto do Estrangeiro foi elaborado na



intenção de alinhar o governo civil-militar à agenda de segurança, num período em que a segurança nacional era de crucial importância para o país, uma vez que o regime da época temia o fortalecimento de grupos de esquerda influenciados pelo bloco soviético, num momento de distribuição bipolar de poder no sistema internacional. O Estatuto, então, validava-se neste contexto. Pode-se somar a isso, que, devido ao período de ditadura civil-militar que o país vivia, o interesse nacional era fator que implicava na criação de políticas e normas, como o Estatuto, por exemplo.

Isso é demonstrado no artigo 2º do Estatuto do Estrangeiro que declara que sua aplicação se dará para atender à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil, bem como à defesa do trabalhador nacional. O que manifesta não só a sua obsolescência na atualidade, mas também a seletividade deste dispositivo.

Percebe-se que, na época, havia uma justificativa para a criação do Estatuto do Estrangeiro de 1980. Porém, esse Estatuto ainda está em vigor, burocratizando e limitando a participação política de imigrantes no Brasil e não fazendo justiça a um novo período brasileiro de democratização e de multipolaridade mundial, sendo a defesa da soberania a partir de políticas internas frente a um mundo bipolar não mais necessária.

A segunda metade dos anos 1980 nos apresenta outro empecilho em relação ao tema dos direitos políticos do indivíduo migrante: a Constituição Federal de 1988. Nesta época, a América Latina passava por uma nova fase, frente a graves crises econômicas e financeiras, os países latinos respondiam com redemocratizações (Ibid., p. 485).

No plano interno brasileiro, a redemocratização trouxe a elaboração de uma nova Constituição Federal no país, que surgiu num momento importante da história da democracia brasileira. Apesar de ser uma ocasião respeitável para o Brasil, no que tange à migração, mais especificamente aos direitos políticos dos e das imigrantes, a Constituição Federal de 1988 possui uma grande contradição. No artigo 5º, a Constituição afirma:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.”

No entanto, em seu artigo 14, inciso 2, discorre que “não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros” e para se eleger, uma das condições é a nacionalidade brasileira. Porém, não leva em conta que o desejo de um não nacional pode não ser o de mudar sua nacionalidade. E se for, a mesma Constituição que coloca essa condição, limita-a quando exige que esse indivíduo deve residir no país por no mínimo quinze anos para se naturalizar.

Isso demonstra que, a Constituição Federal de 1988, ainda que elaborada em período democrático, não visou contemplar politicamente os imigrantes internacionais, quiçá sendo isso um reflexo do período anterior vivido pelo Estado brasileiro ou da ordem mundial bipolar que se encerrava. Na próxima seção, procuraremos discutir o novo período que surgiu, de plena democracia e de multipolaridade, em que decidir quais são os indivíduos a entrar no Brasil, por quanto tempo e em quais condições, não é mais necessário para fortalecer a autonomia nacional e garantir a estabilidade brasileira no sistema.

### **Pós 1988: o Brasil num mundo multipolar e a emergência de um novo marco legal em matéria migratória**

Com o fim do ciclo autoritário no Brasil, a partir de 1985, o país se volta para a assertiva original sobre direitos humanos, estabelecida logo após a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, que era de promoção dos mesmos. Em 1997, o Brasil reconheceu a jurisdição obrigatória da Corte Internacional de Direitos Humanos. No mesmo ano, aprovou moderna lei sobre refugiados e entrou na rota do abrigo, particularmente para africanos. O congresso exerceu a prerrogativa de adaptar sob todos os ângulos a lei brasileira, alinhada, enfim, aos avanços normativos internacionais. O Executivo, por exemplo, criou a Secretaria de Estado de Direitos Humanos (Ibid., pp. 499-500).

Por decisões de política exterior, o governo brasileiro movimentou-se na esfera da segurança global. Com iniciativas pacifistas, logrou influir na construção de uma zona de paz e cooperação na América do Sul, e animado com isso, desmontou o sistema nacional de segurança e renunciou ao realismo da ação na arena internacional. Mas logo que consumada a consolidação da democracia e percebidos os limites da utopia kantiana – a paz perpétua – a

questão da segurança foi retomada como uma responsabilidade de política exterior (Ibid., p. 501).

Atualmente, a política internacional de segurança brasileira é baseada na negociação de conflitos e não na intervenção de potências superiores. Segundo palavras do chanceler brasileiro Antônio de Aguiar Patriota, em 2012, tais princípios associam direitos humanos, segurança e desenvolvimento – bens da humanidade – e proscovem intervenções e missões movidas por interesses econômicos ou geopolíticos – bens de potências interventoras (Ibid., pp. 561-564).

Dentro do contexto atual, as políticas migratórias acabam ficando obsoletas e perdendo sua função quando se observa a não existência do perigo do estrangeiro no ataque a soberania do país. Sobre isso, há dois aspectos importantes de frisar: a multipolaridade e a democracia. Primeiro que o triunfo do capitalismo sobre o socialismo soviético em 1989 deu impulso a um cenário com uma maior distribuição de poder entre as potências do sistema internacional, juntamente a isso, o fato de que a ditadura civil-militar no Brasil teve seu fim. Esses dois cenários anteriores traziam consigo o peso da defesa da segurança nacional, em que qualquer contraponto seria deixado de lado para manter a mesma.

O Estatuto do Estrangeiro, por exemplo, criado para reafirmar a soberania frente à migração, exclui os e as migrantes da vida política sob uma legitimidade precária de proteção da segurança nacional, num novo contexto em que não há, de fato, ameaças à soberania do país em aceitar o indivíduo em mobilidade em território e no espaço público brasileiro. Este Estatuto condiciona o ser humano em mobilidade a uma situação de não-sujeito político, lhe reduzindo a vida nua, o que lhe afasta a possibilidade de construção do sentimento de pertencimento do seu novo espaço público, pois é visto como diferente, “o outro”, menos digno de direitos que o nacional (REDIN, 2013, pp. 30-37).

Exemplos de restrição do Estatuto do Estrangeiro frente a um novo momento político no Brasil é que o mesmo restringe os e as imigrantes de direitos políticos (art. 106), de associação (art. 107) e de criação de empresas que envolvem a liberdade de expressão (art. 105, incisos II e IX), além de diferenciar claramente os direitos humanos de nacionais e de imigrantes. Além disso, o Estatuto do Estrangeiro brasileiro é incompatível com o Direito Internacional dos Direitos Humanos, pois criminaliza drasticamente a imigração, concedendo

vistos somente quando for de interesse nacional, e podendo deportar (art. 57), expulsar (art. 65 a 74) e extraditar (art. 74 a 93) seres humanos, sendo esses recursos medida de preservação da ordem pública, não justificados quando há em contraponto os direitos de seres humanos desprotegidos de um Estado que lhes resguarde.

Ao mesmo tempo, a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 14 sanciona seu atraso, numa confirmação da reflexão arendtiana de que os direitos inerentes e inalienáveis do homem - como os também presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos - são, na verdade, direitos somente dos nacionais. A cidadania dentro do Estado-nação acaba sendo um fator para ter direitos, pois esta guarda estreita relação com os direitos humanos, sendo que os direitos humanos são garantidos apenas dentro de uma comunidade (ARENDT, 2004, p. 147).

Quando o Estado usufrui de sua soberania para direcionar políticas conforme uma lógica de segurança nacional frente à vida de seres humanos em situação de vulnerabilidade, está não somente impondo condições violentas à suas vidas, mas também não está permitindo a integração deles a uma comunidade. Na concepção da legislação brasileira a mobilidade humana ainda não ultrapassou o discurso de fortalecimento da soberania num mundo bipolarizado e em um contexto nacional ditatorial, em que o medo da ingerência era real e a política externa dos países era voltada para sua defesa.

## **Conclusão**

Conclui-se que não há uma justificativa para negar direitos políticos aos indivíduos imigrantes, pois no cenário nacional e internacional não se faz mais necessário afirmar soberania frente à mobilidade humana internacional. Soma-se a isso o fato que no Brasil há uma vontade política no âmbito administrativo de integrar os seres humanos em mobilidade, percebida pela abertura de fronteiras, enquanto a Europa, por exemplo, as fecha. O país também reforça a emissão de vistos nas embaixadas dos países, para que a migração seja uma migração humanitária, com responsabilidade, um processo que vêm a desestruturar as organizações de tráfico de pessoas.

Apesar disso, em âmbito normativo, o Brasil ignora severamente qualquer disposição de ceder legislativamente direitos políticos aos imigrantes, numa continuação da lógica de

defesa da soberania nacional. Por isso, espera-se que o poder legislativo conceda à devida importância a matéria de direitos dos imigrantes, que esse assunto possa não só ser discutido e analisado, como também colocado em prática com leis e políticas públicas mais abrangentes a pessoa humana. É preciso que as discussões sobre uma nova legislação brasileira possam iniciar no Brasil um novo padrão legal de respeito ao ser humano, mais acordado com a política externa brasileira no que se refere aos direitos humanos.

Outro ponto a destacar é o que coloca o livro “Imigrantes no Brasil” (REDIN; MINCHOLA, 2015), onde, por meio de uma metodologia de comparação, observa-se que o Brasil é um dos mais restritos da América do Sul para a participação dos imigrantes nos processos políticos em qualquer instância pública de deliberação, pois é vedada de qualquer forma a participação eleitoral de imigrantes. A necessidade de discussão desse paradigma humanitário torna-se então, ainda mais forte no país, havendo a necessidade de ultrapassar a desculpa histórica das ditaduras e do contexto em que essas leis foram criadas, para que os direitos políticos possam ser realidade na vida das pessoas que são excluídas da participação cidadã no país.

A criação de uma nova legislação migratória no Brasil é fundamental. É necessário conferir aos migrantes, além do direito de migrar, o direito humano de participação no espaço público por inteiro, pois apesar de ocuparem diariamente o mesmo espaço que os nacionais, no Brasil atual os imigrantes não têm o direito de pedir por melhorias ao Estado, pois não possuem um dos direitos fundamentais do ser humano: a cidadania política.

A discussão sobre um novo marco legal deve ser trazida à tona em espaços em que a sociedade civil e os e as imigrantes estejam envolvidos, para que possam apontar as necessidades reais de quem vive o espaço público nas condições atuais. Existe a necessidade da construção de uma nova política-normativa migratória no Brasil, onde os e as imigrantes possam participar ativamente da política, da sociedade, e do espaço que ocupam.

O novo marco legal que for produzido deve garantir aos imigrantes não somente o direito de viver no país, mas tudo mais que participar de um espaço acarreta: a interação social com o exercício pleno de todos os direitos, sem que o migrante seja um objeto de interesse exclusivamente econômico do país em que está. Deve-se levar em conta que um ser humano sem a proteção do Estado em que está vivendo não tem como exigir por seus direitos,

e é nesse ponto que se verifica a necessidade de uma legislação igualitária de direitos políticos a nacionais e não nacionais.

Com o acerto da normatização sobre migração no Brasil, orientada por uma racionalidade que reconheça os direitos dos imigrantes, o país poderia absorver muito mais do que os impostos e a mão de obra dos indivíduos em mobilidade, mas também a sua riqueza cultural. E, com isso, começar a construir na América do Sul uma política de cidadania que incite a livre circulação na região, entendendo que para uma vivência benéfica em comunidade, o migrante deve ter direito a participar plenamente do espaço que ocupa.

Sem dúvidas, o Brasil é capaz de produzir uma legislação mais inclusiva, apta para abranger os direitos dos e das imigrantes e suas demandas. Pois, se há um cenário no Brasil de produção de uma nova legislação migratória, em que não há mais o impacto de um regime político e uma situação de intensa tensão mundial, porque não a construir de modo que seja a mais inclusiva possível, respeitando os direitos fundamentais dos seres humanos e os protegendo de toda e qualquer discricionariedade do Estado?

## Referências

ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

Constituição Brasileira de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 10 mai. 2015.

Estatuto do Estrangeiro de 1980. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508142/000986045.pdf?sequence=1>> Acesso em: 28 out. 2015.

REDIN, Giuliana; MINCHOLA, Luís A. B.. **Imigrantes no Brasil**: Proteção dos Direitos Humanos e Perspectivas Político-Jurídicas. Curitiba: Juruá, 2015

REDIN, Giuliana. **Direito de imigrar**: direitos humanos e espaço público. Florianópolis: Conceito Editorial, 2013.

# **UMA ANÁLISE SOBRE O PODER DA DIPLOMACIA CULTURAL NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (2003 – 2010): Abordagens Preliminares**

**Ana Laura Anschau**<sup>40</sup>

## **Resumo**

A partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva as questões culturais passam a ser determinantes para a compreensão da Política Externa Brasileira. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar como a diplomacia cultural foi utilizada nos dois mandatos do governo Lula (2003 – 2010) e qual foi seu impacto na política externa brasileira.

## **Palavras-chave**

Diplomacia Cultural. Política Externa Brasileira. *Soft Power*

## **Abstract**

Cultural issues become crucial to the understanding of the Brazilian Foreign Policy with the government of Luiz Inacio Lula da Silva. Therefore, this study aims to analyze how cultural diplomacy was used in the two government mandates of Lula (2003 - 2010) and what was its impact on Brazilian foreign policy.

## **Key-words**

Cultural Diplomacy. Brazilian Foreign Policy. Soft Power

## **Introdução**

A partir do século XXI os temas como cultura e identidade passam a se tornar fenômenos centrais para a compreensão dos processos políticos internacionais. No Brasil a

---

<sup>40</sup>Aluna de graduação de Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria; Email: analaura.ans@gmail.com

partir do governo Lula as questões culturais passam a ser determinantes para a compreensão da Política Externa Brasileira.

A Diplomacia Cultural é uma subárea da Política Externa de extrema importância para a promoção internacional e mediação externa de interesses nacionais, é através do uso desta diplomacia que Estados buscam construir uma imagem de prestígio internacional e alcançar a promoção de seu desenvolvimento nacional. Segundo relatório da UNESCO (2002), todos os Estados devem definir uma política cultural e aplicá-la para além de suas fronteiras da maneira que lhes achar mais benéfico, lembrando que para isso deverá respeitar sempre suas obrigações internacionais.

Com o advento do primeiro governo Lula em 2003 surge a preocupação com a inserção cultural brasileira no exterior. A partir de então, os aspectos culturais passaram a ter maior relevância para a Política Externa Brasileira em busca de um desenvolvimento nacional.

### **Soft power**

O *Soft Power* é a combinação de indução e atração, ou seja, em busca de cooperação os países acabam utilizando seu poder de influência, sendo assim, o *Soft Power* surge como uma nova fonte de poder independente do *Hard Power*. Por definição, *Soft Power* significa “fazer com que os outros busquem os mesmos resultados que você deseja, e isto exige com que se saiba como estes entendem suas ideias, para que o resultado seja positivo (NYE,2004,p.78)”. O *Soft Power* caracteriza-se pela não utilização da força para se conseguir melhor inserção internacional e é estruturado em três pilares, sendo eles: 1) cultura; 2) valores políticos; e 3) política internacional. Sendo assim, os países mais suscetíveis a ter êxito ao se promoverem por meio do *Soft Power* são aqueles que se utilizam de múltiplos canais de comunicação, ou seja, que possuem uma cultura dominante, que pautam sua agenda em prol de temas relevantes, como os Direitos Humanos e que além disso, possuem credibilidade através de seus valores e políticas nacionais e internacionais.

Nye enfatiza que todas as grandes potências utilizaram-se em algum momento do *Soft Power* e conseguiram os resultados esperados, mesmo que estes demandaram mais tempo do



que os obtidos com a utilização do *Hard Power*. Os grandes impérios utilizaram-se do *Soft Power* como uma fonte extra de poder, porém no início do século XXI, com a ascensão dos países conhecidos como emergentes, estes por não terem um *Hard Power* consolidado, não possuindo poder militar e com seu poder econômico em fase de desenvolvimento, viram no uso do *Soft Power* uma das poucas saídas para se inserirem no Cenário Internacional. Pode-se citar o exemplo de que o Brasil é um “país que dispõe de um *Hard Power* difuso ou até mesmo insuficiente – na forma de instrumentos clássicos de poder militar e econômico” (LIMA,2013,p.58).

É importante ressaltar que o *Soft Power* é um poder difícil de ser manejado, uma vez que a maioria de seus recursos não depende exclusivamente dos governos, sendo assim, seus efeitos dependem quase que exclusivamente da aceitação por parte dos outros Estados. Outro sim, é que os recursos de *Soft Power* muitas vezes atuam de maneira indireta e costumam levar anos para que os resultados sejam percebidos.

Para um país se tornar influente no Cenário Internacional ele deve buscar promover sua política externa de uma maneira que consiga ser coerente e atrativa tornando-se então aceitável aos olhos dos outros Estados. Não se deve comparar o *Soft Power* como apenas uma questão de imagem ou busca de popularidade, mas sim, deve-se ter em mente que o *Soft Power* passou a ser uma fonte de poder e quando se abre mão de um poder, pode-se pagar um alto preço.

### **Política externa brasileira no governo Lula (2003-2010)**

Com a ascensão do Governo Lula ao poder, no ano de 2003, verifica-se pequenas mudanças na característica de gestão da política externa em relações às prioridades do governo anterior, Fernando Henrique Cardoso (VIGEVANI;CEPALUNI, 2007, p. 275). Podemos dividir as prioridades apresentadas no governo Lula em três pequenas agendas. A primeira seria uma agenda tradicional, em que há a manutenção dos princípios tradicionais da política externa brasileira, visando sempre um “ambiente externo favorável ao crescimento e à estabilidade da economia brasileira”; a segunda agenda pode ser caracterizada pela busca do

protagonismo internacional; e a terceira agenda, caracterizada como ideológica, em que se buscou promover uma nova ordem internacional (ALBUQUERQUE,2005,p.91-92).

A Política Externa do Governo Lula caracterizou-se como ativa e altiva<sup>41</sup>, pela diversidade da sua agenda internacional e a busca por maior desenvolvimento. Diante disso, caracteriza-se o período do Governo Lula como sendo um Estado Logístico, ou seja, há um repasse de responsabilidades também à sociedade. De acordo com Cervo (2008,p.86), a Política Exterior de um Estado Logístico “volta-se à realização de interesses nacionais diversificados: dos agricultores, dos empresários, dos operários, e dos consumidores”.

Verifica-se nesse período uma nova configuração acerca das parcerias e do alinhamento com os mais diversos países, caracterizando-se assim como uma política universalista em que há maior aproximação brasileira com os países da América do Sul, em busca de maior desenvolvimento regional; da Europa, na busca de promover maior cooperação política, e o interesse na reforma da ONU; e na África, com diversas ações visando melhor desenvolvimento da região. (SOUSA NETO,2011; VIGEVANI;CEPALUNI,2007). Adotar este caráter multilateralista mostra, de certa forma, que o “país se encontra pronto para exercer um papel de protagonista no sistema internacional”. (SOUZA NETO,2011,p.101)

A política externa do governo Lula é caracterizada por mudanças, mostrando que nem sempre a aceitação e a acomodação trazem melhores benefícios. Durante seu mandato o presidente buscou a não aceitação de paradigmas já implantados e mostrou-se apto a conseguir melhor inserção internacional, sem ter que se alinhar somente aos países desenvolvidos, mas sim, voltando-se para as relações com países em desenvolvimento. De acordo com Amorim (2011,p.273), a política externa do governo Lula “enfrentou aquela velha opinião de que exercer, na cena internacional, o protagonismo compatível com a nossa grandeza – econômica, política e cultural – seria inútil ou até mesmo perigoso.”

## **Diplomacia cultural no Governo Lula**

---

<sup>41</sup> Conceito criado por Celso Amorim, em que a política visa ampliar a posição do Brasil no cenário Internacional tendo uma característica ideológica e estratégica.

O termo Diplomacia Cultural foi criado no ano de 1966 pelo chanceler alemão Willy Brandt que defendia a cultura como o terceiro pilar da política externa, juntamente com a política e o comércio, porém poucas são as nações que se apoderaram desta distinção.

Por diplomacia cultural entende-se a implantação da cultura de um Estado em apoio das suas metas de política externa, ou seja, “a utilização das questões e/ou fatores culturais para alcançar objetivos relativos à política externa. (LESSA;SARAIVA;MAPA,2012,p.97)” Diante do exposto, pode-se afirmar que a Diplomacia Cultural tem o objetivo de revelar o papel de um país diante dos demais membros da comunidade internacional.

A Diplomacia Cultural tem o poder de unir diferentes culturas, diferentes povos e assim construir um sentimento de solidariedade internacional, em longo prazo, baseado no respeito à diversidade. Por aproximar os povos por meio de afinidades e vínculos sociais estas relações políticas culturais acabam auxiliando os Estados na efetivação das políticas de cooperação técnica e comercial sendo muitas vezes responsável pela consolidação e pelo fortalecimento de blocos econômicos.

No campo da cultura o Governo Lula propôs-se a alcançar importantes metas, a diplomacia cultural do governo Lula buscou sempre um projeto global de ascensão internacional, estando a cultura entre as principais preocupações do presidente.

A cultura era entendida, no governo Lula, um sistema de valores estruturante da identidade da nação e promotor da inserção internacional do país, ao mesmo tempo em que era percebida como inextricável e central ao desenvolvimento econômico, oferecendo tanto o contexto no qual o progresso econômico ocorre quanto ao próprio objeto de desenvolvimento, quando vista sob a perspectiva das necessidades individuais. (PINHEIRO;MILANI; 2012, p. 99)

Tamanha foi a importância delegada aos fatores culturais e suas manifestações que a cultura passa a ter uma tripla funcionalidade na política externa brasileira, criando vínculos de identidade, fortalecendo blocos regionais e aproximando-se com países estratégicos e em desenvolvimento.(PINHEIRO;MILANI, 2012, p.105) Diante disso, a cultura passou a ter extrema importância no plano interno, externo e econômico.

A Diplomacia Cultural brasileira do período foi pautada e baseada em três diferentes dimensões para que todos os setores culturais pudessem mostrar sua relevância.

## **Dimensão Simbólica**

A dimensão simbólica da cultura busca desenvolver as mais diversas possibilidades de criação simbólica, partindo-se do pressuposto de que a capacidade de criar símbolos é uma característica inerente aos seres humanos (MinC). É a partir da criação de símbolos que surgem as mais diversas manifestações culturais, como: a língua, os costumes, a culinária, o teatro, a música, a dança e a literatura.

O idioma é uma das características principais de um país, é por meio dele que as pessoas e Estados conseguem se comunicar com mais facilidade. O Brasil, tendo a língua portuguesa como sua língua oficial, faz parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa<sup>42</sup>, e tem assim uma responsabilidade de promover o ensino e a difusão do idioma mundialmente. Dentre os principais objetivos do governo na promoção e difusão do idioma estão: “promover o aprendizado da Língua Portuguesa falada no Brasil; difundir a cultura brasileira por meio da divulgação da história e das artes do Brasil; e acompanhar a aplicação, dos exames para a obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros.” (BRASIL, 2010)

Para alcançar esses objetivos criou-se a Rede Brasileira de Ensino no Exterior que se estende por mais de 50 países e é vinculada às embaixadas que oferecem curso de língua portuguesa. Além disso, a rede é composta por 21 Centros Culturais Brasileiros (CCBs), 7 Institutos Culturais e 60 Leitorados (BRASIL, 2010). Os CCBs tem extrema importância no que tange à promoção da língua portuguesa no exterior, é nesses centros que o cidadão estrangeiro poderá imergir na cultura brasileira. Atualmente esses centros estão distribuídos no continente americano, na África e na Europa.

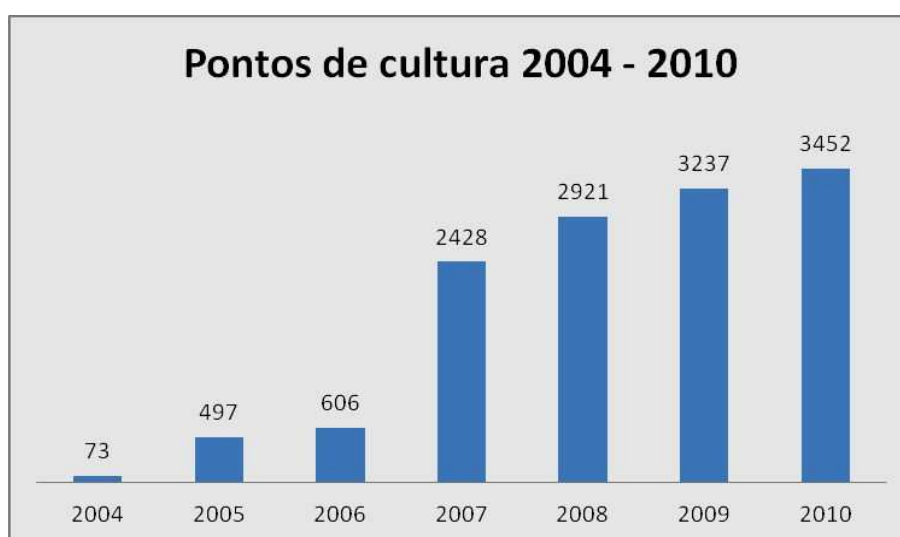
## **Dimensão Cidadã**

---

<sup>42</sup> A CPLP é uma comunidade internacional de países e povos que partilham a língua portuguesa, tendo como membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, e Timor Leste.

A dimensão cidadã se preocupa em disseminar o acesso à cultura no país, tendo em vista que “os indicadores de acesso a bens e equipamentos culturais no Brasil refletem conhecidas desigualdades e estão entre os piores do mundo (BRASIL,2009,p.12)”. Sabe-se que uma pequena parcela da população brasileira tem acesso à cultura, sendo assim, criaram-se os pontos de cultura, característica principal do Programa Cultura Viva.

Os pontos de cultura são um espaço onde a comunidade pode expressar suas mais diversas manifestações culturais, sendo assim caracterizados como políticas públicas, que só terão sucesso com o envolvimento efetivo das comunidades.



**Figura 1 Distribuição dos Pontos de Cultura por ano (2004 - 2010)**  
Fonte: Planilha Operacional de Projetos/SCDC/MinC.

Além dos pontos de cultura no território brasileiro, algumas foram as tentativas de se instalar pontos de cultura no exterior para atender a comunidade brasileira residente nos mais diversos países. Os Estados Unidos e a França foram países que desenvolveram os pontos pilotos, porém a iniciativa não obteve sucesso devido à legislação brasileira para a remessa de dinheiro ao exterior (BRASIL, Minc).

## **Dimensão Econômica**

A cultura também pode ser vista como uma fonte de geração de renda, em que a criatividade e a inovação tornam-se seus principais vetores e nisso é baseada a dimensão econômica, que auxilia no desenvolvimento econômico brasileiro e é regulamentada pela “economia das culturas”, evitando assim a criação de monopólios comerciais (BRASIL,2009,p.13) e possibilitando a participação de todos os níveis societários. Foi no início do século XXI que o conceito de economia criativa passou a ser estudado, devido às rápidas transformações da economia global, sendo assim, a criatividade passou a ser um dos termos mais comentados da era contemporânea, passando a ser “considerada ingrediente essencial do crescimento econômico e de ganhos de produtividade”(MADEIRA,2014,p.37-48).

A Música brasileira atende atualmente cerca de 80 por cento da população nacional e é considerada um dos setores mais tradicionais de exportação, tendo em vista que ela pode ser encontrada intrinsecamente em diversos meios de comunicação. Internacionalmente a música brasileira tem atingido níveis mais altos de aceitação e disseminação, como é o caso do samba, da bossa nova e do MPB, sendo “Garota de Ipanema” a terceira música mais tocada no mundo (MADEIRA,2014,p.204-205).

Outro setor muito importante da economia cultural brasileira, e que vem crescendo a números exponenciais nos últimos anos é o setor audiovisual, que engloba os filmes nacionais e também as telenovelas brasileiras, que fazem grande sucesso no exterior. Além destes setores outros possuem extrema relevância, como o setor de livros, sendo o Brasil o oitavo produtor mundial de livros (MADEIRA,2014,p.211), o artesanato e a moda, que encontra-se em crescente desenvolvimento.

## **Plano nacional de cultura**

A política cultural do Governo Lula, como visto anteriormente, foi pautada sobre três dimensões distintas que ao longo do período mostrou efetividade e trouxe benefícios para o país. Percebendo esse desenvolvimento cultural brasileiro, no ano de 2010, por meio da lei

12.343 foi criado o Plano Nacional de Cultura (PNC), com execução durante um período de 10 anos, concluindo-se no ano de 2020.

O PNC tem como propósito elaborar e executar políticas públicas de longo prazo voltadas à promoção da diversidade cultural brasileira, buscando assim alcançar maior desenvolvimento socioeconômico do país. Segundo a Lei 12.343, o plano “está voltado ao estabelecimento de princípios, objetivos, políticas, diretrizes e metas para gerar condições de atualização, desenvolvimento e preservação das artes e das expressões culturais, inclusive aquelas até então desconsideradas pela ação do Estado no País”.

Composto por 53 metas estabelecidas conforme demandas cidadãos e políticas, o PNC não é um documento criado pelo governo e imposto à população, mas sim um programa da sociedade para a sociedade. Esse documento busca “redefinir o papel do Estado e seu dever de garantir as condições para que a sociedade brasileira possa criar e acessar o que é produzido no universo da cultura”(BRASIL,2009,p.28). Uma das grandes preocupações do Estado ao criar o PNC foi a não imposição das políticas culturais, mas sim buscar entender os anseios e as dificuldades tanto dos cidadãos comuns como daqueles que de alguma forma são responsáveis por expressar a cultura brasileira.

### **Considerações finais**

Entre os anos de 2003 e 2010 o fator cultural passou a ter grande relevância nos assuntos internos e externos brasileiros. A importância dada a este setor, pelo poder público, fez com que os mais diversos grupos societários pudessem sentir-se livres de expor suas manifestações culturais, fazendo com que estas ganhassem não apenas apreciação brasileira, mas também com que conseguissem maior valorização no âmbito externo.

O PNC teve e ainda tem a responsabilidade de fazer com que poder público e sociedade brasileira caminhem juntos, traçando objetivos e metas comuns, para que através da cultura o Brasil seja reconhecido internacionalmente, gerando assim desenvolvimento econômico, social e sustentável.

Durante o governo Lula buscou-se consolidar o *Soft Power*, para que houvesse maior inserção internacional brasileira e para que o Brasil pudesse ser visto como um líder em

expansão. Diversos foram os acordos bilaterais e de cooperação firmados com novos parceiros internacionais, em que houve maior preocupação em direcionar essas parcerias com países emergentes, fazendo assim com que se pudesse alcançar maior inserção internacional, o que se deu também com a presença massiva da diplomacia cultural, com a criação de CCBs, e participações em eventos internacionais.

## Referências

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhaon. **Economia Política e Política Externa do Governo Lula**. Plenarium, ano II, n.2, 2005.

AMORIM, Celso. **Conversas com jovens diplomatas**. São Paulo, Editora Benvirá, 2011

BRASIL, Ministério da Cultura **Porque aprovar o Plano Nacional de Cultura**. Brasília, 2009.

BRASIL. **Balanco da Política Externa Brasileira (2003-2010)**, 2010.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo. Editora Saraiva, 2008

LIMA, André Chermont de. **Copa da Cultura**: O campeonato Mundial de Futebol como Instrumento para a Promoção da Cultura Brasileira no Exterior. FUNAG, Brasília, 2013.

LESSA, Monica Leite. SARAIVA, Miriam Gomes. MAPA, Dhiego de Moura. Entre o Palácio Itamaraty e o Palácio Capanema: perspectivas e desafios de uma diplomacia cultural no governo Lula. **Política externa brasileira**: As práticas da política e a política das práticas. FGV. Rio de Janeiro. 2012

MADEIRA, Mariana Gonçalves. **Economia criativa**: implicações e desafios para a política externa brasileira Brasília, Editora FUNAG, 2014

MRE. Disponível em: <  
[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=698&Itemid=215&lang=pt-BR](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=698&Itemid=215&lang=pt-BR)>.

NYE, Joseph S. **Soft Power**: The means to success in world politics. Public Affairs. New York. 2004

PINHEIRO, Letícia; MILANI, Carlos R.S. (orgs.) **Política Externa Brasileira**: as práticas da política e a política das práticas Rio de Janeiro, Editora FGV, 2012

RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia cultural**: seu papel na política externa brasileira. Brasília.: Editora Fundação Alexandre de Gusmão, 2011



SOUZA NETO, Danilo Marcondes de; **A política Externa Brasileira nos oito anos do governo Lula**: legados e lições para a inserção do Brasil no mundo. Rio de Janeiro, 2011

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. **Revista Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol.29, nº 2, julho/dezembro 2007.

## **SOCIEDADE CIVIL GLOBAL COMO PERSPECTIVA TEÓRICA: CONCEITOS E RELAÇÕES**

**Ana Carolina Serro Polita**<sup>43</sup>

**Bruna Lopes Silva**<sup>44</sup>

### **Resumo**

Desde a década de 1990, diversos debates e discussões vêm ocorrendo no meio acadêmico acerca da sociedade civil global, principalmente em relação a existência ou não desse fenômeno. O presente trabalho tem por objetivo compreender os debates em torno da teoria da sociedade civil global, aplicando os conhecimentos da Teoria das Relações Internacionais, além de analisar de que modo essa teoria se relaciona com outras correntes teóricas. Tendo em vista esse objetivo, o relatório divide-se em: inicialmente, apresenta-se uma contextualização dos debates em torno da teoria da sociedade civil global; na segunda parte, expõem-se os problemas, argumentos e conceitos relacionados ao tema; após, destaca-se de que maneira a teoria relaciona-se com outras abordagens das relações internacionais; por fim, considerações finais acerca do tema encerram o trabalho. Conclui-se que a sociedade civil global surge como um mecanismo de questionamento da centralidade Estatal e da separação entre as esferas doméstica e internacional, sendo necessário considerar a multiplicidade e amplitude do conceito para evitar interpretações equivocadas acerca do tema.

**Palavras-chave:** Sociedade civil global. Liberalismo. Atores não estatais.

### **Abstract**

Since the 1990s, many debates and discussions have occurred in academic circles about the global civil society, especially regarding the existence or not of this phenomenon. This study aims to understand the debates surrounding the theory of global civil society, applying the knowledge of the Theory of International Relations, besides analyze how this theory relates to other theoretical perspectives. Towards this goal, the study is divided into: first, presents a contextualization of discussions around the global civil society theory; in the second part,

---

<sup>43</sup> E-mail: anacarolina.sp@hotmail.com

<sup>44</sup> E-mail: bruna.lopesilva@hotmail.com

exposes the problems, arguments and concepts related to the topic; after, it highlights how the theory relates to other approaches of international relations; finally, closing remarks on the topic conclude the work. The study concludes that global civil society emerges as a questioning mechanism of the State centrality and the separation between domestic and international spheres, being necessary to consider the concept of multiplicity and breadth to avoid misunderstandings on the subject.

**Key-words:** Global civil society. Liberalism. Non-state actors.

### **Contextualização**

Até a década de 1970, as concepções e perspectivas que davam amplo destaque para os Estados e para as relações entre Estados eram as predominantes no campo de estudos das relações internacionais. Não havia um amplo espaço dedicado para o estudo de fenômenos que ocorressem dentro dos Estados ou que envolvessem majoritariamente o comportamento de atores não estatais. A partir dos anos 70 e dos estudos de teóricos como Robert Keohane e Joseph Nye, este panorama começou a ser alterado e pesquisas sobre a importância das sociedades civis no sistema internacional começaram a surgir.

Os debates sobre a sociedade civil global começaram a se multiplicar no momento em que se iniciou, como afirma Kaldor (2003, p. 2, tradução nossa), “o fim da Guerra Fria e a crescente interconectividade minaram a distinção territorial entre as sociedades 'civis' e 'não civis', entre o Ocidente 'democrático' e o Leste e Sul 'não-democrático' e colocaram em dúvida o Estado-guerreador centralizado tradicional”<sup>45</sup>. Assim, a partir da década de 1990, já era possível encontrar uma literatura em formação acerca da sociedade civil global, principalmente devido à interconexão entre os Estados que começou a alterar os entendimentos sobre as sociedades domésticas.

---

<sup>45</sup> Original: "The end of the Cold War and growing interconnectedness have undermined the territorial distinction between 'civil' and 'uncivil' societies, between the 'democratic' West and the 'non-democratic' East and South, and have called into question the traditional centralized war-making state" (KALDOR, 2003, p. 2).

Além disso, nessa mesma década, a emergência de estudos sobre o fenômeno da globalização desencadeou uma série de pesquisas e teses sobre o assunto, ampliando o espaço existente para questionamentos sobre o papel dos atores globais na política internacional. Dessa forma, o tema da sociedade civil entrou na agenda das relações internacionais.

A despeito do fato de existirem diversas discussões, debates, contestações e posicionamentos diversos sobre a sociedade civil global, as teorias em torno do tema localizam-se dentro do programa de pesquisa do Liberalismo. O chamado “núcleo duro” liberal concentra-se na ideia fundamental de que o comportamento estatal é influenciado pela relação entre o Estado com a sociedade doméstica e com a sociedade transnacional em que ele se insere, ou seja, o liberalismo posiciona a relação Estado-sociedade no centro da política internacional.

### **Conceitos na teoria da sociedade civil global**

Sociedade civil global é um conceito amplo, abrangendo descrições normativas e analíticas. A partir disso, é necessário realizar uma série de afirmações para que o conceito possa ser construído.

Em suma, sociedade civil global significa um conjunto de agentes não estatais possuidores de múltiplos interesses e é possível desmembrar o conceito em várias problemáticas. A primeira delas é que a existência de uma sociedade civil global não significa a obsolescência dos Estados ou que estes deixarão de existir. Muito pelo contrário, já que estes agentes convivem e interagem com os Estados.

Em primeiro lugar, problematiza-se a centralidade do Estado nas Relações Internacionais, de forma que a “sociedade civil global” é entendida sob a ótica de um conjunto de agentes e um espaço de interação social que convive com o Estado, sem que isso signifique a obsolescência ou a superação deste. (LAGE, 2012, p. 154).

Segundo Lage (2012), a característica mais presente na sociedade civil global é o fato de não ser dependente de uma localidade fixa, uma vez que seus agentes podem se encontrar localmente distantes. Dessa forma, seu conceito dependerá muito mais do contexto em que está inserida do que da localidade e da sua região de atuação, visto que algumas sociedades

civis globais são internacionais por natureza. Porém, em suas pautas, os agentes da sociedade civil global não descartam assuntos que envolvam o "local".

A primeira diferenciação que deve ser feita para o entendimento do conceito se refere ao adjetivo "global", contrário ao adjetivo "internacional". Segundo Lage (2012), o termo "global" refere-se a um espaço de interação que não se limita às relações entre os Estados em si, mas que envolve um espaço muito mais amplo e que engloba a sociedade civil. As relações analisadas a partir do viés da sociedade civil global não enfocam nas relações entre as nações, mas sim entre os diversos agentes e suas relações com os próprios Estados.

### **Relação entre os Estados e Sociedade Civil Global**

A sociedade civil global pode ser considerada o espaço onde os atores estatais e não estatais interagem. É o espaço onde tais entidades podem influenciar as decisões dos Estados em relação às suas pautas. Ocorre também no sentido oposto, quando uma pauta é deixada de lado pelas entidades estatais e passa a ser assumida pela sociedade civil global - esta sendo influenciada pelo Estado.

Com os simultâneos processos de ampliação e contração da política, o “global” sinaliza uma nova concepção ontológica e política da sociedade política. O poder não é identificável como posse de algum agente, tampouco como propriedade transferível, e sim como táticas, estratégias, cadeias, redes de funcionamento normalizadoras e que permeiam as relações políticas e sociais entre agentes estatais e não estatais. (LAGE, 2012, p. 172).

Lage disserta ainda sobre o impacto de tais relações e em seus sentidos:

[...] basta defender que a sociedade civil global representa um espaço e um conjunto de agentes não estatais, os quais, por seu turno, reconstituem constantemente o próprio espaço em que emergem e, por conseguinte, a sociedade política. O impacto que gerará, o modo como deve ser regulado, o critério a ser estipulado são aspectos inerentes às relações sociais e políticas. (LAGE, 2012, 174).

Segundo Lage (2012), a partir da ideia de sociedade civil global, é possível se imaginar uma governança efetiva sem um governo efetivo. Ou seja, há a possibilidade de

agentes não estatais manifestarem suas perspectivas diante de organismos internacionais e Estados, mesmo em um ambiente anárquico, ideia considerada ilusória por diversos autores e classificada como "mito disfuncional" por Yunker (2004).

O impacto que a sociedade civil global irá gerar no comportamento dos Estados irá depender em grande medida das relações sociais e políticas dos Estados com os agentes não estatais com que estão se relacionando.

### **Atores não estatais e a Sociedade Civil Global**

Ao se estudar a sociedade civil global, não é interessante delimitar o que seriam os agentes não estatais e as organizações não governamentais, já que a expressão "ator internacional" é muito abrangente. Tanto a Organização das Nações Unidas quanto a Organização Mundial do Comércio delimitam que as ONGs são grupos que não representam o governo e que não tenham sido criados a partir de nenhum órgão governamental. Esses organismos são então capazes de se relacionar no âmbito da sociedade civil global com os órgãos estatais.

Entretanto, a concentração geográfica de um desses novos atores, as organizações não governamentais, desmistificaria esse novo cenário que estaria surgindo. Nesse sentido, surge o questionamento: “como algo pode ser geograficamente concentrado e, ao mesmo tempo, global?” (SILVA, 2011, p.5). Nesse aspecto é possível notar que tanto as organizações não governamentais presentes em negociações na Organização das Nações Unidas quanto na Organização Mundial do Comércio tendem a estar concentradas majoritariamente na América do Norte e Europa Ocidental, refletindo o poder estatal dos países do hemisfério norte.

Em relação ao âmbito de atuação das ONGs, destaca-se que as ONGs nacionais representantes do Sul tem mais expressividade nas conferências e eventos da ONU. Enquanto isso, as ONGs credenciadas nas conferências da OMC têm maior representação para países do Norte. Tal fato evidencia a desproporção existente entre os hemisférios tanto para o Sul, quanto para o Norte. Desse modo, não há evidência empírica que há uma sociedade civil, de fato, global, já que nos dois casos há a desproporção de participação entre os países (SILVA,2011).

Outro questionamento que surge em torno da questão da existência de uma concentração geográfica ou não é se o fato de as decisões dentro de eventos como as conferências supracitadas serem tomadas apenas pelos grupos que se fazem presentes não mina a defesa do caráter global dessas conferências. Se cada país fosse representado de forma significativa em cada conferência, a caracterização global estaria legitimada.

A questão da desterritorialização também surge como componente que justifica a desclassificação da sociedade civil como global, pois, além de reduzir a importância da localização física dos atores internacionais, possibilita às ONGs participarem das conferências sem a estarem presentes fisicamente. Ou seja, considerando que apenas alguns grupos conseguem estar presentes nas conferências, independente do local em que elas ocorrem, o elemento mobilidade dos países passa a fazer parte da discussão. A capacidade de movimento e mobilização dos países do Norte, por exemplo, é mais expressiva ao ser comparada com a dos países do hemisfério Sul.

### **Teoria da sociedade civil global e outras correntes teóricas**

O contexto em que a sociedade civil global se insere e qual o seu lugar de atuação pode ser compreendido também através de diálogos abrangentes com outras correntes teóricas além daquela em que a teoria se insere, o liberalismo. É possível estabelecer relações entre a teoria da sociedade civil global e a Teoria Construtivista de Nicholas Onuf e as análises de Michel Foucault, por exemplo.

Pode-se entender essa relação a partir da compreensão do poder no que concerne a sociedade política e a sociedade civil, que vão além do Estado. Compreende-se que a problemática do poder é precípua para o entendimento da sociedade política e da relação desta com a sociedade civil global (LAGE, 2012. p. 157). Lage (2012) explica algumas contribuições deste diálogo:

O diálogo entre o construtivismo e Foucault contribui para (1) o entendimento das características políticas e de poder da realidade social; (2) a constituição e a organização dessa própria realidade; e (3) a função de mudança social ou contestação normativa que pode suscitar. (LAGE, 2012. p.

177)

A sociedade civil global, segundo a Teoria Crítica de Robert Cox - outra corrente teórica correlacionada - pode ser o agente de mudança estrutural do sistema, através de uma agenda embasada em pautas como o meio ambiente e processos migratórios. No caso do meio ambiente, o Estado por vezes não demonstra interesse pela pauta ambiental, não assumindo o ônus dessa questão. Cabe, assim, à sociedade civil global agir pro ativamente em relação a esse tema.

Cox (1986) busca demonstrar a importância dos atores não estatais em todos os âmbitos de atuação, seja local, nacional ou internacional, sendo representados como forças sociais. As forças sociais “não estão para serem pensadas como existindo exclusivamente dentro dos Estados. Forças sociais particulares podem transbordar os limites estatais, e estruturas mundiais podem ser descritas em termos de forças sociais, assim como elas podem ser descritas como configurações do poder do Estado”<sup>46</sup> (COX, 1986, p. 225, tradução nossa).

Para Cox (1999), existem duas maneiras para compreender a sociedade civil global. A "bottom-up", que configura o espaço onde os prejudicados pela globalização da economia mundial e que não fazem parte dos países formadores da economia global, podem realizar suas reivindicações em busca de uma alternativa com o intuito de inserção dentro desta economia. A segunda maneira, a "top-down", é o espaço em que as corporações e os Estados tentam manter alguma influência sobre seguimento dos objetivos da sociedade civil, a partir de uma associação de elementos que formaram o movimento popular.

Também é possível analisar a sociedade civil global a partir da teoria da globalização que estuda o seu próprio fenômeno, o qual gerou espaços para que a sociedade civil global atuasse, principalmente através da interconectividade cultural e econômica existente entre os países. É a partir dessa forte interconexão mundial que a sociedade civil global consegue unir forças em busca de alternativas para temas que não possuem grande espaço na agenda dos Estados.

Não apenas a sociedade civil global, mas também outros mecanismos de atuação

---

<sup>46</sup> Original: “are not to be thought of as existing exclusively within states. Particular social forces may overflow state boundaries, and world structures can be described in terms of social forces just as they can be described as configurations of state power” (COX, 1986, p. 225).



existentes ganham relevância na análise liberal, como a opinião pública e a sociedade civil por si só. Nesse sentido, Rawls (2001, p.38) afirma que são as características domésticas das sociedades democráticas liberais que geram estabilidade e paz, características como uma maior participação das sociedades civis no sistema internacional.

Assim, na medida em que o Estado concede espaço para a sociedade civil atuar e influenciar suas decisões, as possibilidades de aumentar o nível de paz e diminuir as chances de guerra são grandes. Ou seja, as chances de que uma sociedade democrática liberal inicie um conflito são reduzidas, de acordo com a Teoria da Paz Democrática.

### **Considerações finais**

Alvo de interpretações diversas e muitos debates, a sociedade civil global configura-se, assim, como uma ferramenta política a ser utilizada pelos atores não estatais no sistema internacional. Não é possível afirmar ou determinar-se qual é o objetivo ou foco central da sociedade civil como um todo, considerando a multiplicidade de atores envolvidos e que cada um desses atores possui mecanismos próprios de atuação.

Por outro lado, é possível concluir que essa atuação política, podendo transcender as barreiras dos países e atuar em diversos lugares, apresenta-se como um questionamento às autoridades domésticas e representa um desafio aos Estados. Ou seja, como afirma Lage (2012, p. 175) “se esses agentes não estatais não conduzem necessariamente a uma transcendência sistêmica, é indiscutível, no entanto, que apresentam desafios à dicotomia anarquia/soberania, conforme a qual o Estado representa a presença soberana imutável, e o internacional, o resíduo negativo anárquico”.

Segundo Lages (2012), algumas críticas e análises permanecem em aberto em relação ao tema, possibilitando futuras pesquisas e novas interpretações. A relação entre a sociedade civil global e o Estado, tema subjacente que gera debates diversos no meio acadêmico, é muitas vezes analisada a partir de uma visão antagônica e oposicionista. A relação entre a sociedade civil global e a democracia também apresenta alguns questionamentos, considerando que os atores não estatais possuem alguma capacidade de estabelecer pontos de legitimidade para além das fronteiras dos países.

Necessário é, em meio a essas indagações, compreender que há uma nova relação entre espaço, Estado e política surgindo (NOGUEIRA, 2000) e que deve ser considerada ao estudar-se o tema. Tendo em vista que o conceito de sociedade civil global é múltiplo e dinâmico, é essencial que qualquer análise em relação ao tema considere tais características, buscando não recair em interpretações ambíguas e equivocadas.

### Referências bibliográficas

COX, R. W. Civil society at the turn of the millennium: prospects for an alternative world order. In: COX, M. *Review of international studies*. v.25, n.1, Janeiro, 1999.

\_\_\_\_\_. Social forces, states and world order. In: Keohane, Robert (org.), *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press, 1986.

KALDOR, Mary. **Global civil society: an answer to war**. Cambridge: Polity Press, 2003. p. 2.

LAGE, Victor Coutinho. **Sociedade Civil Global: Agentes Não Estatais e Espaço de Interação na Sociedade Política**”. *Contexto Internacional* 34 (1 (Jan/Jun)): 151–188, 2012.

NOGUEIRA, João Pontes. Notas sobre a contribuição da teoria crítica à problematização do espaço nas Relações Internacionais. In: *Contexto Internacional*, v. 22, n. 2, p. 353-380, 2000.

RAWLS, John. **O Direito dos povos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 38.

SILVA, Vania Sandeléia Vaz da. **A Concentração Geográfica da Sociedade Civil Global: Análise da distribuição das sedes das organizações não governamentais credenciadas para as conferências sociais globais da Organização das Nações Unidas (1925-1996) e para as conferências ministeriais da Organização Mundial do Comércio (1996-2005)**. Universidade de São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2011.

YUNKER, James A. **Effective global governance without effective global government: a contemporary myth**. *World Futures*, n. 60, p. 503-533, 2004.

## **FEMINISMO E GÊNERO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: PERSPECTIVAS DE UM PROJETO TRANSNACIONAL**

**Giuliana Facco Machado  
Jéssica Maria Grassi  
Júlia Cristina Hoppe  
Júlia de Mello Feliciano  
Yasmine Sensão**

### **Resumo**

O feminismo e os estudos de gênero passaram a ser um campo de análise nas Relações Internacionais após a inserção de discussões sobre o rigor metodológico das correntes tradicionais e da importância do caráter normativo com os Pós Positivistas, sendo essas posteriormente defendidas pela Teoria Crítica. A preocupação da teoria feminista nas Relações Internacionais centrava-se em um primeiro momento com a forma de inserção das mulheres, gêneros e minorias, em especial, pela globalização e pelo pós colonialismo que inseriu esses em uma existência permeada por discursos de opressão e dominação, mas para estabelecer uma nova realidade que desse conta de inseri-los seria necessário um diálogo entre mais variadas abordagens da teoria feminista, em uma tentativa de transnacionalização do feminismo, pois através deste, o feminismo pode ser inserido em uma esfera de discussão pública, no qual encontram-se as relações de poder entre os Estados e a percepção que tem-se do último. É nesse campo que o militarismo assume a projeção da imagem do Estado, reproduzindo ideais de masculinidade e feminilidade que marginalizam as mulheres e as questões de gênero, sendo o principal problema dessa percepção a definição de uma agenda voltada à exclusão das minorias.

**Palavras-chave:** Feminismo; Gênero; Militarismo; Teoria.

### **Introdução**

A inserção da teoria feminista se deu muito tardiamente nas Relações Internacionais. Segundo Nogueira e Messari (2005), a disciplina era ancorada nas questões de alta e baixa política, bem como poder e outras questões, não tendo espaço para outros aspectos relevantes no cenário internacional, como as bases feministas. O estudo se dizia neutro e objetivo e, portanto, não caberia agregar questões de identidade e gênero, porém, as feministas desafiam

a suposta neutralidade nas Relações Internacionais, argumentando que a área é mais “cega” do que “neutra” em relação ao gênero.

A partir da década de 1980 passa-se a agregar algumas análises feministas na área, no entanto, ainda assim, com ressalvas. Halliday (2008, p.162) pondera que as questões abordadas pelo feminismo não eram consideradas relevantes para a esfera internacional até então, sendo um dos motivos para esse ocultamento a inércia institucional da disciplina e, segundo, a separação seletiva das Relações Internacionais dos desenvolvimentos das outras ciências sociais.

Segundo True (2008), as feministas diferem quantos aos fundamentos filosóficos no que tange o conhecimento de gênero. Assim, a teoria feminista passa a ser única, uma vez que propõe explicar as relações internacionais por meio de uma nova leitura da realidade.

Conforme Sandra Whitworth (2008, p.397) as feministas, bem como as demais teorias das relações internacionais, como por exemplo, o realismo se preocupa em como o poder opera e o que é preciso para sustentar as relações, sejam elas entre os Estados, pessoas e instituições. Mas para as feministas, o entendimento das operações de poder, inevitavelmente, significa examinar gênero.

O presente artigo é dividido em quatro seções: inserção do gênero nas relações internacionais, o feminismo como projeto transnacional, Estado e guerra: o papel do 11 de setembro para os estudos do feminismo nas Relações Internacionais e feminismo e gênero: teoria ou objeto das Relações Internacionais. Com isso, se objetiva apresentar, de forma resumida, os atuais debates dentro da teoria feminista e reflexões quanto ao futuro dessa corrente no campo teórico das relações internacionais.

### **Inserção do gênero nas Relações Internacionais**

Para Halliday (2008, p. 163), o estudo sobre mulheres e gênero foi por muito tempo ignorado pelas Relações Internacionais pelo fato da prática internacional ser um domínio masculino, sendo que, na ideologia tradicional, as mulheres não são “preparadas” para responsabilidades que digam respeito à segurança e crise, por exemplo. No entanto, assim como em outras práticas sociais, os processos internacionais possuem efeitos de gênero.

Dessa forma, o autor aponta que nas últimas décadas houve uma mudança na percepção de gênero dentro da área, devido a maior inserção das mulheres no cenário internacional.

Dois tópicos de grande relevância, conforme Halliday (2008, p. 176-177), são referentes às mulheres e ao nacionalismo e o lugar dos direitos das mulheres na formulação das relações interestatais. Para o autor, os homens veem no Estado e nas ideologias que o legitimam um meio para reforçar o controle sobre as mulheres. Além disso, para Youngs (2004, p. 76), o feminismo das Relações Internacionais tem identificado o mainstream (ou malestream, como é chamado também pelas feministas mais críticas) da teoria das Relações Internacionais como um dos discursos que ajudam a perpetuar uma visão de mundo distorcida e parcial que refletem em um desproporcional poder de controle e influência que os homens detêm.

O nacionalismo está longe de ser neutro de gênero. Como nacionalismos históricos têm afetado as mulheres em determinados países é um importante tópico para pesquisa e análise, assim como, ainda há pouca discussão em uma área na qual o gênero pode desempenhar um papel fundamental na política externa: direitos humanos (HALLIDAY, 2008, p. 177).

A questão de gênero nas relações internacionais, para Halliday (2008), irá reforçar uma mudança já presente na maior parte da literatura sobre o transnacionalismo e a economia política internacional:

Esta envolve não somente perguntar como os Estados e as sociedades relacionam-se uns com os outros mas também como os processo internacionais, sejam esses intergovernamentais ou não, fazem sentir-se dentro das sociedades. [...] A questão poderia ser, portanto, parte de uma reorientação ampla das Relações Internacionais em direção ao estudo não somente do comportamento interestatal, mas também de como os Estados e as sociedades interagem (HALLIDAY, 2008, p. 182-183).

Ao mesmo tempo, muito tem sido feito para mostrar que, seja quais forem as distinções que prevaleçam, as questões relacionadas às mulheres têm um lugar no estudo das relações internacionais. (HALLIDAY, 2008, p. 185).

## **O feminismo como projeto transnacional**

Existem forças globais agindo sobre a vida de indivíduos a todo o momento. Os indivíduos são atores sociais e estas forças, como o capitalismo, o patriarcalismo e o militarismo interferem em suas vidas, seus corpos e em suas sociedades. Tais forças, enquanto forças sociais, baseiam-se em construções resultantes do momento histórico em que se encontram e, muito embora sejam criações das sociedades de suas épocas, são encaradas de forma naturalizada (COX, 2001) .

Segundo Enloe (2014), os alicerces da construção do Estado, como conhecemos hoje, são baseadas em noções muito específicas do que é o masculino e do que é o feminino<sup>47</sup>, influenciando assim, a identificação de gênero dos atores internacionais. Sendo assim, como compreender a política internacional, as economias globais ou os conflitos internacionais sem aplicar - o que a autora chama de - curiosidade de gênero? As relações de gênero são relações de poder, portanto, sem curiosidade de gênero a análise perde a chance de revelar inúmeras relações de poder que reverberam em todos os âmbitos das relações internacionais.

Segundo Mohanty (2003), a reprodução do capitalismo é sinônimo de reprodução da marginalização das mulheres e, desta forma, a luta anti-capitalista deve estar no centro da agenda de um feminismo transnacional no século XXI. Para a autora, a única forma de humanizar e combater forças transnacionais que violentam e marginalizam identificações de gênero - especialmente, no caso das mulheres, femininas ou não - é através da construção de uma solidariedade feminina que ultrapasse fronteiras e culturas.

Este, para Mohanty, é um dos grandes desafios do feminismo do século XXI: promover o feminismo transnacional sem promover um discurso colonizador. Convergindo com as ideias de Cox<sup>48</sup>, Mohanty afirma que as lutas feministas foram construídas de forma condicionada aos seus momentos históricos e regiões e que, portanto, não são as mesmas em todos os territórios - como o feminismo liberal branco, por vezes, nos faz acreditar.

---

<sup>47</sup> Masculino e feminino não enquanto sinônimos de homem e mulher, mas enquanto um conjunto de símbolos associados à papéis e que são limitantes aos indivíduos enquanto auxiliam na manutenção e reprodução de ordens sociais.

<sup>48</sup> Em *The Way Ahead: Toward a New Ontology of the World Order* (2001), Robert W. Cox argumenta que o capitalismo é uma força global mas que adquire traços regionais. Da mesma forma, Mohanty afirma que as particularidades regionais de correntes feministas devem ser estudadas, e não rejeitadas, de modo a construir o feminismo como força global.

O projeto político do feminismo transnacional deve ser construído de forma à contestar forças globais que marginalizam mulheres, meninas e demais indivíduos que se encontram nas fronteiras de gênero, e não apagar o particular com o universal.

Enloe (2014), cita o caso do movimento transnacional promovido pelas organizações *Women's International League for Peace and Freedom* (WILPF), *International Action Network on Small Arms* (IANSA) e *Global Action to Prevent War and Armed Conflict*. Na ocasião da construção do Tratado Sobre Comércio de Armas (ATT), estas três organizações perguntaram à mulheres do mundo todo sobre a presença de armas em suas vidas e revelaram como estas armas promovem relações de intimidações e medo entre homens e mulheres.

Os representantes da WILPF, IANSA e Global Action superaram a resistência de algumas delegações e em 2013, o ATT foi assinado com o seguinte texto formando o artigo 7, parágrafo 4:

“The exporting State Party, in making this assessment [of the potential ‘negative consequences’ of permitting the export of small arms], shall take into account the risk of the conventional arms covered under Article 2 (1) of the items covered under Article 3 or Article 4 being used to commit or facilitate serious acts of gender-based violence or serious acts of violence against women and children.” (ENLOE, 2014, p. 23)

A inclusão da expressão “*gender-based violence*” ou “violência de gênero”, como um dos critérios obrigatórios neste tratado é uma vitória feminista transnacional. Este foi o resultado de um esforço internacional, ouvindo mulheres de diferentes culturas e territórios, e que revelou uma relação causal entre exportação de armas, coletivos armados e violências promovidas em núcleos familiares.

### **Estado e guerra: o papel do 11 de setembro para os estudos do feminismo nas Relações Internacionais**

Conforme Youngs (2004, p.81), “manly states” é a descrição da natureza masculina dos Estados, tradicionalmente atores centrais das Relações Internacionais, e a condição geral de virilidade (dos estados). A crítica à natureza masculina do Estado tem sido um dos segmentos mais ricos e mais importantes do Feminismo nas Relações Internacionais. É nesse sentido que o estudo da globalização e de gênero tem destacado diversas maneiras em como a

reestruturação global impacta nas desigualdades entre homens, entre mulheres, bem como entre homens e mulheres, em economias desenvolvidas assim como em desenvolvimento.

Sandra Via (2010) centrou-se em analisar a ascensão das corporações militares privadas e de que forma essa vitória do setor privado não beneficiou as mulheres, uma vez que elas tem sido masculinizadas neste setor. O comportamento militar é, de fato, um meio pelo qual o homem e os Estados masculinos podem provar sua masculinidade. Apesar de as mulheres estarem cada vez mais ocupando cargos no exército, elas descreveram que é esperado que elas assumam características do sexo masculino e que não mostrem a fraqueza associada a feminidade (VIA, 2010, p.44).

A noção de que vivemos em um mundo perigoso, no entanto, ganhou mais força após os atentados ao World Trade Center em Nova York, em 11 de setembro de 2001. Conforme Via (2010, p. 47), uma vez que o mundo se tornou mais globalizado, a ameaça de terrorismo internacional e nacional tem vindo a dominar muitos discursos de segurança nacional. Por vezes, muitos governos consideram mais vantajoso contratar uma empresa privada de segurança do que criar recursos militares para satisfazer necessidades.

A empresa americana Blackwater é exemplo de uma grande corporação militar privada que, apesar de ter tido mulheres empregadas, apenas mostrou em seus sites homens com inúmeras armas e em combate, de forma a enfatizar a sua bravura e coragem. A função primária da Blackwater no Iraque foi fornecer segurança aos diplomatas e oficiais do governo que, normalmente eram do sexo feminino e, quando não o eram, eram feminizados, enquadrados como “requerendo proteção”. É surpreendente que, depois de a companhia ser acusada de matar 17 civis no Iraque, resolveu mudar de nome e, concomitantemente, de identidade. (VIA, 2010, p. 52).

É imperativo destacar que as noções de masculinidade e feminidade não são idênticas ao longo de gerações. Assim como as guerras mudam, as relações de gênero mudam e os discursos de gênero também. Por isso é necessário ser cuidadoso ao observar as mudanças que ocorrem. Na prática, nota-se que sexo ainda é um dos pilares da justificação da guerra, um conceito chave do nacionalismo, um alvo central do genocídio e um fator crucial



negligenciado no pós-guerra, na reconstrução e na reconciliação (SJOBERG; VIA; 2010, p.238).

### **Feminismo e gênero: teoria ou objeto das Relações Internacionais?**

O surgimento das Relações Internacionais após a primeira Guerra Mundial é atribuído a uma preocupação normativa de organizar uma disciplina para o estudo do fenômeno da guerra objetivando preservar a humanidade de suas consequências, conforme expõe Nogueira e Messari (2005). Essa preocupação caracterizada como de cunho idealista foi oposta ao grupo interessado nas relações de poder dos Estados e nas suas capacidades para a competição e destruição, sendo o primeiro grande debate das Relações Internacionais entre idealistas e realistas.

Em especial, o Primeiro Debate nos mostra uma ausência desses fatores, enquanto nos anos 70 e 80, período do Terceiro e Quarto debate, não só a Guerra Fria constrói um cenário de intensidade nas Relações Internacionais, mas fenômenos que desafiavam as teorias convencionais como o processo de descolonização, a emergência do Terceiro Mundo e suas desigualdades, a vulnerabilidade econômica mundial projetada nos choques de petróleo e a ascensão da globalização apontavam a necessidade de lidar também com as questões da Economia mundial, assim como, uma dicotomia meta-teórica entre positivistas e pós-positivistas, o último apontando não só um conservadorismo e rigor metodológico, mas oportunizando o desdobramento de uma crítica à separação entre sujeito e objeto e questionamento sobre a neutralidade das teorias.

É nesse contexto que os estudos das Teorias Pós Colonialistas, influenciados pelo marxismo, denunciam que o desenvolvimento do capitalismo e a naturalização da rigidez dos pressupostos adotados nas atividades científicas são “um movimento para silenciar e excluir formas alternativas de produção de conhecimento e reproduzir relações de dominação”, conforme Nogueira e Messari (2005, p.189), bem como a Teoria Crítica, tendo por principal expoente Robert Cox, denuncia que não há teoria sem caráter normativo, ao relatar a complexidade social e política da ordem mundial no Sistema Internacional, Cox (1996),

propõe que sejam analisadas as estruturas históricas através da conexão entre instituições, capacidades materiais e ideias, resultando na intersubjetividade das ações e ideias coletivas.

A partir do momento em que discute-se questões normativas nas Relações Internacionais aliadas às empíricas, há uma inserção de atores não-estatais e outras configurações de poder, sendo não só relevantes no Sistema Internacional, mas capazes de influenciar a ordem desse, conforme Cox (2004)<sup>49</sup>.

Junto a esse, o feminismo e as questões de gênero tentam demonstrar o mundo como construído socialmente por relações de poder que demonstram uma dominação baseada na masculinidade, discutido por Sjoberg (2010), sendo o problema inserir esses no espaço público, no qual discute-se as relações de poder entre Estados, a racionalidade desses e a autonomia política, sendo assim uma esfera de ação que define suas agendas.

Mas é no espaço privado que encontram-se marginalizadas as minorias, sendo neste espaço que o feminismo e as questões de gênero são encontradas. Mesmo as instituições, são como já argumentava Mearsheimer, uma resposta da distribuição de equilíbrio de poder no Sistema e expressam o caráter de endogeneidade dessas com o Estado. Nesse sentido, Mohanty (2003), coloca os movimentos sociais e a produção acadêmica como alternativas a um projeto de diálogo entre os movimentos feministas para a transnacionalização desses, sendo essa, uma alternativa à marginalização do feminismo e das questões de gênero no espaço público para que possam ser redefinidas as agendas que os excluem.

Assim, o feminismo e as questões de gênero tem sido um objeto das Relações Internacionais, pois tem sido inseridos como categoria de análise daquela, resultado de um processo de dominação e exclusão, mas nunca deixou de dialogar com as Teorias das Relações Internacionais, sendo como foi exposto, influenciado pelo desenvolvimento dessas.

## Conclusão

---

<sup>49</sup> A legitimidade proposta por Cox, é no sentido Gramsciano de liderança à dominação, atribuição utilizada para referir-se a hegemonia, o autor argumenta a crescente importância da sociedade civil e movimentos sociais como novas configurações de poder, dadas tanto em nível estatal como transnacional.

Dois conceitos são caros a teoria feminista, são eles: feminilidade e masculinidade. Conforme Cynthia Enloe (2014, p. 31) mulheres são marginalizadas ao menos (suportar o ridículo como “não feminina”) que elas possam, convicentemente, esconder-se em um estilo masculinizado particular de discurso e ação.

O Estado racional e provedor da soberania e segurança é masculino, assim como a guerra. Conquanto que, a diplomacia, por exemplo, seria o feminino, uma vez que ela representaria o mais suave, o frágil. Ambos os conceitos representam a natureza das instituições e os meios utilizados pelas mesmas e, apesar de serem usadas para explicar comportamentos, essa relação dicotômica, atualmente, precisa ter suas definições do que é feminilidade e masculinidade revistas, pois o Estado-nação como se conhece tem passado transformações e, portanto, esses conceitos acabam por não conseguir caracterizar algumas dessas novas transformações.

As políticas feministas são moldadas por um contexto histórico, político e cultural específicos. Portanto, o feminismo islâmico é apenas um feminismo entre muitos. Da mesma forma que o feminismo marxista, liberal, socialista, radical, entre outros, são parte da tradição feminista, também são as várias manifestações regionais. O que parece estar emergindo é um movimento global de mulheres e uma filosofia que se baseia não apenas nos “clássicos”, mas também reflete as realidades sociais e as preocupações das mulheres em várias partes do mundo. (MOGHADAM, 2002, p.1165).

O feminismo é resultado de construções sociais, inicialmente de mulheres, mas que na atualidade é um projeto global que envolve todos, tendo em vista de que pretende alcançar a igualdade, não só de gênero, mas em todas as esferas, sejam elas: sociais, raciais e etc. A participação dos homens para que haja uma mudança é essencial, por conta disso, a Organização das Nações Unidas criou uma campanha mundial em 2015 com o lema “He for she”, na qual pretende conscientizar as pessoas, principalmente o sexo masculino, sobre necessidade de ouvir e apoiar as minorias, que são as maiores vítimas da violência.

## **Referências**

COX, Robert. 2001. **“The Way Ahead: Toward a New Ontology of World Order.”** In *Critical theory and world politics*, organizado por Richard Wyn Jones, 45–60. London: Lynne Rienner Publishers.

———. 1996b. **“Social forces, states, and world orders: beyond international relations theory.”** In *Approaches to world order*, organizado por Robert W. Cox e Tomothy J. Sinclair, 85–123. Cambridge: Cambridge University Press.

———. 2004. **“Beyond empire and terror: critical reflections on the political economy of world order.”** *New Political Economy* 9 (3) (setembro): 307–323. <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1356346042000257778>

ENLOE, Cynthia. **Gender Makes the World Go Round: Where Are the Women?.** In: *Bananas, beaches and bases: Making feminist Sense of International Politics*, 2 ed., p.01-36. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2014.

HALLIDAY, Fred. **Ausente das Relações Internacionais: as mulheres e a arena internacional** (Cap.6). In: *Repensando as relações internacionais.*, p. 161-185. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

MOGHADAM, VM. 2002. **“Islamic Feminism and Its Discontents: Toward a Resolution of the Debate.”** *Signs* 27 (4): 1135-1171. <http://www.jstor.org/stable/10.1086/339639>.

MOHANTY, Chandra Talpade. **Under Western Eyes’ Revisited: Feminist Solidarity through Anticapitalist Struggles.** *Signs: Journal of Women in Culture and Society* 28 (2) (January): 499–535. 2003.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates.** Editora Campus, 2005.

SJOBERG, Laura. 2010. **“Gendering the Empire’s Soldiers: Gender Ideologies, the U.S. Military, and the “War on Terror”** (cap.16). In: *Gender, War and Militarism : Feminist perspectives* edited by Laura Sjoberg and Sandra Via, 209-218. Santa Bárbara: Praeger.

SNYDER, Jack. **“Is” and “Ought”:** Evaluating empirical aspects of normative research. In: *Elman, Colin, e Miriam F Elman. 2003. Progress in International Relations Theory: Apraising the field*, p. 364-394. Organizado por Colin Elman e Miriam F Elman. Cambridge: BCSIA.

TRUE, Jacqui. **The Ethics of Feminism.** In *The Oxford Handbook of International Relations*, edited by Christian Reus-Smit and Duncan Snidal, 2008. p. 408–421. New York: Oxford University Press.

VIA, Sandra. 2010. **“Gender, Militarism and Globalization: Soldiers for Hier and Hegemonic Masculinity”**(cap.3). In: *Gender, War and Militarism: Feminist perspectives* edited by Laura Sjoberg and Sandra Via, 42-56. Santa Bárbara: Praeger.

WHITWORTH, Sandra. **Feminism.** In *The Oxford Handbook of International Relations*, edited by Christian Reus-Smit and Duncan Snidal, 2008. p. 391–407. New York: Oxford University Press.

YOUNGS, Gillian. **Feminist International Relations: A Contradiction in Terms? Or: Why Women and Gender Are Essential to Understanding the World ‘We’live in.**

International Affairs 80 (I): 75–87. 2004. Disponível em:  
<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2346.2004.00367.x/abstrac>

## **UMA ANÁLISE TEÓRICA NO CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: GLOBALIZAÇÃO E INTERDEPENDÊNCIA**

**Aruanã Emiliano Martins Pinheiro Rosa<sup>50</sup>**

O mundo tem assistido ao passar dos anos grandes transformações nas relações internacionais e nos desdobramentos que a mesma tem alcançado, seja no que diz respeito a variações econômicas ou políticas que a sociedade tem enfrentado. Os Estados, assim como outros atores, tem se inserido em um sistema internacional onde a instabilidade é uma variável que sempre esteve presente.

O fenômeno da globalização, principalmente pós década de 90, passou a ter um impacto sem precedentes na sociedade internacional, uma vez que o ano de 1989 foi decisivo para a consolidação de um sistema econômico, financeiro, político e social que passou a vigorar nas relações tanto entre atores estatais, como não estatais. O capitalismo passou então a coordenar as interações que se desenvolviam no mundo. O socialismo, encabeçado pela União Soviética, perdera cada vez mais espaço na disputa bipolar dentro do sistema internacional e foi derrotado pelos Estados Unidos que a partir de então, surge como potência hegemônica no sistema.

À época da Guerra Fria, o mundo experimentava a vivência em um sistema bipolar que vigorou de 1946 a 1989, onde a demonstração do poder de influência das duas diferentes vertentes ideológicas era o que se apresentava nas relações internacionais do período. A desintegração do bloco socialista possibilitou com que os EUA se tornassem o país de maior relevância desta época. Para entender o fim da Guerra Fria, SATO aponta que é preciso atentar-se a diversos acontecimentos que permeavam as relações internacionais:

Na condição de processo histórico, os eventos associados ao fim da Guerra Fria formaram, na verdade, o epílogo de uma longa sucessão de fatos. De um lado, porque, tanto a queda do muro de Berlim quanto o colapso da União Soviética, não teriam acontecido se as bases políticas e econômicas que davam sustentação ao bloco socialista não estivessem já deterioradas a ponto de tornarem inócuas quaisquer tentativas de reforma do sistema. Enquanto, por outro lado, também a disputa por áreas de influência pelos dois pólos de poder já vinha perdendo impulso

---

<sup>50</sup> Acadêmico de Relações Internacionais na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

desde a segunda metade dos anos 70 quando, não apenas a *détente* passou a marcar a política externa das grandes potências, mas também, visivelmente, muitos eventos de destaque no cenário internacional passaram a ter cada vez menos relação direta com a disputa bipolarizada, típica da Guerra Fria. Assim sendo, a análise das mudanças ocorridas no sistema internacional deve considerar vários desenvolvimentos que ocorreram ao longo de, pelo menos, duas décadas. Esses desenvolvimentos estavam associados a mudanças tecnológicas e econômicas e, até mesmo, a transformações no quadro de valores sociais, que faziam emergir um novo conjunto de referenciais para a política exterior dos países (SATO, 2000, p. 139,140).

A globalização trouxe diversas transformações para o mundo, não ficando somente restrita ao âmbito econômico, visto que as modificações nas relações globais também ocorreram em âmbito cultural, social e político.

Essas mudanças levaram os países a adotarem diferentes posturas frente à nova ordem que surgia e as suas conseqüentes transformações internas e externas advindas destas mudanças estruturais.

Considera-se aqui, duas diferentes abordagens para explicar o fenômeno da globalização e suas implicações no sistema: de um lado Keohane e Nye trabalham a teoria da interdependência complexa, baseado em um racionalismo econômico. Diferentemente destes autores, outra abordagem é realizada por Kenneth Waltz, teórico neorrealista que vê no Estado o ator principal e unitário capaz de modificar o sistema internacional, numa esfera hierárquica, baseado na sua influência política e poder.

Dentro dessa perspectiva que surgira, busca-se entender a globalização e as mudanças no sistema mundo, a partir das contribuições dessas duas correntes teóricas.

### **Globalização: diferentes visões teóricas no campo das relações internacionais**

Com a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria em 1989, o sistema internacional passou a ter em um de seus pilares, a economia como uma de suas maiores

preocupações, uma vez que os problemas econômicos tomariam maior lugar na agenda dos países que passaram a se inserir no bloco capitalista encabeçado pelos EUA.

A perspectiva da segurança é uma importante realidade a ser lembrada quando se fala em mercados mundiais, pois, internacionalmente, passaram a ser um instrumento de poder para os Estados e muitas vezes a dinâmica econômica usada como poder político.

A crescente ligação que os países passaram a ter uns com os outros e as mudanças nas perspectivas econômicas estatais são alguns exemplos dos desdobramentos das mudanças ocorridas no sistema internacional e suas respectivas implicações com a globalização.

A globalização, fenômeno que atinge a maioria da população mundial, passou a ser estudada por grandes teóricos e seus desdobramentos introduzidos nas relações internacionais uma constante preocupação de todos os atores e não somente os Estados como unitários e influenciadores no sistema global.

Em seus diversos aspectos, trouxe mudanças significativas para o contexto mundial, seja no que diz respeito aos avanços da tecnologia e a crescente relação entre os países, seja pela voz de novos atores, o fato é que ela não é igualitária. Assim como afirma NYE (2009), “na realidade, a globalização é acompanhada de lacunas cada vez maiores, em muitos sentidos, entre ricos e pobres. Ela não implica nem a homogeneização nem a igualdade”.

Existem diversas formas de globalização, afetando a vida de toda sociedade civil mundial, sendo a globalização ambiental entendida pelo autor como a mais antiga, uma vez que as epidemias como da gripe aviária, afetaram todo o mundo.

O fenômeno da globalização vem modificando-se desde o século XIX, sendo agora de forma mais ampla e rápida, segundo Nye. Como descreve o autor:

[...] À medida que a interdependência se torna mais rápida e mais intensa, as relações entre diferentes redes tornam-se mais importantes. Há mais interligações entre as redes. Em consequência disso, os “efeitos sistêmicos”- pelos quais as pequenas perturbações em uma região podem se espalhar por todo o sistema- tornam-se mais importantes.[...] A densidade das redes de interdependência -, o que significa que os efeitos de acontecimentos em uma região geográfica, ou a dimensão econômica ou ecológica, podem ter consequências profundas sobre outras regiões geográficas, em dimensões militares ou sociais. Essas redes internacionais são cada



vez mais complexas e seus efeitos são portanto cada vez mais imprevisíveis ( NYE, 2009: 247).

Como pode se observar, Nye é um teórico neo-institucionalista que acreditava na interdependência econômica e na importância das instituições internacionais, mas os Estados como o ator principal na arena internacional contando que as instituições poderiam transformar a percepção do interesse do mesmo. As instituições serviriam para que os Estados pudessem, através delas, ter ganhos com a cooperação. A interdependência seria o que afeta as conduções da política mundial e além de tudo, como os Estados agem.

O grau de dependência entre os atores envolvidos é o que vai estar presente nas relações interdependentes, mas sempre pautados pela assimetria do sistema internacional, onde os atores, independente de quais sejam, projetam seus interesses. As adversidades do sistema internacional têm sido influenciadas pela crescente busca entre ONGs, organizações internacionais e Estados, de prover soluções em conjunto para as dificuldades desse sistema. As crises que afetam todo o mundo, a incluir os países da periferia, demonstram que mesmo países desenvolvidos procuram estabelecer relações de cooperação com outros países.

A globalização como fenômeno que proporcionou um avanço nas relações seja entre Estados, empresas privadas e atores não-estatais, à luz da Teoria da Interdependência concebido por Keohane e Nye, vem a trazer a importância dessa análise para o processo em questão. Os temas de agenda internacional, como direitos humanos, meio ambiente, economia e as questões sociais, demonstram que há um inter-relacionamento entre os atores que ajudam a priorizar a cooperação. É importante lembrar que, mesmo esses teóricos reconhecem a anarquia do sistema e a maior importância dos Estados como atores principais.

A teoria da interdependência complexa desenvolvida por Robert Keohane e Joseph Nye, no ano de 1970, através da publicação do livro *Power and Interdependence*, torna-se um contraponto as tradicionais visões realistas das relações internacionais, na medida em que a interdependência teria como característica efeitos recíprocos entre diferentes países e atores países (KEOHANE; NYE).

A interdependência complexa abarcaria três pontos principais. O primeiro refere-se aos múltiplos canais de relacionamentos entre os atores, ou seja, as interações poderiam ocorrer em variados âmbitos, como transnacionais e transgovernamentais. O segundo ponto

está relacionado a não hierarquização de temas da agenda internacional, partindo da premissa de que a segurança não se apresentaria como tema principal e, portanto, o meio ambiente e os direitos humanos estariam inseridos dentro dessa nova perspectiva de análise. Por fim, o terceiro ponto diz respeito à força militar, onde os autores entendem que sua utilização não é maneira mais adequada para conduzir o poder, e, além disso, dentro do que compreendem por área da interdependência complexa, o uso dessa força não se aplicaria.

Cabe ressaltar ainda, o papel que as instituições internacionais desempenhariam dentro do sistema internacional, para Keohane e Nye, estas seriam potenciais meios de se chegar à cooperação e diminuir o conflito entre os atores que fazem parte desse cenário.

Igualmente, a interdependência compreende não somente um intercâmbio entre os atores, mas ela também “(...) implica necessariamente custos e converte-se, não raro, em recurso de poder. Encerra, assim, elevado potencial de gerar conflitos. Os Estados dispõem, no entanto, de mecanismos para administrar os problemas gerados pelo maior intercâmbio”(LEITE, 2011, p.24). Sendo assim, os Estados estariam inseridos dentro de regimes internacionais, baseados em acordos governamentais.

Seguindo, o equilíbrio de poder no sistema internacional pode ser instrumentalizado em diferentes formas, e Nye irá citar o petróleo como um recurso de poder utilizado pelos Estados que o detém em abundância e desta forma o utilizam como estratégia política e econômica, mas lembra que a interdependência entre os atores pode levar o país a rever a utilização desta barganha diante de determinadas situações, a exemplo da Arábia Saudita em relação aos Estados Unidos.

Por fim, NYE (1977) afirma a “interdependência como a situações nas quais os protagonistas ou os acontecimentos em diferentes partes de um sistema afetam-se mutuamente”.

Ademais, o fenômeno da globalização aqui analisado possui diferentes concepções, dependendo do autor que a analisa e o contexto em que o mesmo está inserido. Traremos agora de outra análise, que difere de Keohane e Nye.

Diferentemente da perspectiva dos autores citados, que pensavam baseado em um racionalismo econômico e entendiam que principalmente após a Segunda Guerra Mundial, o

comércio internacional exigiu dos países um crescente regime de cooperação, existe outra corrente teórica que argumenta necessariamente que o poder político é o que movimenta as relações no sistema internacional e que, este sistema, estruturalmente, não é favorável a cooperação. Esta corrente teórica é conhecida como neorrealista e Kenneth Waltz foi um de seus mais importantes estudiosos.

No período posterior a Guerra Fria, o sistema internacional passa por mudanças que levariam a transformações no que refere a distribuição de poder mundial, sendo pautado pela assimetria deste cenário onde se desenvolve as diversas relações entre os atores e suas diferentes variáveis. Assim, a manutenção do poder é o que permeia essas as relações. O fim da bipolaridade (EUA X URSS) estaria demonstrando que o sistema internacional estava se reordenando para um novo equilíbrio de poder, agora com os EUA surgindo como país hegemônico.

Para WALTZ (1979) a análise do econômico estaria em uma ótica menos importante que o político, uma vez que são as relações de poder que movem os atores, e o seu interesse é o que deve prevalecer neste cenário. É importante lembrar que o poder das decisões, estaria exclusivamente ligado aos Estados, numa esfera de hierarquia.

Para os neorrealistas, os Estados estão a busca por manter o seu poder e sua estabilidade, garantindo a sua autonomia num local onde surge novos atores como as organizações internacionais e as multinacionais. Mas mesmo assim, aos Estados cabe o poder de decisão e a importância de ator principal nesse sistema anárquico<sup>51</sup>. O Estado vai pautar suas ações de acordo com suas percepções das limitações e dos desafios que são demonstrados, criando estratégia e soluções frente à instabilidade e possíveis conflitos. Estariam assim, envolvidos pela premissa da segurança e a manutenção de sua posição.

Contrapondo os autores anteriormente citados que acreditavam na cooperação, os neorrealistas pouco davam crédito à cooperação, já que os Estados estão na luta constante para que mantenham seu poder e que os outros não aumentem sua influência e posição. A assimetria observada pós 1989, é confirmada com os diversos conflitos existentes no mundo, demonstrando o “egoísmo” dos Estados em buscar poder.

---

<sup>51</sup> O conceito de anarquia aqui abordado, não deve ser entendido como caos total, e sim como uma ausência de um governo central capaz de ditar parâmetros mundiais de comportamento.

Conforme Janina Onuki (2001) descreve, as principais diferenças entre essas duas correntes, estão nos neorrealistas acreditarem que:

A política continua mantendo sua centralidade e as relações internacionais continuam sendo pautadas pela política de poder; O Estado-nação, tal como foi definido na sua formação original – a partir dos conceitos e territorialidade e centralização de poder –, continua sendo o ator central e definidor do sistema internacional, apesar das transformações impostas pela globalização; A perspectiva realista, portanto, é pessimista no que diz respeito às transformações provocadas pela globalização sobre os interesses dos Estados, e o conceito de sistema internacional, persistindo a percepção de conflito entre os Estados.

Portanto, é possível notar que o fenômeno da globalização possui diferentes visões e aceitações dependendo da corrente teórica que o analisa. Os neorrealistas acreditam que o Estado é o ator principal e que somente ele pode transformar o sistema internacional, baseado na sua influência política e poder. No entanto, autores como Keohane e Nye, acreditam que as mudanças provocadas pelo fenômeno da globalização não são passíveis de serem revertidas e que novos atores, como as organizações internacionais podem agir no cenário global, não estando exclusivamente condicionado aos Estados.

## Referências bibliográficas

CASTELLS, M. **Estado-rede: a possibilidade do Estado na sociedade informacional**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **El surgimiento de la sociedad de redes**. Disponível em: <http://www.cidadeimaginaria.org/cc/CastellsRedeFluxos.pdf>

ESTRE, Felipe Bernardo. **Poder, interdependência e desigualdade**. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3., 2011, São Paulo. Proceedings online... Associação Brasileira de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais - USP, Available from: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000122011000200007&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000200007&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em: 15 Sep. 2015.

KEOHANE, R.; NYE, J. **Power and Interdependence**. 2nd ed. Harper-Collins Publishers, 1989.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and interdependence in the information age**. Foreign Affairs; Sep/Oct 1998; 77,7; Alumni – Research Library.

LEITE, Patrícia Soares. O Brasil e a operação Sul-Sul em três momentos: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel E Luís Inácio Lula da Silva/ Patrícia Soares Leite. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 228 p.

NYE, Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**/ Joseph S. Nye, Jr. ; tradução Henrique Amat Rêgo Monteiro; revisão técnica Janina Onuki; preparação Tereza Gouveia. – São Paulo: Editora Gente, 2009.

RACY, J. Carlos e ONUKI, Janina, **Globalização: perspectivas teóricas das relações internacionais**. Disponível em: [http://www.faap.br/revista\\_faap/rel\\_internacionais/rel\\_01/racy.htm](http://www.faap.br/revista_faap/rel_internacionais/rel_01/racy.htm)

SATO, Eiiti. **A agenda internacional depois da Guerra Fria**: novos temas e novas percepções. Rev. Bras. Polt. Int. 43 (1): 138- 169, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n1/v43n1a07.pdf>.

VIGEVANI, Tullo; VEIGA, João Paulo C.; MARIANO, Karina Lilia P.. Realismo versus globalismo nas relações internacionais. **Lua Nova**, São Paulo , n. 34, p. 05-26, Dec. 1994 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451994000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451994000300002&lng=en&nrm=iso).

WALTZ, K. **Theory of International Politics**. NY: McGraw-Hill Companies.1979.

## **A COOPERAÇÃO ESPACIAL BRASIL-ARGENTINA: O Projeto**

### **Sabia-Mar**

**Bruna M<sup>a</sup>. de Almeida de Araujo<sup>52</sup>**

**Livia Sousa Rocha**

**Madmana de Salém Vital**

#### **Resumo**

As atividades espaciais estão cada vez mais adquirindo notoriedade nas relações internacionais. As pesquisas espaciais contemporâneas não se limitaram ao contexto da Guerra Fria e passaram a oferecer produtos duais, isto é, não somente para uso militar, mas também em favor do desenvolvimento de outras áreas, tais como no estudo das mudanças climáticas, de monitoramento de territórios e na geração e distribuição de dados por meio das telecomunicações, em especial, como usos da tecnologia dos satélites artificiais. Diante disso, Brasil e Argentina, Estados cooperantes no campo espacial desde 1989, começaram a desenvolver, em 2007, a primeira missão com tecnologias próprias, a construção dos dois Satélites Argentino-Brasileiros de Informações Ambientais (SABIA-MAR). O objetivo do presente artigo é, portanto, investigar esse projeto icônico, em que os dois países estão comprometidos, apresentando seu intuito, andamento e perspectivas. Serão utilizadas as metodologias histórica e política de forma a delimitar o estudo em seu arcabouço temporal, levando em conta as causas estruturais que interferem no comportamento convergente dos dois Estados. Como resultados, foram averiguados que, o propósito da missão é contribuir na autonomia dos dois países no exercício de monitoramento da Terra, aplicado ao sensoriamento remoto de zonas aquáticas, inclusive Atlântico-Sul. Atualmente, o projeto SABIA-Mar vem sofrendo atrasos e cortes de gastos os quais podem comprometer as metas de lançamento para o ano de 2018 e as perspectivas de cooperação mais eficiente.

#### **Introdução**

Com o lançamento do primeiro satélite (Sputnik I, de origem soviética), em 1957, foi possível descobrir formas de observar a Terra sob outra ótica, vista a partir do espaço. Por

---

<sup>52</sup> Bacharéis em Relações Internacionais pelo UDF Centro-Universitário do Distrito Federal e pesquisadoras do grupo de Defesa e Segurança Internacional da mesma Instituição.

meio da atividade espacial, foi possível criar mecanismos para ajudar a melhorar a qualidade de vida em nível mundial, seja no âmbito da geração e transmissão de dados, do mapeamento das mudanças climáticas, do uso aplicado das diversas formas de telecomunicações, dentre outros.

Cabe ressaltar que a exploração e o uso do espaço exterior adquiriram importância estratégica de elevada importância nas relações internacionais (SILVA, C., 2010, p. 270). Com o Tratado das Nações Unidas sobre o Espaço Exterior (1966)<sup>53</sup>, foi decidido que essa área internacional deve ser de responsabilidade e para benefícios de todos os países, de modo a gerar desenvolvimento por meio da exploração pacífica e de natureza científica. Entretanto, poucos detêm a essa capacidade.

Nessa perspectiva, Brasil e Argentina instituíram um acordo mediante a assinatura da Declaração Conjunta sobre Cooperação Bilateral nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior<sup>54</sup> no ano de 1989. Essa cooperação, desde então, visa conter a dependência tecnológica com os países desenvolvidos na área espacial, de forma a contribuir para o processo de desenvolvimento do Brasil e da Argentina nas questões espaciais.

Diante disso, a missão dos Satélites Argentino-brasileiros de Informações Ambientais (SABIA-Mar) torna-se marco importante nessa cooperação, pois é o primeiro projeto que tem como base somente a tecnologia dos dois países (BRASIL, 2008a). A ideia é ter autonomia no monitoramento de ambientes aquáticos de forma a garantir a soberania e o estímulo às pesquisas. O histórico e o desenvolvimento do SABIA-MAR serão detalhados a seguir.

### **A Missão do Satélite Argentino-brasileiro de Informações Ambientais (SABIA-MAR)**

O projeto argentino-brasileiro de construir satélites artificiais de monitoramento ambiental surgiu o ano de 1998. A proposta, celebrada entre a Agência Espacial Brasileira

---

<sup>53</sup> Tratado Internacional acordado entre 102 membros da ONU e ratificado por 26 (MONSERRAT FILHO, 2014). Prevê a livre exploração e utilização pacífica do espaço cósmico, inclusive a Lua e demais corpos celestes a todos os Estados. Favorece a pesquisa e cooperação internacional nessa área a todos os países (ONU, 1966) Maiores informações em: < [http://www.unoosa.org/pdf/publications/ST\\_SPACE\\_061Rev01E.pdf](http://www.unoosa.org/pdf/publications/ST_SPACE_061Rev01E.pdf)>.

<sup>54</sup> Mais informações em: < [http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b\\_46/](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b_46/)>.

(AEB) e a Comisión Nacional de Actividades Espaciales (CONAE) visava criar um programa de cooperação para o desenvolvimento de informações de três grandes áreas, a saber, alimentos, água e ambiente.

O Satélite Argentino-brasileiro de Informações sobre Alimentos, Água e Ambiente, denominado SABIA-3, tinha por objetivo:

monitorar o aspectos ambientais, de produção agropecuária e de recursos hídricos na região que compreende o Brasil e a Argentina, com vistas a proporcionar dados não disponibilizados pela oferta internacional para a geração de informações estratégica necessária aos setores científicos e socioeconômicos dos dois países. (BRASIL, 1998).

Em visita ao Rio de Janeiro, em 2004, o então presidente argentino Néstor Kirchner, juntamente com o ex-presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, assinaram a Ata de Copacabana, em 16 de março de 2004 (BRASIL, 2004). Os chefes de governos reiteraram o interesse em continuar o projeto SABIA-3 e convocaram AEB e CONAE a se reunirem em um prazo de 60 dias para resolverem a questão orçamentária.

Em 30 de novembro de 2005, por ocasião do Mecanismo Iguaçu+20<sup>55</sup>, os presidentes convocaram suas respectivas agências espaciais, por meio do Protocolo Complementar para o Desenvolvimento Conjunto do Satélite Argentino-Brasileiro de Informação Sobre Recursos Hídricos, Agricultura e Meio Ambiente, a reavaliar os propósitos da missão. Ficou determinado, então, que cada país participaria com 50% do total do investimento do Programa de Cooperação (BRASIL, 2005a).

Por razões de orçamento, e devido à concentração em missões individuais, o projeto SABIA, anteriormente definido para observação terrestre, não prosseguiu. Então, em 19 de novembro de 2007 (BRASIL, 2007), foi assinada a cooperação para um novo projeto, a Missão do Satélite Argentino-Brasileiro de Informações Ambientais (SABIA-MAR). Em fevereiro de 2008, foi definido o caráter dessa missão, objetivando criar:

---

<sup>55</sup> O Mecanismo Iguaçu+20 renovou a determinação de aprofundar a cooperação internacional e a integração entre Brasil e Argentina criada pelos presidentes José Sarney e Raul Alfonsín em 1985. Nessa ocasião, foram assinados e renovados acordos e declarações conjuntas em áreas comerciais, de integração produtiva, infraestrutura, ciência e tecnologia, cooperação nuclear, cooperação militar, migrações, trabalho, saúde, educação, cultura, esporte, além do setor espacial (BRASIL, 2005a).



sistema completo de observação da Terra dedicado ao sensoriamento remoto<sup>56</sup> de sistemas aquáticos oceânicos e costeiros incluindo águas interiores, baseado em uma constelação de dois satélites pequenos de aproximadamente 500 quilos. (ESPAÇO BRASILEIRO, 2013, p.5)

O projeto, que é o primeiro a usar tão somente as competências dos dois países (BRASIL, 2008a), visa à aplicação nas áreas de proteção ao meio ambiente, prevenção de desastres ambientais, manejo costeiro, recursos hídricos, oceanografia, uso sustentável dos recursos marinhos, meteorologia e mudança do clima<sup>57</sup> (BRASIL, 2008b).

A possibilidade de monitorar a costa brasileira e argentina torna esse projeto uma ação estratégica, se levado a diante. Brasil e Argentina terão maior autonomia na obtenção de informações geradas pelos dois satélites, o que garantirá ampliar a segurança nacional de seus respectivos territórios. Ademais, a produção de dados poderá beneficiar a tomada de decisões em âmbito internacional uma vez que há certa escassez de satélites da cor do oceano dessa categoria para observação de área de clima e mudanças globais (CHAMON, 2013).

Em visita ao Brasil no dia 8 de setembro de 2008, o presidente Kirchner esteve em reunião com presidente Lula onde reiteraram compromisso com a missão e convocaram suas respectivas chancelarias a avaliarem o orçamento, cronograma e perspectivas. Na sequência, em 22 de dezembro de 2008, assinaram Programa de Cooperação para Desenvolvimento de Atividades Conjuntas nas áreas de controle de atitude e órbita, câmaras de imageamento<sup>58</sup> de varredura larga e processamento de dados sensoriais orbitais. A ideia foi fortalecer o arcabouço jurídico para uma cooperação mais estreita na área de tecnologias satelitais de modo a tornar viável o projeto SABIA-Mar, além do desenvolvimento de outras missões (BRASIL, 2010).

As fases “0” e “A”, responsáveis, respectivamente, pela análise da missão e sua viabilidade técnica e industrial, iniciaram-se em 2010, com duração inicial prevista para nove meses, mas só concluídas em meados de 2013, com atraso de quase dois anos. Essa última

---

<sup>56</sup> “Conjunto de técnicas destinado à obtenção remota (sem contato físico) de informações sobre objetos – em particular, sobre a natureza de uma região da superfície ou subsolo de um planeta – por intermédio do estudo das ondas eletromagnéticas emitidas por estes objetos” (ROLLEMBERG et al., 2010).

<sup>57</sup> Maiores informações em: [http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b\\_208/](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_208/).

<sup>58</sup> O imageador orbital funciona basicamente como a câmara digital e com as adaptações necessárias para gerar imagens em muitas bandas (STEFFEN, 2014). Mais informações disponíveis em: <<http://www.inpe.br/unidades/cep/atividadescep/educasere/apostila.htm>>.

etapa foi destinada à avaliação técnica do propósito da missão e orçada em mais de US\$ 200 milhões (BRASIL, 2013). Durante os vários encontros técnicos realizados entre AEB e CONAE, ficou decidida a partilha igualitária das tarefas entre os dois países. A figura a seguir, detalha essa divisão:

Instrumentos Primarios	Aplicación	Agencia
Cámara infrarrojo cercano y medio (NIR-SWIR)	Estudios oceanográficos, costeros y aguas continentales. Variables color de océano: concentración de clorofila, turbidez, otros.	AEB-INPE
Cámara infrarrojo cercano y medio (NIR-SWIR)	Correcciones atmosféricas para las variables de color de océano.	CONAE
Cámara Infrarrojo Térmico (TIR)	Temperatura superficial del agua (mar, costas y aguas continentales).	CONAE

Instrumentos Secundarios	Aplicación	Agencia
Cámara óptica multiangular (MAC)	Correcciones atmosféricas para las variables de color de océano.	CONAE/AEB-INPE
Sistema Colector de Datos (DCS)	Recolección de datos ambientales y meteorológicos <i>in-situ</i> .	AEB - INPE
Cámara de alta sensibilidad (HSC)	Detección de luces urbanas, cobertura de nieve y hielo, incendios forestales y vigilancia marítima.	CONAE
Cámara Pancromática de Alta Resolución (HRTPC)	Desarrollo tecnológico.	CONAE

Tabela 1: Divisão de tarefas projeto SABIA-Mar

Fonte: ARGENTINA (2015)

Como observado na tabela acima, Brasil está responsável por uma das câmeras de imageamento e pela plataforma de lançamento (PMM); e a Argentina, pela outra câmera e por toda a carga útil (CHAMON, 2013). A fase “B” do SABIA-Mar, que viabiliza o andamento do projeto estabelecido nos estágios anteriores, foi concluída em dezembro de 2014 (BRASIL, 2014).

Como a maioria dos projetos levados a cabo pelo Brasil na área espacial, a Missão SABIA-Mar, também se encontra com o cronograma atrasado (TSIOLKOVISKI, 2010). A

plataforma Multimissão<sup>59</sup>, peça chave para o desenvolvimento dos dois satélites planejados, está em construção há mais de 10 anos, apresentando dificuldades em seu desenvolvimento.

Outro problema é a diminuição do orçamento brasileiro destinado ao setor espacial para o ano de 2015. Segundo Mileski (2014), a AEB deve receber R\$ 255 milhões para investir em todas as atividades relativas às missões espaciais. Desse montante, somente R\$ 95,78 milhões serão destinados para todos os projetos de satélites, incluindo o SABIA-Mar. No Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE)<sup>60</sup>, em contrapartida, a expectativa era de R\$ 273,90 milhões de reais só para o ramo de satélites (AEB, 2012).

Por parte do governo argentino, entretanto, houve avanços para aumentar o orçamento da Missão, por meio de financiamento de organismos internacionais. Nesse âmbito, em um acordo com a Corporação Andina de Fomento<sup>61</sup> (CAF), será concedido um empréstimo de US\$ 70 milhões para desenvolvimento parcial do projeto (TÉLAM, 2014). Espera-se que esse financiamento possa alavancar o empreendimento conjunto.

Dada a importância da missão, é preciso manter as metas de forma a realizar o lançamento dos satélites. A próxima etapa, a fase “C”, tratará de incorporações de equipamentos no primeiro satélite, de testes de sistema e do lançamento ao espaço, com perspectiva para 2018. A missão em órbita será cobrir o mar aberto e grandes águas do oceano, fazendo um reconhecimento mais amplo. Já o segundo satélite, com o lançamento programado para 2019, terá como principal objetivo o monitoramento de áreas menores e costeiras (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2013).

A fase “C” deve ser acordada e realizada no ano de 2015, a fim de dar prosseguimento à missão e evitar mais atrasos. Para Carvalho (2011, p. 32):

---

<sup>59</sup> A Plataforma Multimissão (PMM) é um projeto definido pelo Programa Espacial Brasileira e tem como função convergir todos os equipamentos bases para projeção fabricação de satélites em um local. A ideia é equipar um único módulo de serviço para atender a vários tipos de missões satelitais em diversas aplicações. Mais informações em: <<http://www.aeb.gov.br/plataforma-multimissao-pmm/>> e também em: <<http://www.inpe.br/acessoainformacao/PPLM>>.

<sup>60</sup> O Programa Nacional de Atividades Espaciais é um documento oficial publicado a cada 10 anos com o intuito de expor o atual estágio desse setor, apontando os projetos em andamento e quais são as demandas e metas a longo prazo. Ademais são mencionados os principais desafios e os meios para enfrentá-los e colocá-los em prática.

<sup>61</sup> Corporação Andina de Fomento é um banco de desenvolvimento latino-americano.

A retomada da parceria com a Argentina para a construção dos dois satélites de observação dos oceanos, o SABIA-Mar, deve fortalecer os respectivos programas e projetar visibilidade internacional, de forma a trazer maiores demandas e constante desenvolvimento da região. Esse projeto vem acumulando atrasos e modificações técnicas desde seu início.

Mesmo com todos esses percalços, pode-se notar que a ideia de integrar governo, indústria e academia já está se concretizando. Logo nas primeiras fases do projeto, todos os setores envolvidos (órgãos competentes, potenciais usuários e indústria) estavam nas decisões nas reuniões de definição da missão (BRASIL, 2013).

A conclusão da Missão SABIA-Mar será de grande importância para o desenvolvimento dos setores espaciais de ambos os países e para a perpetuação de suas estruturas. De acordo com Lino (2015): “Isso permitiria dividir custos, compartilhar os subprodutos das atividades espaciais, qualificar quadros de alto nível e, não menos, contribuiria sobremaneira para uma integração regional em alto nível”. Almeja-se, portanto, que esse projeto seja levado adiante de modo a refletir o esforço de agregar mais desenvolvimento a essa cooperação.

## **Conclusão**

As atividades espaciais são estratégicas nas relações internacionais por promover informações relevantes na tomada de decisões dos Estados, além de projetar influência. A partir disso, o objetivo desta pesquisa foi apresentar a cooperação espacial entre o Brasil e a Argentina focando na execução do projeto do Satélite Argentino-Brasileiro de Informação Ambiental, o SABIA-Mar.

O estudo procurou expor os principais marcos temporais da missão ícone dos dois Estados, além de explanar seus objetivos e perspectivas. Foi possível destacar que, apesar do interesse de ambos os países em manter o programa de cooperação, por questões orçamentárias, principalmente por parte do Brasil, o projeto SABIA-Mar vem sofrendo consecutivos atrasos e cortes orçamentários que comprometem sua excelência. Ainda assim, e apesar do ritmo lento em que o projeto tem se desenvolvido, é possível observar os resultados dessa cooperação.

A cooperação entre Brasil e Argentina é hoje um legado importante que faz parte da identidade dos dois países. No plano governamental, representa uma decisão política de aproximação que encontra profundo apoio nos ideais de ambos. Logo, a cooperação no setor energético tem favorecido a confiança mútua resultante desta aproximação. E o projeto de satélites SABIA-Mar, por sua vez, se tornou um ponto de inflexão da cooperação entre os dois países, pois, ganhou, em contrapartida, um destaque importante, revelando a centralidade dos objetivos brasileiros e argentinos, enfatizando a estabilidade estrutural pela cooperação e integração econômica, comercial e segurança internacional.

As assimetrias de capacidade e disponibilidade orçamentária entre o Brasil e a Argentina são fatores determinantes no desenvolvimento da cooperação, principalmente em setores estratégicos que requerem grande investimento de recursos caros, como o know how e o recurso humano. Uma vez que a cooperação internacional é via prioritária para o desenvolvimento dessas ações, Brasil e Argentina, então, devem empenhar-se na missão SABIA-Mar, a fim de garantir os resultados previstos e constituir linha para atender as diversas aplicações.

## Referências

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA [AEB]. **Programa Nacional de Atividades Espaciais**: PNAE, 2012-2021. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2012, 36p.

ARGENTINA. Comisión Nacional de Actividades Espaciales **SABIA-MAR**: instrumentos. Buenos Aires, 2015. Disponível em: <<http://www.conae.gov.ar/index.php/espanol/instrumentos>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

BRASIL. Agência Espacial Brasileira. **Programa de Cooperação entre a Agência Espacial Brasileira e a Comissão Nacional de Atividades Espaciais da República Argentina Referente ao Projeto Sabia-3**. Brasília, 1998. Disponível em: <<http://www.aeb.gov.br/wpcontent/uploads/2012/09/AcordoArgentina98b.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Brasil e Argentina concluem Fase A do Projeto Sabia-Mar**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.aeb.gov.br/brasil-e-argentina-concluem-fase-a-do-projeto-sabia-mar/>>. Acesso em 27 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Brasil e Argentina concluem fase B do Projeto SABIA-Mar**. Arquivo Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço. Brasília, 2014a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Brasil e Argentina construirão dois Satélites Sabiá-Mar**. Brasília, 2008a. Disponível em: <<http://www.aeb.gov.br/brasil-e-argentina-construicao-dois-satelites-sabia-mar/>>. Acesso em 04 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Sabiá-Mar Será Tema de Discussão na viagem do Presidente da AEB para Argentina**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.aeb.gov.br/sabia-mar-sera-tema-de-discussao-na-viagem-do-presidente-da-aeb-para-argentina/>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **Ata de Copacabana**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://kitplone.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2004/03/16/ata-de-copacabana>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Declaração Conjunta Visita de Estado ao Brasil da Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner. **Lex**: Brasília, 2008b. Disponível em: [http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b\\_208/](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_208/)>. Acesso em: 08 out. 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **IGUAÇU+20** : dia da amizade brasil-argentina. Brasília: FUNAG, 2005a. 229 p. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0286.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Missão Conjunta Argentina Brasil para um Satélite Oceanográfico SABIA-Mar**. Arquivo Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, 2010.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Protocolo Complementar ao Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais, Celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o Desenvolvimento Conjunto do Satélite Argentino-Brasileiro de Informação sobre Recursos Hídricos, Agricultura e Meio Ambiente. **Lex**: Divisão de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, 2005b. Disponível em: < [http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b\\_206/](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_206/)>. Acesso em: 16 fev. 2015.

CARVALHO, Himilcon de Castro. Alternativas de Financiamento e Parcerias Internacionais Estratégicas no Setor Espacial. In: BRASIL, Presidência da República. **Desafios do Programa Espacial Brasileiro**. Brasília: SAE, 2011.p. 17-41.

CHAMON, Marco Antonio. Entrevista Sabiá-Mar. **Revista Espaço Brasileiro**. Brasília: ed. quinze, n.15, jan-jun 2013.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. National Aeronautics and Space Administration. A Cor do Oceano: A Missão SABIA-Mar. **AstroBiology Magazine**, 2013. Disponível em: < <http://www.astrobio.net/topic/solar-system/earth/climate/a-cor-do-oceano-a-missao-sabia-mar/>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

LA CAF PRESTARÁ US\$ 70 MILLONES para proyecto de satélite argentino brasileño para información del mar. **Télam**. Buenos Aires, 2 set. 2014. Folha Economia. Disponível em:<<http://www.telam.com.ar/notas/201409/76619-la-caf-prestara-us-70-millones-para-proyecto-de-satelite-argentino-brasileno-para-informacion-del-mar.html>>. Acesso em: 02 mai 2015.

LINO, Geraldo Luís. Argentina e Brasil: perspectivas diferentes na exploração espacial. **Alerta em rede**, 2015. Disponível em: <<http://www.alerta.inf.br/argentina-e-brasil-perspectivas-diferentes-na-exploracao-espacial/>>. Acesso em 03 mai. 2015.

MILESKI, Andre. Programa Espacial: orçamentos de 2014 e 2015. In: **Blog Panorama Espacial**. Panorama Espacial, 2014b. Disponível em: <<http://panoramaespacial.blogspot.com.br/2014/09/programa-espacial-orcamentos-de-2014-e.html>>. Acesso em: 03 mai. 2015.

MONSERRAT FILHO, José. **50 Anos da Declaração da ONU que originou o Tratado do Espaço**. Agência Espacial Brasileira, 2014. Disponível em: <<http://www.aeb.gov.br/50-anos-da-declaracao-da-onu-que-originou-o-tratado-do-espaco/>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. UNOOSA. **United Nations Treaties and Principles On Outer Space**. Nova York, 1966. Disponível em: <[http://www.unoosa.org/pdf/publications/ST\\_SPACE\\_061Rev01E.pdf](http://www.unoosa.org/pdf/publications/ST_SPACE_061Rev01E.pdf)>. Acesso em: 22 mai. 2015.

ROLLEMBERG, Rodrigo; VELOSO, Elisabeth Machado; QUEIROZ FILHO, Alberto Pinheiro de...[et al.]. **A política espacial brasileira**. 2. ed.. Brasília: Câmara dos Deputados Edições, 2010. 206 p.

SABIA-MAR: usuários e indústria participam do projeto. **REVISTA ESPAÇO BRASILEIRO**. Brasília: ed. quinze, n.15, jan-jun 2013.

SILVA, Cleonilson Nicácio. Militarização do Espaço: desafios para as potências médias. In: JOBIM, Nelson A.; ETCHEGOYEN, Sergio W.; ALSINA, João Paulo (Orgs.). **Segurança Internacional: perspectivas brasileiras**. São Paulo: FGV, 2010, p. 269-283.

STEFFEN, Carlos Alberto. **Introdução ao Sensoriamento Remoto**. São José dos Campos, 2014. Disponível em: <<http://www.inpe.br/unidades/cep/atividadescep/educasere/apostila.htm#gurge>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

TSIOLKOVISKI, Kostantin. Cenário e Perspectivas da Política Espacial Brasileira. In: ROLLEMBERG, Rodrigo; VELOSO, Elisabeth Machado; QUEIROZ FILHO, Alberto Pinheiro de... [et al.]. **A Política Espacial Brasileira**. Brasília: Edições Câmara, 2010, p. 19-84.